



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 99

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2023

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Marco Costa e Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos/as Srs./as Deputados/as, a sessão iniciou-se com o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foi apresentado o seguinte voto:

– **Voto de pesar pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria.**

Feita a apresentação do voto pelo Sr. Presidente da Assembleia e usado da palavra o Sr. Deputado José Pacheco, o referido voto foi aprovado por unanimidade.

Retomando a Agenda, deu-se início ao debate e votação do **Projeto de Resolução n.º 132/XII – “Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Sandra Faria (PS), intervieram no debate os Srs. Deputados António Vasco Viveiros (PSD), Nuno Barata (IL), José Pacheco (CH), Rui Martins (CDS-PP), António Lima (BE), Paulo Estevão (PPM),

Carlos Furtado (*Independente*), Carlos Silva (*PS*) e Pedro Neves (*PAN*), bem como o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Seguiu-se o [Projeto de Resolução n.º 117/XII – “Condição pós-COVID-19”](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP.

A apresentação do diploma coube ao Sr. Deputado Rui Martins (*CDS-PP*), tendo usado da palavra os/as Srs./as Deputados/as Tiago Lopes (*PS*), Salomé Matos (*PSD*), Paulo Estevão (*PPM*), Vera Pires (*BE*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Furtado (*Independente*) e Nuno Barata (*IL*), bem como o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Posteriormente, deu-se início à apreciação do [Projeto de Resolução n.º 145/XII – “Recomenda ao Governo Regional a utilização do Regime Jurídico de Preços”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do Chega.

Após a apresentação do diploma por parte do Sr. Deputado José Pacheco (*CH*), intervieram no debate os/as Srs./as Deputados/as Vitória Pereira (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Rui Anjos (*PS*), António Lima (*BE*), Paulo Estevão (*PPM*), Pedro Neves (*PAN*), Nuno Barata (*IL*) e Carlos Furtado (*Independente*), bem como Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

Submetido à votação, o diploma foi rejeitado.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados José Pacheco (*CH*) e Carlos Furtado (*Independente*).

Dando seguimento à Agenda, foram apreciados os seguintes relatórios:

– [Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Deputado Mário José Diniz Tomé possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito do Processo n.º 12/20.8T8SRQ.](#)

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade;

– Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que os Deputados José Joaquim Ferreira Machado e António Vasco Vieira Neto de Viveiros possam prestar depoimento, na qualidade de testemunhas, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 447/22.1T9PDL.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por unanimidade;

– Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Deputado Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito do Processo de Inquérito n.º 481/22.1JAPDL.

Submetido à votação, o relatório foi aprovado por maioria.

Seguidamente, avançou-se para o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 146/XII – “Melhorar a regularidade do transporte marítimo de mercadorias para a ilha das Flores e criação de um regime especial de contratação pública”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM, tendo usado da palavra para a sua justificação o Sr. Deputado Paulo Estevão (*PPM*).

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*) justificou o Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 147/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que recorra a medidas excecionais para dar resposta urgente aos danos causados pela tempestade Efrain no Porto das Lajes das Flores bem como a mecanismos de apoio à economia dessa ilha”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Assim, passou-se ao debate conjunto das seguintes iniciativas:

– Projeto de Resolução n.º 146/XII – “Melhorar a regularidade do transporte marítimo de mercadorias para a ilha das Flores e criação de um regime

especial de contratação pública”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

Feita a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado Ricardo Vieira (*PSD*), intervieram no debate os Srs. Deputados José Eduardo (*PS*), Gustavo Alves (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Carlos Furtado (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

No decurso do debate, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) usou da palavra para defesa da honra, tendo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), conseqüentemente, proferido explicações.

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

– Projeto de Resolução n.º 147/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que recorra a medidas excepcionais para dar resposta urgente aos danos causados pela tempestade Efrain no Porto das Lajes das Flores, bem como a mecanismos de apoio à economia dessa ilha”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Feita a apresentação da iniciativa pelo Sr. Deputado José Eduardo (*PS*), intervieram no debate os Srs. Deputados Ricardo Vieira (*PSD*), Gustavo Alves (*PPM*), Vasco Cordeiro (*PS*), António Lima (*BE*), Nuno Barata (*IL*), Paulo Estevão (*PPM*), José Pacheco (*CH*), Rui Martins (*CDS-PP*) e Carlos Furtado (*Independente*), bem como a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) e o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Duarte Freitas*).

No decurso do debate, a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*) usou da palavra para defesa da honra, tendo o Sr. Deputado Vasco Cordeiro (*PS*), conseqüentemente, proferido explicações.

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Seguidamente, o Sr. Deputado José Pacheco (CH) justificou o [Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 148/XII – “Recomenda ao Governo Regional a implementação do Cheque Saúde nos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do CH, tendo intervindo os Srs. Deputados Tiago Lopes (PS), Pedro Neves (PAN) e Carlos Furtado (Independente).

Submetido à votação, verificados dois empates, o pedido de urgência foi rejeitado. Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de fevereiro de 2023.**

Os trabalhos terminaram às 20 horas e 18 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Tem a palavra o Sr. Secretário. Faça favor.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Pombo Sousa Tavares

João Vasco Pereira da Costa

José Manuel Gregório de Ávila

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Mário José Dinis Tomé

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Rodolfo Paulo Silva Lorenzo da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Vasco Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Délia Maria Melo

Elisa Lima de Sousa

Flávio da Silva Soares

Maria Guilhermina Ourique Moniz Silva

Jaime Luís Melo **Vieira**

João Luís **Bruto da Costa** Machado da Costa

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Carlos Cota **Soares**

Marco José Freitas da **Costa**

Nídia Manuela de Sousa Lopes **Inácio**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Ricardo Beato Gomes **Vieira**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Vitória Alexandra Correia **Pereira**

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira **Cabeceiras**

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Vera Lúcia Pinheiro **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão **Alves**

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Chega (CH)

José Eduardo Cunha Pacheco

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Independente

Carlos Alberto Borges Rodrigues Furtado

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 55 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, vamos passar à apresentação do único voto que deu entrada na Mesa. Deliberou a Conferência de Líderes que esse voto seria apresentado pelo Presidente. E, a seguir, também com deliberou a Conferência de Líderes, prosseguiríamos com a nossa Agenda.

Voto de Pesar

Pelas vítimas dos sismos na Turquia e na Síria

Na madrugada de 6 de fevereiro, dois sismos, de magnitudes de 7,8 e 7,5 na escala de Richter, devastaram várias cidades e localidades do Sudeste da Turquia e do Noroeste da Síria, provocando um enorme rasto de destruição material e de perdas humanas naqueles países.

Segundo o último balanço da Organização Mundial de Saúde, os terremotos

causaram, até ao momento, a morte de mais de 40 mil pessoas nos dois países, um terço das quais crianças.

As Nações Unidas acreditam que este balanço poderá duplicar, tendo em conta os milhares de pessoas que continuam sob os escombros dos prédios e das infraestruturas que colapsaram após os terremotos.

Desde o primeiro momento, que as equipas de socorro e de resgate turcas procuram acudir e salvar o maior número de pessoas, numa missão dificultada pelas condições climatéricas adversas que se fazem sentir naquela Região, bem como devido ao risco iminente de novos colapsos provocados pelas sucessivas réplicas.

A comunidade internacional, incluindo Portugal, tem enviado equipas especializadas de busca e salvamento para a Turquia, mas a ajuda à Síria tem sido dificultada pela guerra civil iniciada em 2011, que já matou quase meio milhão de pessoas e devastou as infraestruturas daquele país.

Enquanto a janela da fase de salvamento se fecha a cada dia que passa, as preocupações voltam-se para as questões sanitárias, nomeadamente o aumento do risco de propagação de doenças infecciosas e outros surtos, sendo uma das prioridades o abastecimento de água potável.

Na Turquia, o número de pessoas desalojadas ascende a um milhão, com cerca de 80 mil internadas nos hospitais.

Sobre a situação na Síria a informação é muito escassa, mas a UNICEF estima que mais de 2,5 milhões de crianças tenham sido diretamente afetadas pelos sismos.

Segundo as Nações Unidas, haverá cerca de 26 milhões de pessoas em ambos os países a precisar de ajuda humanitária da comunidade internacional.

Para nós, açorianos, acostumados às imprevisibilidades brutais da natureza, é tempo de manifestar toda a nossa solidariedade para com o povo da Turquia e da Síria.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário, aprova um Voto de Pesar pelas vítimas dos sismos ocorridos na Turquia e na Síria e manifesta às autoridades e ao povo daqueles países a sua total solidariedade perante esta tragédia.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros do Governo da República de Portugal, à Embaixada da Turquia em Portugal e à Embaixada da República Árabe da Síria em França (que tem jurisdição sobre os assuntos relativos a Portugal).

Horta, Sala das Sessões, 16 de fevereiro de 2023

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Enquanto também subscritor, associámo-nos, enquanto partido e a título pessoal, às vítimas desta catástrofe.

Que também nos sirva, sempre, para estarmos atentos e fazermos um trabalho político em condições, numa terra como a nossa, uma terra vulcânica. É preciso nunca esquecer. Não desejamos, mas temos que estar sempre atentos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O voto de pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Proponho que guardemos um minuto de silêncio em memória das vítimas destes sismos.

(Neste momento, foi guardado um minuto de silêncio em memória das vítimas)

Sras. e Srs. Deputados, o ponto 9 da nossa Agenda será tratado mais tarde. Avançamos para o ponto 10: **Projeto de Resolução n.º 132/XII – “Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra, para a sua apresentação, a Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Faça favor.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto de Resolução n.º 132/XII deriva da iniciativa apresentada na Assembleia da República, pelos Deputados do PS/Açores, em maio de 2022, que fez aprovar, no âmbito do Orçamento de Estado, uma proposta que possibilitava agilizar a compatibilização da norma prevista no Estatuto dos Benefícios Fiscais, que permite a aplicação de uma taxa de IRC mais baixa no interior de baixa densidade, com os termos dos Estatutos das Regiões Autónomas e da Lei das Finanças Regionais, permitindo às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira um diferencial fiscal de 30%.

Conjugando esta oportunidade com o entendimento do Partido Socialista/Açores de que é urgente enfrentar o desafio da sustentabilidade demográfica nos Açores, recomendamos que o Governo Regional declare todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores como áreas territoriais beneficiárias da redução de 30% da taxa de IRC aplicável à matéria coletável, no âmbito do Estatuto dos Benefícios

Fiscais e nos termos da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Esta medida, dirigida às empresas, permitirá ajudar a mitigar o impacto dos custos energéticos que já se fazem sentir, motivo pelo qual propomos o alargamento a todos os concelhos, fazendo com que a taxa de IRC para este efeito possa ser de apenas 8,75% no montante elegível.

Por outro lado, o desafio da sustentabilidade demográfica, no nosso entender, deve ser enfrentado com uma abordagem estrutural, coerente e lógica, de modo a permitir a fixação de populações nas nossas ilhas, preconizando para tal três núcleos essenciais de medidas:

Num primeiro nível e como pedra angular deste desiderato, o desenvolvimento de medidas de acesso a políticas públicas de saúde, de educação, do apoio social à infância, à terceira idade, aos cidadãos com deficiência, como aquelas que o PS/Açores já concretizou quando esteve no Governo, pelo que há necessidade de acelerar o aproveitamento dos fundos comunitários para criar estas medidas;

Um segundo nível, no âmbito das acessibilidades, que não se podem ficar apenas pela vertente física, aérea ou marítima, mas incluir, igualmente, o domínio digital, no sentido de criar condições para aproveitar em pleno a afirmação global dos Açores, com formação e qualificação de capital humano, para poder retirar todo o benefício destas novas tecnologias;

E um terceiro núcleo de medidas a desenvolver, relacionadas com as políticas de desenvolvimento económico, onde se inclui o investimento público e privado, reiterando, a serem criados mecanismos para ajudar a um processo de recuperação e convergência de todas as ilhas dos Açores.

A já referida norma, aprovada na Lei do Orçamento de Estado para 2023, passou a consagrar que, no caso das Regiões Autónomas, a taxa de IRC aplicável à matéria coletável pode ser adaptada pelas Assembleias Legislativas Regionais, sendo a delimitação das áreas territoriais beneficiárias dessa majoração estabelecida pelos respetivos Governos Regionais, obedecendo a critérios como a

emigração, o envelhecimento, a atividade económica e o emprego, o empreendedorismo e a infraestruturização do território.

Assim, considerando que os dados dos censos de 2021, já publicados, indicam, comparativamente com os dados de 2011, que o fator demográfico em algumas ilhas e mesmo em alguns concelhos das maiores ilhas dos Açores se faz sentir de uma forma impressionante, condicionando o respetivo desenvolvimento económico e social e, em particular, a infraestruturização e investimento promovidos por entidades privadas, fatores que já se verificam e que devem continuar a ser considerados para as chamadas Ilhas de Coesão;

Considerando que, para o Partido Socialista/Açores, deve ser um objetivo primordial das opções e políticas públicas permitir a concretização de cada vez mais forte e sustentada coesão territorial nas suas diversas vertentes interilhas e interconcelhia, por forma a assegurar melhores perspetivas de desenvolvimento em todo o território da Região, em benefício das famílias e das empresas que aqui vivem;

Considerando o atual contexto de crise internacional originado pela guerra da Ucrânia, a que se soma o maior aumento das taxas de juro dos últimos 20 anos e a uma histórica espiral inflacionista com o brutal aumento dos preços do cabaz de compras e dos fatores de produção e, em especial, dos combustíveis, o que impacta de forma decisiva na vida das famílias e das empresas açorianas;

Considerando que o artigo 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2023, de 05 de janeiro, que aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores, sem que sejam identificadas as áreas territoriais beneficiárias da Região Autónoma dos Açores, pelo Governo Regional, em tempo de produzir efeitos a 01 de janeiro de 2023, resulta num prejuízo para as empresas açorianas, não obstante o PS/Açores já ter materializado essa necessidade há mais de seis meses;

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores este Projeto de Resolução, recomendando que o

Governo Regional dos Açores declare todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores como áreas territoriais beneficiárias da redução de 30% da taxa de IRC aplicável à matéria coletável. E, ainda, que a classificação referida anteriormente seja promovida no período máximo de 30 dias após a publicação. Disse.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. A Mesa já tem várias inscrições.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dar nota, em nome do Governo Regional, que concordamos com esta proposta que, aqui, hoje, temos presente, nomeadamente com o texto de substituição. Não concordávamos com o texto e a abordagem inicial.

Aliás, o Governo Regional, na apresentação que fez dos documentos orçamentais, como se percebeu, já tinha essa abordagem, porque no artigo 38.º previa que pudessemos aplicar a taxa de 8,75%, que é, ao fim ao cabo, a redução de 30 pontos percentuais, no regime que vier a ser aprovado pela Lei do Orçamento de Estado. E o cuidado no final deste artigo 38.º tinha a ver exatamente com o facto de não sabermos, no Orçamento de Estado para 2023, quais eram os limites que estavam previstos. Em 2022, era apenas 25 mil euros. Agora, é até 50 mil euros. O que nos apraz registar. Cria aqui uma abrangência maior. Até 25 mil euros, pelos cálculos que fizemos, abrangeria ou significaria muito pouco em termos da matéria

financeira que poderia ficar para as empresas. Até 50 mil euros, já estimamos que possa significar para as empresas 2,5 a 3 milhões de euros que ficarão no bolso das empresas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E é por isso que sempre entendemos que deveria ser transversal a toda a Região por igual. Foi esse o nosso entendimento. Foi por isso que colocamos no articulado do Orçamento desta forma.

Damos as boas-vindas ao Partido Socialista, em primeiro lugar, a esta transversalidade a toda a Região, algo que não era previsto na primeira opção. E damos especialmente as boas-vindas ao Partido Socialista à perspetiva da redução fiscal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aleluia! Aleluia!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, portanto, esperemos que não possam vir a ser acusados, como a maioria parlamentar foi acusada quando fez o desagravamento fiscal, de fazer um atentado às contas públicas, de sermos irresponsáveis. Mas, se o PS continua a pensar da mesma maneira, terá de fazer autoanálise, porque ou acham que é uma irresponsabilidade fazer reduções fiscais e continuam coerentes, ou acham que já não é – e até nem é só para alguns concelhos, é para todos os concelhos – e então foi-se a coerência. Mas bem-vindos ao bom caminho.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos

Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A intervenção do Secretário Regional lembrou, e bem, que o Partido Socialista fez uma proposta de substituição integral, que eu não tinha enunciado antes. E, portanto, é sobre ela que devemos incidir o nosso debate e a nossa votação.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário das Finanças já deu as boas-vindas ao Partido Socialista à redução fiscal em sede de IRC.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ressuscitou!

O Orador: Eu renovo as boas-vindas que já tinha dado na Comissão de Economia, na apresentação da iniciativa em sede de Comissão de Economia.

É bom recordar que, há pouco mais de um ano, em abril, maio de 2021, o Partido Socialista votou contra o aumento do diferencial fiscal do IRC de 20 para 30%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Em pouco mais de um ano, mudou substancialmente a sua posição, daí as boas-vindas.

Relativamente à proposta de alteração, a verdade é que, na proposta inicial, os pareceres escolhidos foram todos desfavoráveis relativamente à discriminação negativa dos 20% nos concelhos de Ponta Delgada, Angra, Horta e Madalena. Mas a verdade é que, para além desses pareceres desfavoráveis, a própria redação do artigo 38.º do Orçamento já prevê a aplicação dos 30%, porque, quando fixa em 8,75%, significa que são os 30% aplicados a todos. Ou seja, na interpretação que o PS faz é que teriam 30% ou então não teriam nada, porque a taxa que está fixada é a taxa de 8,75%. Ou seja, se fosse mantida a Proposta de Resolução do Partido Socialista apresentada em julho, significava que tinha que ser alterada a

norma do Orçamento, porque ela já fixa que a taxa e o diferencial têm que ser 30%.

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que falta?

O Orador: De qualquer maneira, o que é importante aqui é que o Partido Socialista se juntou àquilo que é o reconhecimento da necessidade da redução fiscal em sede de IRC.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Carlos Silva (PS): O PS é que propôs na Assembleia da República!

O Orador: O impacto é superior. E é bom que se diga que só se aplicava, o Sr. Secretário já disse, a 25 mil euros da matéria coletável, antes do Orçamento de 2023. E, agora, aplica-se a 50 mil euros. Ou seja, o leque de empresas que serão beneficiadas com esta medida será muito significativo. E a verdade é que aquilo que falta de regulamentação em Portaria será publicado.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que já não foi, se estamos em fevereiro?

O Orador: Será publicado. A verdade é que os efeitos serão sempre para 01 de janeiro na aplicação do IRC, tal como o diferencial fiscal que foi aprovado em 2021, para o Orçamento de 2021, foi aprovado em maio, entrou em vigor em julho, mas teve efeitos a 01 de janeiro em matéria coletável de IRC para as empresas todas. Portanto, essa noção de urgência é demagogia, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque é evidente que aquilo que é a incidência do IRC será sempre a 01 de janeiro, tal como foi o aumento do diferencial fiscal no Orçamento de 2021.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós, quando recebemos pessoas na nossa casa, damos as boas-vindas, damos todos as boas-vindas. Não é só o dono da casa. A dona da casa também dá. Os filhos, se foram bem educados, também dão. E, como tal, o Sr. Secretário já deu as boas-vindas ao Partido Socialista. O Sr. Deputado António Vasco Viveiros já deu as boas-vindas ao Partido Socialista. E eu também dou as boas-vindas ao Partido Socialista.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E dou as boas-vindas ao Partido Socialista... Como me orgulho muito de pertencer a este povo, gosto de usar da sua sabedoria: “Só tarda o que nunca chega.” E o Partido Socialista, finalmente, ao fim de dois anos e qualquer coisa, chegou-se para a realidade da necessidade de haver uma redução fiscal para as empresas na Região Autónoma dos Açores. Mesmo assim, foi chegando a medo, era só para alguns e, agora, finalmente, e bem, com esta substituição integral, chega a todas as empresas açorianas, até por via daquilo que foi inscrito na Lei do Orçamento de Estado e no Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Eu queria só lembrar que, como disse aqui o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ainda neste período legislativo, a receita fiscal aumentou na Região, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Contrariando aquilo que tinha dito!

O Orador: ... apesar dos anúncios de que vinha aí o diabo e o fim do mundo, quando baixamos os impostos na Região Autónoma dos Açores nos primeiros

Orçamentos desta legislatura.

É verdade que a receita fiscal aumentou na Região Autónoma dos Açores, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor sabe porque é que isso aconteceu?

O Orador: ... também por via da inflação, também por via do contexto internacional que vivemos, mas também é verdade que a inflação nos Açores é mais baixa do que na República por via do choque fiscal que nós introduzimos no Orçamento da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Também é verdade! Dos combustíveis, também é verdade!

O Orador: Porque também é verdade que, na República, o Governo da República encaixou, nos últimos anos, mais 30 mil milhões de euros de receita fiscal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: E em vez de a devolver aos portugueses, encaixou-a no Ministério das Finanças para dizer que tem contas certas. Não vem mal ao mundo ter contas certas, bem pelo contrário, mas nós, aqui, além das contas certas, estamos a tentar devolver aos açorianos, até por via de uma inflação mais baixa do que na República, parte dessa receita fiscal. E isto é inegável! E isto, tecnicamente, é inegável!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Os portugueses do “retângulo” estão a enfrentar uma inflação maior porque o Governo da República foi incapaz de baixar a receita fiscal, nomeadamente ao nível do IVA, que faria baixar a inflação.

Deputado António Lima (BE): Como em Espanha!

O Orador: O Deputado António Lima responde em aparte: como em Espanha. O Sr. Deputado António Lima está embevecido com os Reais Decretos. Já o fez sobre os transportes aéreos, agora faz sobre o sistema fiscal. O Sr. Deputado António Lima devia saber que os sistemas são diferentes. E quando os sistemas são diferentes, as receitas são diferentes e a forma de fazer as coisas é diferente.

Da mesma forma, já agora, eu vou lembrar que as medidas que estão a ser tomadas na União Europeia, por exemplo, ao nível dos juros não beneficiam em nada Portugal nem Espanha, mas estão a beneficiar outros Estados-membros que precisam de juros mais altos.

E, portanto, essas medidas transversais, à boa maneira dos planos quinquenais comunistas, não funcionam para todos. O Sr. Deputado António Lima há de perceber isso. Agora, o que é um facto é que a inflação nos Açores é mais baixa do que na República, porque o IVA nos Açores é mais baixo do que na República!

Deputado António Lima (BE): É igual!

Deputado Carlos Silva (PS): Isso não é verdade! Onde é que viu esse estudo?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Aproximamo-nos da Quaresma. E gostava de vos contar uma pequena história: à entrada de Jerusalém, havia um homem chamado Zaqueu. Zaqueu era o cobrador de impostos do império...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tem tudo a ver!

O Orador: Tem tudo a ver. Tem tudo a ver.

Deputado Nuno Barata (IL): Estamos no fim do império!

O Orador: Ó Sra. Deputada, se me permite, foi há dois mil anos, mas não aprendemos nada. Não aprendemos nada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Fale por si!

O Orador: O Estado tenta cobrar o máximo. E o povo tenta pagar o mínimo. Encontrar este equilíbrio é que é sempre bastante difícil. Obviamente, não vos dar as boas-vindas, porque dar as boas-vindas é a quem está do lado de fora. Os senhores não estão do lado de fora, sempre estiveram do lado de dentro. Se estavam com má vontade nessa questão fiscal, já não sei.

Mas uma coisa sei e tem a ver com o Zaqueu. O Zaqueu, que subiu bem alto para poder ver a aparição desse tal profeta... Eu também percebi que estamos a subir bem alto naquilo que é a vontade do povo soberano português e açoriano de baixar impostos, pagar menos impostos, menos impostos, menos impostos, menos impostos.

Nós, cada vez mais, sentimos na pele, nós que trabalhamos, nós que pagamos impostos, sentimos na pele a carga pesadíssima de impostos que esse país tem.

E é, depois, os maus exemplos. Para onde vai o dinheiro? Para onde vai o dinheiro? E é isso que as pessoas não compreendem.

Também é certo, o Sr. Secretário dizia, é mais dinheiro que fica no bolso das empresas. Eu percebi. Mas, Sr. Secretário, tem que ser mais dinheiro que fica no bolso das pessoas. E, infelizmente, quando baixamos impostos, normalmente, o dinheiro fica mesmo só no bolso das empresas.

Nada contra as empresas, antes pelo contrário, é com empresas que nós fazemos, é com empresas que nós criamos riqueza, criamos emprego. Não é pedindo emprego no Estado que nós vamos levar essa Região em frente. Mas também é certo que, quando baixa o IVA, não baixa o preço do produto. E isto compete ao Estado fiscalizar, compete ao Estado penalizar, que é coisa que não tem havido. Isto dizer que existe, eu posso dizer daqui. Eu não tenho a capacidade de ir de supermercado em supermercado penalizar a pessoa, ou de restaurante em restaurante, ou seja lá o que for, em que o preço se manteve igual e o lucro ficou na aligeira das pessoas. Isto tem que ser corrigido. E hoje vamos falar de margens de lucro. Isto tem que ser corrigido, sim. Menos impostos, mas menos impostos...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é comunista e não sabia!

O Orador: Ó senhor, eu vou-lhe responder. Aqui, atrás de mim, este senhor disse que eu era comunista. Eu vou-lhe dizer uma conversa: o senhor que me chame comunista todos os dias, no dia que eu tiver que defender o meu povo, naquilo que são as roubalheiras que o Estado faz à algibeira de cada um! O senhor tome é

muito cuidado com a língua que tem, que é uma língua muito venenosa, para poder insultar os outros naquilo que é a verdade, porque as pessoas que estão lá em casa já o puseram sentado aí atrás e vão pô-lo se calhar ainda na fila de trás! Haja tino nessas coisas!

Deputado Berto Messias (PS): O senhor é comunista e não sabia! Se o senhor está a condicionar margens de lucro, está a ser comunista!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faz favor, Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo...

Deputado José Pacheco (CH): Ó Sr. Presidente, podemos ouvir aqui o Sr. Deputado?

Presidente: Sr. Deputado Rui Martins, use da palavra, se faz favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em nome do CDS e do Grupo Parlamentar do CDS, tenho que saudar também o Partido Socialista pela clarividência de agora vir propor uma baixa de impostos. E bem-vindos, bem vindos a este grupo que sempre defendeu, defendeu desde a primeira linha. E, por isso, é que também devo dizer que, já em meados de 2021, quando foi votado o primeiro Orçamento deste XIII Governo Regional, que previa a redução de impostos, o Partido Socialista votou contra. E votou convictamente contra, dizendo que seria o descalabro das contas públicas. Isto foi a argumentação do Partido Socialista. Ora, essas previsões falharam redondamente, para bem dos açorianos. E, por isso, agora, vêm-se juntar ao grupo que propõe, então, a baixa de impostos.

Mas devo dizer que, já em novembro passado, o Partido Socialista voltou a votar contra a baixa de impostos. E não foi só a baixa de impostos, votou contra a redução da taxa de IRC para o máximo, ou seja, para o máximo permitido pela

Lei de Finanças Regionais, os 30%, que equivale a 8,5% em sede de matéria coletável do IRC, que é o artigo 38.º do Orçamento. E o Partido Socialista votou contra. Votou contra. E quem votou a favor foram os partidos da coligação (o PSD, o CDS e o PPM), votou o PAN a favor, votou a Iniciativa Liberal a favor, votou o Chega e o Sr. Deputado independente também votou a favor desta redução fiscal no Orçamento para 2023. O que quer dizer que, no ano de 2023, todas as empresas sediadas em todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores vão beneficiar desta redução fiscal e vão pagar 8,5% sobre a matéria coletável. Isto é que é o facto.

E o que é que o Partido Socialista vem propor agora? Vem propor... E ainda é mais interessante, é que o primeiro ponto resolutivo diz assim: “Que o Governo Regional dos Açores declare todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores.” Porque é que diz todos os concelhos da Região Autónoma dos Açores? Diz todos os concelhos, porque antes discriminava, discriminava a Horta, discriminava Angra do Heroísmo, discriminava a Praia da Vitória e Ponta Delgada. Isto não só era uma discriminação, ou seja, em que havia um benefício, havia uma redução para outros, e para estes quatro que eu mencionei ficava exatamente igual, mas isto também ia aqui causar um imbróglio, um imbróglio legal, porque a Lei do Orçamento não fazia esta discriminação. Seria muito difícil, para não dizer que seria ilegal, haver uma discriminação entre concelhos, entre as empresas sediadas nos diversos concelhos, porque a lei seria para todos.

Deputado Carlos Silva (PS): Ó Sr. Deputado, a derrama é diferente!

O Orador: É o artigo 38.º do Orçamento, Sra. Deputada Sandra Dias Faria. Se tiver a amabilidade de consultar o Orçamento, vai ver que o artigo 38.º fixa em 8,75% a taxa de IRC para as empresas sediadas na Região.

Por isso, o que o Partido Socialista vem aqui propor é algo que já tinha sido feito e foi aprovado por seis partidos desta Assembleia.

E, depois, mais interessante, também, esta é, obviamente, aqui a grande ironia ou

a ironia deste Projeto de Resolução, que é o ponto 2, que diz que a classificação referida seja promovida no período máximo de 30 dias. Isto é o Partido Socialista a dizer assim: somos contra, mas façam já!

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP)

Isto é inenarrável, inenarrável, quer dizer, vir propor que se faça em 30 dias aquilo que eram contra, porque votaram contra.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: E, depois, devo dizer mais, Sr. Deputado Carlos Silva, que é o especialista do Partido Socialista nestas matérias, agora, que é o *frontman* do Partido Socialista no que toca à matéria fiscal, devo-lhe dizer: o apuramento em matéria de IRC é feito em maio de 2024. Por isso, a pressa que o senhor está aqui a ter, quer dizer, não se justifica rigorosamente nada, ...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fizeram um numerozinho!

O Orador: ... porque o Governo Regional trabalha com tempo, pensa nas coisas, aliás, pensou e demonstrou aos açorianos, começou a pensar no assunto desde que entrou em funções. E por isso é que, em 2021, quando votou o primeiro Orçamento, houve uma redução, um choque fiscal, como disse o Sr. Deputado Nuno Barata. E por isso é que, o ano passado, quando fez a anteproposta, já previa. E em novembro, quando se votou o Orçamento, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... os documentos tinham um artigo, que na proposta era o artigo 37.º e no Orçamento ficou o artigo 38.º.

Por isso, Sra. Deputada Sandra Dias Faria, Sr. Deputado Carlos Silva, se quiserem ler os documentos e se tivessem olhado com olhos de ver, se calhar escusavam estar, agora, aqui, a fazer esta propaganda barata a dizer que é o Partido Socialista que vai, aqui, ajudar qualquer empresa. Não é um facto. E bem-vindos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este Projeto de Resolução do Partido Socialista pretende que sejam declarados como concelhos que possam beneficiar desse benefício fiscal, que o Parlamento aprovou a proposta do Governo em sede de Orçamento da Região, baixando ou concretizando a baixa do IRC, o benefício fiscal, para uma taxa de 8,75%.

Em primeiro lugar, é preciso saber do que é que estamos aqui a falar. Nós não estamos aqui a falar de nenhum apoio de emergência para as empresas, de nenhum apoio muito menos para as empresas que estão em dificuldades, ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): São medidas estruturais!

O Orador: ... em primeiro lugar, porque o IRC é um imposto sobre os lucros. Naturalmente, uma empresa que tem lucros não está em grandes dificuldades, nem pouco mais ou menos. E ainda bem.

Por outro lado, esta medida só produz efeitos este ano, sendo que as empresas só verão esse benefício fiscal em 2024. Ou seja, para agora, para hoje, para aquelas empresas que vão ter e têm enormes dificuldades em pagar a conta de eletricidade, por exemplo, e que não conseguem sequer muitas delas, dependendo dos setores, refletir esse aumento nos produtos, e mesmo isso tem consequências nas famílias, para essas empresas esta medida não diz absolutamente nada. Não diz nada às empresas que estão com dificuldades hoje, que não têm como pagar salários hoje, ou que não têm como pagar a eletricidade hoje. Esta medida não diz absolutamente nada.

Por outro lado, esta medida cria, em nosso entender, uma gigantesca injustiça, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Gigantesca?! Então?

O Orador: ... uma gigantesca injustiça e uma gigantesca desigualdade. Uma família, um trabalhador que tenha um rendimento coletável de cerca de 20 mil euros por ano tem uma taxa de IRS de 24,5%. Uma empresa que tem 50 mil euros de lucro tem uma taxa de IRC de 8,75%. Onde é que está a justiça desta medida, quando são as famílias que neste momento não sabem como é que hão de pagar a conta do supermercado, que não sabem como é que hão de pagar a prestação da casa ao banco ou a renda? Onde é que está o apoio para elas? Acham que é bom taxar a 24,5% uma família que ganha 20 mil euros por ano, e a uma empresa que tem 50 mil euros de lucro taxar a 8,75? É essa a justiça que querem introduzir na Região? Bem, para nós, isso é tudo menos justiça fiscal. É um benefício que não se justifica nesta altura. Não se justifica nesta altura.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual foi o seu voto no diferencial fiscal? Diga lá!

O Orador: Contra.

Se me deixarem continuar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode continuar, tem o direito à indignação!

O Orador: A seguir, é preciso dizer que esta medida se aplica às PME, pequenas e médias empresas. Nos Açores, há cerca de 20 empresas que não se incluem nas PME. Ou seja, esta medida é para quase todas as empresas com lucros na Região. E o que é uma PME? Uma PME é uma pequena ou média empresa, é uma empresa com menos de 250 trabalhadores ou até 250 trabalhadores ou com um volume de negócios até 50 milhões de euros. Uma empresa com 50 milhões de euros, nos Açores, de volume negócios é, no contexto regional, e não estou a falar na classificação que é internacional, que é legal e que nós nos regemos, mas, no contexto regional, uma empresa que fatura 50 milhões de euros é uma pequena empresa?! Desde quando? Essa não é uma classificação que na nossa Região seja

conducente com o tecido empresarial que nós temos. Esta medida vai beneficiar muitas grandes empresas no contexto regional. E, pior, vai beneficiar quem, hoje, está a ganhar milhões à custa da inflação.

Quando em todo o mundo e no país se discute que há lucros extraordinários, que há lucros que são exagerados no contexto, quando se discute que há especulação, o que é que nós fazemos? Baixamos os impostos sobre os lucros. Para quê? Para beneficiar a especulação que existe.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): É só nos primeiros 50 mil euros!

O Orador: O Governo Regional, sobre o controlo de preços, o que é que faz? Vigia os preços. Deve ser para não fugirem, porque, para além disso, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É só nos primeiros 50 mil!

O Orador: ... não faz mais nada senão vigiar os preços.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): É só nos primeiros 50 mil euros, Sr. Deputado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor diga toda a verdade!

O Orador: As famílias, os trabalhadores, que são aqueles que estão a pagar a inflação, não podem refletir custos nas vendas. As empresas podem refletir os custos nas vendas, têm essa saída. As famílias, a única coisa que podem fazer é cortar na comida. É isso que as famílias podem fazer.

E é essa injustiça que estão a criar, que criaram no Orçamento e que agora se quer concretizar. Nós não podemos acompanhar.

E o Sr. Secretário, finalmente, disse que esta medida pode custar 2,5 a 3 milhões de euros. Bem, Sr. Secretário, quando teve um défice de 148 milhões de euros no ano passado, eu fico estarecido. O Governo tem um défice brutal, aumentou brutalmente de 2021 para 2022. E o que é que acha que é bom fazer? Reduzir receita.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mas quem é que disse que se reduz receita?

O Orador: Muito bem. O senhor saberá como é que gere as contas públicas.

E também o Partido Socialista, que se mostra preocupado com as contas públicas, acha que é bom reduzir a receita. Bem, eu já nem digo nada. É um conjunto de contradições, muito preocupante, de toda a gente nesta sala.

Queria ainda apenas dizer: eu ouvi aqui declarações sobre nós termos uma inflação mais baixa. Temos. O que temo é que seja, espero estar enganado, por enquanto, porque a tendência, neste momento e já há algum tempo que se vem a verificar, é a redução da inflação a nível nacional e o aumento dos Açores. Aliás, como o próprio Governo reconhece, a inflação nos Açores chega mais tarde. E é possível que isso esteja a acontecer agora. Espero estar enganado, sinceramente, porque isso seria bom para as pessoas.

E um dos fatores, ao contrário do Sr. Deputado Nuno Barata, que diz que o IVA mais baixo está a fazer com que a inflação dos Açores seja mais baixa, tenho muitas dúvidas disso, não vi ainda nenhum especialista a dizê-lo, mas é preciso ter em conta um fator que nos Açores existe, esse é factual e pode ter um impacto positivo pelo menos na mitigação da inflação, que é termos preços da energia elétrica regulados e que é termos preços dos combustíveis regulados. Isso poderá explicar, mas não vou dizer que é isso ou que é só isso.

O que está a acontecer, naturalmente, com o aumento da energia para as empresas, agora, que se reflete em 2023 aquilo que não aumentou em 2022, no mercado livre, nós estamos agora a pagar pelo não aumento de energia em 2022, estamos agora a pagar por isso, provavelmente isso fará com que a inflação, efetivamente, suba mais significativamente, em 2023, nos Açores. E aí, espero eu, não venha o Sr. Deputado Nuno Barata dizer que é por causa do IVA ser mais baixo nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, sabe de quem é a proposta? É do Partido Socialista. É que quem ouve o seu discurso aqui, com referências constantes ao Governo Regional e aos partidos da coligação, ...

Deputado António Lima (BE): Mas não está no Orçamento?

O Orador: ... parece que V. Exa. está um pouco perdido e que não percebe que a proposta é do Partido Socialista. E eu percebo a sua confusão, Sr. Deputado, é difícil perceber que seja do Partido Socialista. Eu percebo a sua confusão, Sr. Deputado.

Então, o Partido Socialista estava contra a redução dos impostos, votou contra. E, agora, de repente, apresenta uma proposta destas? É evidente que V. Exa. fica confuso e não sabe bem de quem é a proposta. Não sabe bem de quem é a proposta. Depois, o Partido Socialista vota contra o Orçamento, que é isto que lhe permite agora apresentar esta proposta. E é por isso que V. Exa. diz: bom, mas como é que é possível que seja do Partido Socialista? Por isso é que V. Exa. anda perdido em relação à identidade de quem fez a proposta.

É evidente, como V. Exa. diz, que há aqui um grande conjunto de contradições. Há um grande conjunto de contradições. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, há uns meses, estava a fazer uma espécie de dança da chuva, a dizer: vem aí uma desgraça, os senhores não sabem o que estão a fazer. Reduzir os impostos, isso é uma desgraça. O que é que aconteceu? Não choveu.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Choveu bastante!

O Orador: E, portanto, não aconteceu aquilo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro antecipou. Não aconteceu. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro anda com um azar terrível, que é: os prognósticos, falha sempre. Não jogue, Sr. Deputado, não jogue o Euromilhões, não jogue nada, que anda mesmo bastante azarado nas suas previsões.

E, por isso, V. Exa., evidentemente, Sr. Deputado, está confuso em relação à identidade, à identidade do partido que apresenta esta iniciativa.

Mas quero dizer-lhe o seguinte, quero também fazer-lhe algumas perguntas: diga-me, Sr. Deputado, qual é o país do mundo...

Deputado António Lima (BE): A proposta não é minha!

O Orador: Ouça, a pergunta não é difícil. Só uma pergunta. Vou-lhe só fazer uma pergunta: qual é o país do mundo que tem um IRC igual ao IRS? Um. Só quero que me indique um único país do mundo.

Deputado António Lima (BE): Eu não disse isso!

O Orador: Não, o senhor destacou aqui a diferença que existe entre o IRC e o IRS. E se acham justo.

Já agora, então, o senhor acha justo ter votado contra? Dizia V. Exa. que as famílias ainda pagam muito. Então, V. Exa. votou para que elas continuassem a pagar mais, há uns meses atrás, quando votou contra a redução dos impostos!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Não percebo o argumento. Pergunta: nós achamos justo? Nós não achamos justo, por isso é que votámos a favor da redução dos impostos. V. Exa., pelos vistos, é que acha que é justo que se pague tanto. E se fosse por vontade de V. Exa. e pelo voto de V. Exa., continuariam a pagar mais do que estão a pagar agora, neste momento, nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é mais uma contradição do discurso de V. Exa.

Quero também dizer-lhe o seguinte: as empresas também assumem os encargos sociais dos seus trabalhadores, como é evidente.

Deputado António Lima (BE): Mau seria se assim não fosse!

O Orador: E V. Exa., no seu discurso, não teve em conta esse esforço que é feito. E por isso é que é necessário. E nós acompanhamos esta proposta, no sentido de reduzir esta carga fiscal e de permitir às empresas que possam beneficiar desta redução da carga fiscal.

O PPM não acompanhava a proposta inicial, também, do Partido Socialista nesta matéria. Já se arrependeu de ter votado contra o Orçamento. Já se arrependeu de ter votado contra a baixa dos impostos. E também já se arrependeu da sua proposta inicial, que, fundamentalmente, diferenciava (é só arrependimentos) e que estabelecia apenas uma redução de 20% para os concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo, Madalena e Horta.

Bom, quer dizer, é que é uma mudança muito significativa. São só quatro, mas estes quatro concelhos têm a esmagadora maioria do tecido empresarial. Isto não é uma modificação somenos, é uma modificação enorme, é um arrependimento enorme, é uma alteração muito significativa que V. Exas. ...

Ou seja, o que é que eu acho? Acho que o Partido Socialista anda perdido. Anda perdido ponto de vista ideológico, anda perdido do ponto de vista das propostas. Não sabe muito bem o que é que tem de fazer. E então viu: o vento sopra naquela direção, e seguiu. Vamos naquela direção porque está a ter êxito. O Governo conseguiu, com a redução dos impostos, ter bons resultados. Então, vamos seguir aquela maré também, vamos naquela onda.

Pelo menos o Bloco já sabemos que está contra, contra, contra, contra... está sempre contra tudo. Mas já sabemos que o Bloco mantém a sua posição, é aquele dogmatismo contra as empresas...

Deputado António Lima (BE): Não é contra as empresas, é contra a injustiça!

O Orador: Não é coerência nenhuma.

Em relação ao Partido Socialista, nunca se sabe. Nunca se sabe. E, agora, o que fez foi aqui apanhar uma boleia nesta matéria e, portanto, dizer que também está de acordo e que também está a favor e, portanto, que acha que isto resulta. E

resulta. E resulta, porque temos uma inflação mais baixa que a média do país, porque temos o maior número de empregados de sempre na Região Autónoma dos Açores, porque temos também, do ponto de vista dos combustíveis, um mercado regulado, mas com grande esforço também por parte do Governo Regional, porque há uma estratégia do Governo Regional nessa matéria. E, portanto, há aqui um conjunto de resultados que são muito favoráveis.

E o Partido Socialista o que diz agora é: muito bem, está a resultar, nós vamos juntos, entramos nesse barco. E também queremos algum mérito. O mérito não o têm, porque o mérito é de quem iniciou este conjunto de medidas, de quem as implementou e de quem manteve a coerência nesta matéria, que não é o vosso caso.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições neste momento.

Sra. Deputada Sandra Dias Faria, faça favor.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Como em todas as intervenções que me antecederam houve um agradecimento, gostaria também de devolver o agradecimento, mas desta feita à coligação e ao Governo por se juntarem ao Grupo Parlamentar do PS na identificação das áreas territoriais que serão abrangidas por essa redução de benefícios fiscais, ...

Voices dos Deputados da bancada do PSD: O quê? Isto só visto!

A Oradora: ... que é disto que se trata esta proposta. Quando dizem que vamos a reboque, refutamos por completo essa vossa afirmação.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso não se faz, Sr. Deputado Vasco Cordeiro! Isso fica feio!

A Oradora: A nossa primeira proposta data...

Ó Sr. Presidente, quando eu puder retomar, eu agradeço.

A nossa primeira proposta data de julho de 2022, logo após a aprovação, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Já deviam ter retirado!

A Oradora: ... em maio de 2022, pelo Orçamento de Estado.

Mais, chamo a atenção também ao Sr. Deputado Rui Martins e também ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que afirmaram aqui que o Partido Socialista votou contra o artigo do Orçamento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O Orçamento!

Deputado Carlos Silva (PS): Não, não.

A Oradora: Não, disse contra o artigo e até mencionou 38.º. Sr. Deputado Rui Martins, posso pedir a transcrição...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ó Sra. Deputada Catarina, eles, daqui a bocado, votaram a favor do Orçamento! Calma! Calma!

A Oradora: O artigo 38.º, que versa sobre esta matéria e que aqui foi afirmado que tínhamos votado contra, o Diário das Sessões diz o seguinte: “O artigo 37.º colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 de PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN, 1 do Deputado independente; e 2 votos contra do Bloco de Esquerda.”

Portanto, fica aqui a correção àquilo que foi afirmado pelo Sr. Deputado Rui Martins, que disse que eu não tinha consultado os documentos, mas, a ver vamos, foi o próprio que não o fez.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Quem é que se juntou a quem?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Ó Sr. Presidente, eu peço desculpa, mas eu ouvi todos os meus colegas enquanto fizeram as suas intervenções.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim é impossível a Sra. Deputada Sandra Dias Faria fazer a sua intervenção. Peço que criem as condições para que isso se possa fazer. Faz favor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Comece por avisar o Sr. Deputado Carlos Silva!

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Este Projeto de Resolução não deixa de fazer sentido, porque o Governo já poderia ter feito desde maio de 2022 e não o fez.

E atendendo àquela que tem sido a postura em termos de, dando alguns exemplos, atraso nos pagamentos dos apoios às empresas, atraso nos pagamentos aos fornecedores, o Governo Regional é sempre lento naquilo que diz respeito a ajudar quer famílias, quer empresas. E, portanto, os territórios beneficiários poderiam já estar identificados.

Quanto à redução fiscal, que é a grande ou das poucas bandeiras que ainda têm para acenar, ...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Os senhores também querem acenar agora!

A Oradora: ... o que é certo é que a diferenciação fiscal na Região Autónoma dos Açores é património do Partido Socialista. E isto é histórico, ninguém nos retira.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Mais, a possibilidade de haver agora esta redução adicional de 30% no IRS é resultado do trabalho dos Deputados do Partido Socialista/Açores, na República. Não fosse este trabalho, não estávamos aqui a aplicar isto.

E, portanto, o que falta fazer é o trabalho do Governo, regulamentar para que isto

possa efetivamente chegar às empresas e que esta redução possa apoiar as empresas no momento de dificuldade.

A nossa alteração que aqui foi mencionada, a grande alteração, que inicialmente tínhamos quatro concelhos que ficavam ao nível de 20% de redução, temos a dizer que a alteração teve como resultado as audições que foram feitas, em que ouvimos a AMRAA, ouvimos o Sr. Secretário Regional, ouvimos a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores. E em todas as audições foi colocada a questão, pelo Partido Socialista, da diferenciação, se fosse um problema e se, se alterasse para 30% em todos os concelhos, seria bem-vindo. Portanto, auscultámos as audições em sede de Comissão, fazem parte do nosso trabalho. Aquilo que nos é dito pelas várias entidades que são ouvidas, obviamente, tem sido tido em conta.

Mas, acima de tudo, estamos a falar de uma primeira proposta entregue nesta Casa em julho de 2022, estamos em fevereiro de 2023 e o contexto alterou-se drasticamente e, portanto, justifica esta alteração do alargamento a todos os concelhos da Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quer dizer que isso foi ainda antes da proposta do Orçamento de Estado! Alterou-se drasticamente!

A Oradora: E fazendo aqui também nota da preocupação que o Bloco de Esquerda expressou do apoio às empresas, nós entendemos que este apoio também permite às empresas, neste momento, em que se veem confrontadas com atrasos nos pagamentos dos incentivos, com atrasos nos pagamentos por parte do Governo a fornecedores, que englobam muitas dessas empresas açorianas, que se veem confrontadas com o aumento dos custos de produção, ser um alívio e ser, simultaneamente, e aí apoiando indiretamente as empresas, a proteção dos postos de trabalho.

Mas, relembro, esta não é a única medida que o Partido Socialista/Açores apresentou aqui. Já apresentámos diversas medidas, quer de apoio às empresas, quer de apoio às famílias, que são complementares. E, portanto, não as podemos

avaliar em isolado.

E, mais uma vez relembro, o Partido Socialista, no que diz respeito à redução fiscal, tem um património que fala por si só, portanto, não vale a pena estarem sempre a advogar o contrário.

A redução que fizeram, fizeram porque nós, Partido Socialista, o permitimos anteriormente que o fizessem.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Os senhores já terminaram? Eu posso recomeçar a minha intervenção, se calhar...

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado. Tem a palavra.

O Orador: Sem prejudicar os apartes.

Presidente: Certo.

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários:

Eu sou, realmente, um acérrimo defensor da redução de impostos à sociedade, não às empresas, não às famílias, mas às famílias, às empresas, às instituições, porque o Estado deve intervir no mínimo na carga fiscal relativamente a toda a sociedade. Foi nesse pressuposto que, há aproximadamente um ano e meio atrás, apresentei um Projeto de Resolução nesta Casa, que recomendava aos municípios a redução do IMI até o limite previsível, que a lei prevê que os municípios que têm declínio demográfico pudessem aplicar uma taxa de IMI mais reduzida, reduzindo assim a carga fiscal às famílias principalmente, mas também às empresas que têm património. Essa medida, como se lembram, foi aprovada. Tangencialmente, foi aprovada nessa Casa. O que mostra que, da minha parte, há essa preocupação na

redução da carga fiscal a toda a sociedade.

Relativamente a essa medida, encaro-a com bons olhos, vejo-a com bons olhos. Sinceramente, não vejo grande diferença entre a iniciativa inicial e a que está agora a discussão, porque no diploma inicial dizia que para 15 dos concelhos a redução era até 30%. Podia ser 15% ou 17% ou 19%. Portanto, não havia diferença nenhuma. Até 30%. E para os outros quatro concelhos até 20%. O que, no limite, na interpretação do diploma, poderiam ser todos iguais a 19 ou a 20%. Portanto, a diferença não é tão grande.

E se querem que lhes diga, eu estava disposto a aprovar o diploma mesmo na sua versão inicial, porque, acima de tudo, há que reduzir os impostos, nesse caso às empresas.

E percebo até algum ponto da justiça da medida, que é: aqueles que pagam é que vão pagar menos; os que nada pagam, olha, não são abrangidos. Mas o que é certo é que também não posso... Nesse caso, a minha pequena costela de esquerda, que é: então, e para as outras pequenas empresas que estão com enormes dificuldades, onde é que está aqui alguma coisa para ajudar essa gente? Não, não está. Esperemos que apareça. Esperemos que apareça algo que seja mais transversal a todas as empresas e que seja mais transversal a toda a sociedade, porque não podemos deixar de lembrar aqui que, ainda há cerca de um mês, o Governo anunciou o Programa MAIS, que vai beneficiar as empresas em 10 milhões de euros. E, agora, segundo o Sr. Secretário, serão mais de 2,5 milhões que, em princípio, vão beneficiar as empresas. Ou seja, estamos a falar aqui, para o mesmo setor da sociedade, as empresas, uma redução de 12,5 milhões.

Gostava eu de ver medidas neste mesmo sentido e com essa mesma proporção às famílias. É que eu não tenho visto. E o que eu vejo são famílias a pagar prestações de casa com aumentos de 100 e tal e de 200 euros. E essas pessoas estão numa asfixia tremenda. E a asfixia ainda não é tão grande porque é tradicional nas famílias açorinas terem alguma tesouraria, um mealheirozinho no canto da gaveta

para acudir a uma aflição. E esse mealheiro tem servido para acudir a essas aflições. Mas o impacto delas chegará mais à frente. E eu não estou a ver ninguém preocupado com isso. E é bom que se preocupem. É bom que se preocupem, porque este é um problema muito sério, que porá em causa a sustentabilidade das famílias, das empresas, das instituições, no fundo, de toda a sociedade.

Portanto, é bom que se pense nisso. É bom que se pense que as empresas têm que sobreviver, mas elas não sobrevivem sem que as famílias tenham recursos para consumir. E o que eu estou a ver é que há algum esquecimento das famílias relativamente assunto.

Eu preferia que, aproximadamente, desses 12,5 milhões que vão ser perdoados às empresas, metade disso fosse de alguma forma diretamente aplicado nas famílias. Infelizmente, não estou a ver isso.

Mas, pronto, fiquemos a aguardar que haja outras propostas que sejam mais eficazes no combate a esse difícil problema que a nossa sociedade vive neste momento, de liquidez. E fiquemos, sim, a aguardar que funcione bem.

Também vejo com bons olhos que, realmente, o Governo dos Açores, agora, tenha dito que a versão inicial da iniciativa do Partido Socialista não era adequada porque só refletia o valor maior em 15 dos 19 concelhos, ou seja, considerando que a universalidade da redução de impostos seja adequada se for a todos, situação esta ou entendimento este que o Governo Regional dos Açores não teve quando implementou o Programa “Nascer Mais”, que discrimina concelhos.

Portanto, em termos de fiscalidade para as empresas, sim, senhor, tem que ser transversal. Em termos de apoio às famílias que têm filhos, ok, já não pode ser transversal, tem que ser sectorial, tem que haver uma discriminação. Isso dá que pensar um bocadinho, dá que pensar o preço que se tem que pagar por certos entendimentos parlamentares.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para este diploma.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública
(Duarte Freitas): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi um pouco difícil ouvir os argumentos da Deputada Sandra Dias Faria, quase penoso, porque eles têm a consistência de um pântano e têm a coerência de um castelo de cartas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E a verdade é que a sua consistência é tão grande como a do pacote que serviu apenas para fazer uns *outdoors*. Eu, aliás, sugiro, aqui, aliás, ao Partido Socialista, que comece já a produzir o próximo *outdoor*: PS reduz impostos às empresas nos Açores. Seria tão coerente como todos os outros *outdoors* que já estão na rua.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E em relação à consistência...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Além da nota de imprensa!

O Orador: Sim, também a nota de imprensa é importante, ou até um requerimento, daqueles requerimentos que as pessoas fazem já com o título de nota de imprensa, também é bonito e é democrático.

Bom, mas em relação à consistência, a consistência desta proposta é tal e a razão de ser é tal que a Sra. Deputada Sandra Dias Faria acabou por reconhecer que votaram conscientemente a favor do artigo, agora 38.º, do Orçamento. Ora, se votaram conscientemente a favor deste artigo, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já tínhamos feito a proposta!

O Orador: ... este artigo dizia que era 8,75% e, portanto, era para todos os Açores. E, portanto, a consistência deste argumento fica completamente desmascarada quando se percebe que apresentam agora algo que já sabiam que tinham aprovado em novembro passado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Bom, é por isto, Sras. e Srs. Deputados, que é difícil, é difícil, é quase um pouco penoso assistir a esta abordagem de absoluta incoerência, de extraordinária inconsistência do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, na verdade, é a isto que estamos a habituar-nos, o Partido Socialista varia entre a política da terra queimada e a política da demagogia barata.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E entre uma e outra, vai-se perdendo o rigor, a responsabilidade daquilo que deveria ser o maior partido da oposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Da nossa parte, do nosso lado, continuaremos, coerentemente, a defender as empresas, a defender as famílias, a estimular o aumento salarial, a proteger quem mais precisa, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Nota-se!

O Orador: ... com o Orçamento de maior pendor social da história da autonomia. E que o Partido Socialista votou contra, mas, agora, para defender as empresas, já está aqui a favor, contrariamente até àquilo que dizia em relação ao desagravamento fiscal.

Assim, para todas as açorianas e açorianos fica claro quem é o referencial de

estabilidade, de coerência, de defesa das empresas e das famílias da nossa sociedade, que faz a economia dos Açores crescer há 17 meses consecutivos, que faz a taxa de desemprego ser a menor dos últimos 10 anos, que faz termos a maior população empregada da história. Fica bem claro quem está a puxar os Açores para cima, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... quem está a ser coerente, quem está a defender as famílias e as empresas açorianas e quem está perdido no seu mau perder por ter perdido o poder.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria recordar à Sra. Deputada Sandra Dias Faria o seguinte: os Deputados que mencionou do Partido Socialista, que na Assembleia da República apresentaram uma proposta e permitiram a aprovação e a criação de um quadro legal que permita a aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais na Região, no ano anterior tinham votado contra a baixa do IRC, pelo menos dois desses Deputados. E é bom que saiba isso. O Sr. Deputado Sérgio Ávila e o Sr. Deputado Francisco César...

Deputado Nuno Barata (IL): O Sr. Deputado Sérgio Ávila ainda fez mais do que votar contra!

O Orador: ... tinham votado contra a baixa do IRC na Região no ano de 2021,

quando foi aprovada. É bom recordar isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Quanto ao artigo 38.º e àquilo que foi a vossa alteração na proposta, o Sr. Secretário já disse, também já tinha afirmado, era impossível enquadrar a vossa proposta antes da alteração com aquilo que são os termos do artigo 38.º. E que também votaram a favor.

E, por último, quero dizer o seguinte: aquilo que são as razões que apresenta aqui para justificar esta baixa, aparentemente, são só conjunturais, é pela inflação, é pela subida dos preços da energia. Nós defendemos a baixa do IRC por princípio, porque é fundamental para a competitividade das empresas e não por razões conjunturais, que é aquilo que fundamentou na sua defesa.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu começo por responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que, naturalmente, o IRS e o IRC são coisas diferentes, mas nós não podemos deixar de comparar aquilo que os senhores fizeram com o Orçamento. É verdade, a proposta é do Partido Socialista e, como disse na minha intervenção inicial (o senhor não ouviu, se calhar, porque não quis ou estava distraído), esta proposta procura concretizar aquilo que já está de certa forma... de certa forma não, já está aprovado.

E não se pode deixar de comparar o privilégio que está a ser dado a quem tem

lucros neste momento, quando quem está a sofrer mais neste momento com a inflação são as famílias, é quem trabalha, quem não tem dinheiro para pagar as contas do supermercado. As empresas podem estar muitas em dificuldades, é verdade, mas há sempre, para muitas delas, principalmente para aquelas que têm lucro, então aí é outra história... Refletem os custos nos preços.

E isto não se trata de um apoio para reduzir os custos a quem tem dificuldades, trata-se de um benefício fiscal, ainda por cima que só vai ter efeitos práticos em 2024.

Mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão referiu também que o Bloco de Esquerda foi contra a baixa de impostos em 2021. É verdade. Porquê? Baixou o IRC, que nós não concordamos neste contexto, ou seja, esta baixa é uma baixa em cima de um diferencial de 30%, que já não é pouco. E votou contra porque não considerava e não considera que o diferencial fiscal de 30% deveria ser aplicado para o IRS da forma que os senhores queriam aplicar. E dou-lhe um exemplo: gostaria que me respondesse qual foi o benefício que teve dessa baixa de impostos no IRS um trabalhador que auferisse na altura um salário de 750, 800 euros. Diga-me lá qual foi o valor desse benefício, dessa baixa de IRC. Mas eu digo-lhe, até porque o meu salário é público, está publicado no site da Assembleia, o salário líquido, qualquer pessoa pode fazer as contas, é facilíssimo. Qual foi o meu benefício? Foi de cerca de 200 euros por mês. Alguém que ganha 800 euros por mês teve zero de benefício. Eu tive 200 euros por mês. Acha que isso é justo? Eu acho que não é justo. E fui beneficiado por isso. E votei contra. Para mim, para o Bloco de Esquerda, não é justo nesse contexto. E essa é a diferença entre o conceito de justiça fiscal do Bloco de Esquerda e o conceito de justiça fiscal da maioria e do Governo que o senhor apoia.

E também não posso deixar de dizer que esta medida, como é óbvio, numa altura em que não há dinheiro para criar o apoio ao, tantas vezes anunciado, pagamento do crédito à habitação que as famílias não conseguem pagar neste momento. Não

há dinheiro para arranjar as escolas que estão a cair aos bocados. A Antero de Quental, no outro dia, até vimos todas fotografias de cenários lamentáveis. Não há dinheiro para arranjar centros de saúde. Lajes do Pico, o Centro de Saúde da Ribeira Grande que é uma vergonha, não há dinheiro para isso. Não há dinheiro para contratar funcionários para as escolas. Mas há dinheiro para quê? Para aumentar os lucros das empresas que já têm lucros. Bem, isto é o conceito de justiça fiscal que os senhores querem implementar. Para nós, esse conceito não é correto.

É fundamental, naturalmente, apoiar as empresas que estão em dificuldades neste momento. É fundamental apoiar as famílias que estão em dificuldades neste momento. Não é, para nós, prioridade dar um benefício fiscal às empresas com lucros neste momento.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Rui Martins, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, o Sr. Deputado António Lima continua na senda daquilo que o Bloco de Esquerda já nos tem habituado, que é contra o lucro. O senhor é contra o lucro. As empresas, de alguma forma, ou seja, não podem ter lucro, têm que ser penalizadas por ter lucro, ou não podem ser robustecidas só porque têm lucro, porque o lucro não serve ninguém, não é? O lucro não serve ninguém. Ou seja, os lucros das empresas dão às empresas liquidez, garantem que podem manter empregos, ...

Deputado António Lima (BE): Ninguém quer tirar os lucros às empresas!

O Orador: ... dão robustez para fazer face aos tais aumentos inesperados, como disse e bem, da eletricidade. Isso é para manter o tecido empresarial vivo.

O que é que o senhor pretende? Quer pessoas no desemprego? Quer pessoas a

viver do sistema? É isto que o senhor quer? É isto que o Bloco de Esquerda propõe, aparentemente.

E o que o Sr. Deputado vem dizer é que há uma redução da receita. A redução da receita é exatamente a mesma redução que os senhores já diziam em 2021 com a baixa do IRS.

Deputado António Lima (BE): O quê? Se não tivesse baixado, não aumentava a receita?

O Orador: Sr. Deputado, houve mais pessoas empregadas, houve mais liquidez, houve mais dinheiro a circular, houve mais receita de IVA, houve mais economia.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Exatamente!

O Orador: Então, isso não beneficia a Região?! Não é isso que dá robustez à Região para investir na saúde e na educação?!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Claro!

O Orador: Quer dizer, eu não percebo o argumento do Bloco de Esquerda.

E este Governo não está a fazer aqui nenhuma discriminação face às pessoas relativamente às empresas, porque este Governo o que fez foi, de forma transversal, na medida do que era legalmente possível à Região, baixar o IRS e o IRC.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado, o IRS, na Região, há mais de 50% da população que não paga IRS.

Deputado António Lima (BE): E então?

O Orador: E então? Infelizmente. Infelizmente.

Deputado Nuno Barata (IL): Este é que é o drama!

O Orador: Está a perceber? Esse é que é o problema. Gostava eu que pagasse toda a gente IRS. Isso era bom sinal. Agora, infelizmente, essas pessoas não pagam.

E, felizmente, também, este Governo tem medidas, várias medidas, e não vou

passar a elencá-las outra vez, mas que são exatamente no apoio das famílias e são benefícios que senhor não tem, exatamente pelo salário que auferre.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Claro, muito bem!

O Orador: As coisas são assim que funcionam, Sr. Deputado.

Eu não sei qual é que é a inversão do sistema que o Bloco de Esquerda propõe, porque nunca a vi. E aquilo que é conhecido noutros países não parece, em boa sanidade mental, que o Bloco queira propor isso na Região Autónoma dos Açores.

Deputado António Lima (BE): Não sei do que é que o senhor está a falar!

O Orador: E, depois, devo dizer, também, aqui, relativamente à Sra. Deputada Sandra Dias Faria, o que eu disse, posso não me ter expressado bem, admito, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já não é a primeira vez!

O Orador: ... mas há uma coisa que é factual, Sra. Deputada: o Partido Socialista votou, à cabeça, na generalidade, contra o artigo 1.º, o artigo 2.º, o artigo 3.º, todos, inclusivamente o artigo 38.º. E, depois, na especialidade, efetivamente, votou a favor do artigo 38.º. Na especialidade. Mas votou a favor do artigo 38.º, e, depois, a Sra. Deputada Sandra Dias Faria veio dizer: com o voto contra do Bloco de Esquerda. É mentira. Diário das Sessões n.º 88, de 24 de novembro de 2022, diz o Sr. Presidente: “Vamos então agora votar o artigo 38.º.”

Deputada Ana Luís (PS): Não é o 38.º, é o 37.º!

Deputada Andreia Cardoso (PS): É o 37.º!

O Orador: E diz o Sr. Secretário: “Foi colocado à votação e foi aprovado por unanimidade.”

Peço desculpa. Olhe, é a página 128. Posso estar enganado.

De qualquer das formas, há algo que é factual, o Partido Socialista votou contra, na generalidade, logo à cabeça, todos os artigos deste Orçamento. O que faz *a posteriori*, depois, é confirmado também na votação final global, em que vota contra. Mas, logo à cabeça, o Partido Socialista votou contra. Podia-se ter absterido e, depois, fazia a sua votação. E chegava ao fim: não foi da nossa maneira e

votamos contra. Mas isto foi o vosso sentido de voto.

E, depois, tenho que dizer, Sra. Deputada Sandra Dias Faria, este então é o facto que é risível: olhe, Sra. Deputada, então, a Sra. Deputada consegue cometer a proeza de fazer a identificação da aplicação territorial do Orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Deputada Sandra Faria (PS): Hem?

O Orador: A Sra. Deputada Sandra Dias Faria consegue a proeza de fazer a identificação da aplicação territorial do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, que é: todos os municípios, todos os Açores. Foi isso que a senhora disse, que o Partido Socialista queria fazer era a definição territorial. Ora, o artigo 38.º do Orçamento aplica-se a todas as empresas da Região, a todos os concelhos da Região. Esse é que é o argumento, é esse. O Orçamento é para a Região, não é para o município da Horta ou para o município da Madalena, que eu, há pouco, também disse Praia da Vitória e era o município da Madalena que o Partido Socialista pretendia discriminar.

E, por isso, devo-lhe dizer, Sra. Deputada, que, pronto, mais uma vez, a única coisa que tenho a dizer é: bem-vindo, Partido Socialista. Finalmente, percebe que a liquidez para as empresas, a redução de impostos é boa para a economia dos Açores. E esse é o caminho.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional Duarte Freitas, relativamente à demagogia, eu lamento, mas nós não o conseguimos igualar, portanto, nem vou entrar por aí.

Deputada Sandra Faria (PS): Nem queremos!

O Orador: Relativamente ao facto de ser penoso, sim, tem sido penoso ver a inércia do Governo Regional, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... tem sido penoso ver a incapacidade do Governo Regional em ajudar as empresas e as famílias quando elas mais precisam.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor votou contra!

O Orador: Isso, sim, tem sido penoso. O Governo tarda em agir. E quem fica prejudicado com isso são as empresas açorianas, são as famílias açorianas que veem a prestação a aumentar. E o Governo tarda em agir e em regulamentar um apoio, tarda em aprovar medidas de apoio eficazes. Isso, sim, tem sido penoso.

Deputado Francisco Coelho (PS): Muito bem!

O Orador: E, portanto, isso não podemos deixar de realçar uma vez mais.

Relativamente ao diploma que está aqui em discussão, Deputado Rui Martins, errar é humano, insistir no erro tem outro nome, mas eu não o irei fazer...

Deputado Nuno Barata (IL): Já a minha avó dizia isso!

O Orador: Vamos ao artigo 37.º. Em primeiro lugar, o artigo 37.º é que diz respeito a essa matéria, que depois foi renumerado para o artigo 38.º. Portanto, tem que se cingir aos factos. E o que é que diz o artigo 37.º? “Às empresas que exerçam, diretamente e a título principal, uma atividade económica de natureza agrícola, comercial (...)”. Vou-me abster de ler todo o resto. Diz assim: “(...) nas áreas territoriais beneficiárias da Região Autónoma dos Açores, a determinar nos termos do artigo 41.º-B do Estatuto dos Benefícios Fiscais.” Portanto, as áreas territoriais não estão definidas com o Orçamento, portanto, falta regulamentar a identificação das áreas territoriais. E temos que ir ao artigo 41.º, n.º 10: “A

delimitação das áreas territoriais beneficiárias é estabelecida por Portaria dos Membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças, das autarquias locais ou, no caso das regiões autónomas, pelos respetivos Governos Regionais.” Ó Sr. Deputado Rui Martins, o que é que estamos aqui a fazer? Não é exatamente a recomendar isso? Não é esse mecanismo que nós temos?

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Então qual é a urgência?

O Orador: Ó Sra. Deputada, a iniciativa foi apresentada quando? Quando é que a iniciativa foi apresentada? Em junho? Seis meses depois, ela sobe ao Plenário. E a culpa é do Partido Socialista?

E portanto esta medida... O senhor continua a errar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor não fala outra vez na delimitação territorial que o senhor propôs!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Há seis meses atrás, era discriminatório!

O Orador: Sr. Deputado Rui Martins, permita-me concluir. Já demonstrei que o senhor já errou por duas vezes.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): O senhor é que nunca erra!

O Orador: Pelo menos reconheça o erro e assumo, faz parte, acontece a todos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O senhor votou contra, ou não, na generalidade, à cabeça, todos os artigos?

Deputada Ana Luís (PS): Quando não há argumentos, pronto, vale tudo!

O Orador: Ó Sr. Deputado Rui Martins, eu percebo o incómodo, mas permita-me concluir. Creio que o mais importante aqui é que essa redução de impostos que exista seja efetivamente aplicada e o mais rapidamente possível. E é sobre isso que estamos aqui a falar e é por isso que estamos aqui, hoje, porque o Governo ainda não publicou a Portaria que regulamenta esta matéria.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Qual é o efeito prático?

O Orador: O efeito prático? Já poderia ter aplicado ao imposto de 2022. Porque é que não o fez?

Deputada Ana Luís (PS): Diga, Sr. Deputado Rui Martins, responda agora!

O Orador: Ó Sr. Deputado, a liquidação do IRC de 2022 é feita agora. Agora, neste momento, está a ser feita pelas empresas.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Em maio.

O Orador: Não é em maio, é mais cedo. A data de entrega é em maio, mas começa a ser feita agora. E, portanto, o Governo, se quisesse, poderia já ter feito a aplicação para 2022. E nós apresentamos a iniciativa em 2022. Ela só sobe ao Plenário agora pelas circunstâncias que todos nós conhecemos, mas a culpa não é nossa.

Mais, nós só temos essa possibilidade porque ela foi apresentada na Assembleia da República pelos Deputados do Partido Socialista.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Ó Sr. Deputado, posso concluir, ou não?

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mas votaram contra, ou não votaram contra?

O Orador: O senhor está a falar de duas coisas distintas. Uma coisa é a taxa geral...

Ó Sr. Presidente, eu gostava de concluir...

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Isso não é um aparte, isso é uma intervenção.

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado Carlos Silva.

O Orador: Sr. Deputado Rui Martins, uma coisa é a taxa geral de IRC, outra coisa é um benefício fiscal. E nós estamos aqui a falar sobre um benefício fiscal, que tem natureza temporária, não é definitiva, não é permanente, é temporária.

E, portanto, artigo 41.º-B, benefícios fiscais aplicáveis ao território do interior e às regiões autónomas. Sem a alteração que foi feita pelo Partido Socialista, esse benefício fiscal aplicava-se apenas a empresas do território continental, do interior. Com a proposta que foi apresentada pelos Deputados do PS, ela aplica-se à Região Autónoma dos Açores. E é por isso que estamos aqui, hoje. Sem essa

alteração, ela não seria aplicável. E com a redução que agora é preconizada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Se não tivesse chumbado o apoio às empresas...

O Orador: Não, Sr. Deputado João Bruto Costa, só existe este benefício porque ele foi apresentado na Assembleia da República e aprovado pelo Partido Socialista. E isso tem que ser dito mais uma vez. E ele só não está em vigor mais cedo porque o Governo foi incapaz. Mais uma vez, tem uma inércia brutal na aplicação de uma medida que beneficia as empresas dos Açores. E só não está em vigor por inércia do Governo Regional e da coligação.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Por último e igualmente importante, este benefício fiscal vai beneficiar as empresas açorianas em cerca de 2275 euros. É um benefício importante? Sim. Resolve todos os problemas? Não.

Nós também não podemos compactuar com a análise que é feita do Bloco de Esquerda, que devemos diabolizar todas as empresas, que as empresas são todas más. Não, não é verdade. Nós estamos a falar de um benefício fiscal que se aplica às micro, pequenas e médias empresas, que é a grande maioria do tecido empresarial dos Açores, que são importantes, criam emprego, criam riqueza.

E, portanto, é para isso que também estamos aqui a falar hoje e é para isso que estamos a contribuir, para manter o nível de emprego, para aumentar os salários e para garantir que as empresas são competitivas, porque sem a aplicação desta medida o que aconteceria é que as empresas dos Açores ficariam numa situação de desvantagem face às empresas do interior de Portugal Continental. E, portanto, nós estamos a garantir uma justiça fiscal e estamos a garantir uma vantagem para as empresas dos Açores. E, portanto, isso tinha que ser dito.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Carlos Silva.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, porque já percebemos que estamos sobre a síndrome do unanimismo, com o voto contra do Bloco de Esquerda.

Mas tem razão o Sr. Deputado Carlos Silva quando diz que isso já deveria estar regulamentado. É um facto inegável. Mas também é preciso lembrar que o Partido Socialista só votou favoravelmente o artigo 38.º... 37.º, 38.º, que é para haver aqui confusões, do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, porque o Orçamento passou na generalidade.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não, senhor!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque, caso contrário, o Partido Socialista teria aprovado um outro Orçamento qualquer, que provavelmente não teria este artigo 38.º, porque, no passado, apesar de o Partido Socialista ter feito alguns esforços de aprovar, com o CDS, algumas baixas de impostos em algumas legislaturas, o que é facto é que, e aí é preciso relembrar também as palavras do Sr. Deputado António Lima, uma grande maioria dos açorianos não paga impostos. E porque é que uma grande maioria dos açorianos não paga IRS? Porque a grande maioria dos açorianos, 24 anos depois do Partido Socialista e 45 anos depois de uma autonomia político-

administrativa, continua pobre! E este é que é o problema desta Região, é incapaz de produzir riqueza para as pessoas pagarem impostos, é incapaz de produzir riqueza para as pessoas viverem melhor, é incapaz de gerir os seus recursos por forma a criar riqueza. E este é que é o problema que nós temos que enfrentar todos com determinação no futuro, para que saíamos todos dessa situação em que nos encontramos.

Sim, a maior parte dos açorianos vive numa situação de calamidade, de calamidade financeira, de calamidade económica, fazendo esforço todos os dias. E os Srs. Deputados da República, os membros de hoje do Partido Socialista que agora introduziram esta possibilidade dos benefícios fiscais, ...

Deputado Carlos Silva (PS): E bem!

O Orador: ... os mesmos dois que permitiram esses benefícios fiscais, é sempre uma coisa assim do tipo: vamos arranjar aqui uma coisinha. Nunca é uma medida abrangente, é sempre uma coisinha, um benefíciozinho aqui, um benefíciozinho ali, uma coisinha a reboque do que aconteceu no interior de Portugal, outra coisinha a reboque do que aconteceu noutro lado qualquer. Foram os mesmos Srs. Deputados. Sérgio Ávila, dali daquela bancada, disse que era um risco muito grande de baixar impostos na Região Autónoma dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: E Francisco César fez pior, fez um exercício de demagogia populista igual ao que acabou de fazer o Sr. Deputado António Lima com o ordenado dos Srs. Deputados, que estávamos a baixar o IRS para beneficiar os seus Deputados.

Deputado António Lima (BE): Não é verdade!

Deputado Carlos Silva (PS): E o que é que o senhor está a fazer agora?

O Orador: Não é verdade, Sr. Deputado. O que nós fizemos foi baixar o IRS a todos os açorianos que pagam IRS, incluindo os Srs. Deputados e o senhor também. Mas todos os açorianos que pagam IRS...

Deputado António Lima (BE): Os que ganham mais!

O Orador: ... passaram a pagar menos IRS por força dos Orçamentos que nós aqui aprovámos, e que os senhores votaram contra! Que os senhores votaram contra!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E esta é que é a realidade que é preciso lembrar aos açorianos que estão lá em casa a ouvir! Sim, é verdade, os Srs. Deputados, todos, pagam menos IRS, como pagam menos IRS todos os açorianos que ganham acima de 800 euros por mês!

E não pagam mais açorianos IRS porque os senhores trouxeram os Açores à pobreza, porque os senhores trouxeram uma grande maioria dos açorianos à baixa do primeiro escalão do IRS! E os senhores, com o apoio do Bloco de Esquerda, teriam continuado na mesma. Os açorianos continuavam a pagar, aqueles que ganham mais continuavam a pagar mais e aqueles que ganham menos continuavam a ficar a pagar menos. Nós assim vamos criar riqueza. Nós assim vamos tentar aumentar os rendimentos dos açorianos. Nós assim vamos trazer os açorianos que estavam nos 800 euros para os 900 euros. E é assim que se resolve os problemas dos Açores no futuro! Competitividade das empresas e competitividade dos cidadãos! Porque essa é que é a questão. Não é só pensar naqueles que vivem abaixo dos 800 euros. Aliás, não vivem, sobrevivem, que foi o que os senhores conseguiram ao longo desses anos todos. Por isso, depois, tiveram de arranjar mecanismos de ir compensando aqui, ali e acolá, com benefícios aqui, ali e acolá. Nós não temos que estar criando benefícios todos os dias. Nós temos que criar uma economia forte, capaz de pagar ordenados em condições para as pessoas viverem com dignidade!

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: A toda a gente custa pagar impostos, mas muito pior é nem sequer ter impostos para pagar. A toda a gente custa pagar IMI, mas muito pior é não ter IMI para pagar nem ter uma casa para viver. Esta é que é a questão nesta Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: Temos que tirar as pessoas da pobreza, trazê-las para a riqueza e não passar a vida neste miserabilismo de que baixamos os impostos para os mais ricos ou baixamos os impostos para aqueles que têm alguma coisa...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... ou baixamos os impostos para as empresas que criam riqueza. Um consecutivo atropelo e um consecutivo agitar do fantasma do lucro, como se o lucro fosse uma coisa perniciosa. Não, o lucro não é uma coisa perniciosa, o lucro é que permite às empresas criarem musculo para reinvestirem, para fazerem novos investimentos e, principalmente, para empreenderem com novidade, que é o que os Açores precisam, para não terem sempre mais do mesmo e sempre os mesmos pedintes de sempre, quer sejam eles do rendimento social de inserção, quer sejam eles dos sistemas de incentivos e dos sistemas de ajudas à perda de rendimento.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

A Iniciativa Liberal esgotou o seu tempo para este debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tome fôlego, Sr. Deputado Nuno Barata. O Sr. Deputado Nuno Barata está a fazer discípulos com o seu entusiasmo, a sua crença no liberalismo e nas vantagens do liberalismo, de tal forma, Sr. Deputado, que já conseguiu convencer ali o Sr.

Deputado Carlos Silva. O Sr. Deputado Carlos Silva, aqui há um ano e tal, entrou numa espécie... é aquele truque da cabine telefónica, entrou na cabine telefónica como o super-homem, entrou na cabine telefónica como um grande maoísta, contra qualquer redução de impostos, o ataque aos ricos, às empresas, tudo isso. Agora, saiu da cabine telefónica, com certeza com a influência do Sr. Deputado Nuno Barata e, agora, é um aluno privilegiado da Escola de Chicago.

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Neste momento é um liberal, é o campeão do liberalismo.

E, por isso, há aqui, evidentemente, uma incongruência tremenda, Sr. Deputado. O Sr. Deputado defende coisas diferentes passados poucos meses. O senhor foi contra a redução dos impostos, ponto. Qual foi a conjuntura que mudou? Qual é a conjuntura? Esse foi o grande erro, o problema do Partido Socialista. Não teve nunca nenhuma estratégia. Não teve nada. Não teve uma visão em relação ao futuro. Não teve uma visão do ponto de vista económico. Qual foi a vossa visão? Carregar com impostos, que é para depois colocar uma quantidade enorme de gente subsídio-dependente da Região Autónoma dos Açores e assim ganhar as eleições.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem! Foi o que fizeram!

O Orador: Essa foi a vossa visão ao longo destes anos todos, que nos levou até à maior desigualdade social da Europa e até a estes números que nos envergonham todos em relação à pobreza. Foi isso que os senhores fizeram. Foi essa a estratégia que nos levou até aqui. Foi essa a estratégia que não levou os Açores a lado nenhum.

Há aqui uma estratégia por parte desta coligação, por parte deste Governo. E a estratégia é: sim, sim, vamos apoiar as nossas empresas. Sim, sim, só há justiça

social se tivermos dinheiro para pagar os direitos sociais. E só temos esse dinheiro se existir crescimento económico. E o crescimento económico acontece muito graças às empresas, à fortaleza das empresas, dando-lhes apoio, pois, sim, porque nós estamos numa situação insular, com várias desvantagens e é necessário incrementar estes apoios no âmbito da nossa localização geográfica, do conjunto de condicionalismos que nós temos. E os apoios que temos que dar, os apoios que temos a capacitar são decisivos para que exista crescimento económico.

O Sr. Deputado António Lima fez aqui um exercício, não leve a mal, de populismo absoluto com esta questão dos vencimentos...

Deputado António Lima (BE): Olha quem fala!

O Orador: Quanto é que reduziram os impostos? Dizia V. Exa., quanto é que reduziram os impostos? Qual foi a percentagem que reduziu de quem já não paga impostos?

Deputado António Lima (BE): Mas eu disse alguma mentira?

O Orador: Não é possível reduzir a quem já não paga, mas é possível reduzir a quem nunca foi beneficiado ao longo dos Governos do Partido Socialista, que é à classe média. E foi isso que foi feito por este Governo. Uma classe média penalizada, uma classe média que não tinha direito a nenhuma isenção. E, agora, o que nós fizemos foi, de facto, dar aqui uma almofada à classe média, que o Partido Socialista esteve quase a destruir completamente nos Açores.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor sabe que isso não é verdade, não sabe?

O Orador: Eu quero-lhe dizer uma coisa: sabe o que é que foi feito? E, mesmo assim, dizia o Partido Socialista: bom, mas sem impostos não há políticas sociais. E o que nós fizemos foi demonstrar que com a diminuição dos impostos é possível continuar a ter políticas sociais. E estas são as mais ambiciosas de sempre.

Sr. Deputado, o senhor concorda com o aumento do complemento regional de pensão de 54 euros para 97 euros? Foi possível com a redução dos impostos fazer isto, Sr. Deputado. O aumento do COMPAMID de 1,2 milhões de euros para 6

milhões de euros foi possível com a redução dos impostos, Sr. Deputado. As creches gratuitas, em que se gastava 174 mil euros e agora se gasta 3,5 milhões de euros, foi possível com a redução dos impostos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É possível. Algo que tem que ser combatido é esta ideia, esta perspetiva de que com a diminuição dos impostos não é possível manter as políticas sociais. Não, nós demonstramos que o conseguimos fazer. Reduzimos impostos e aumentámos a penetração, o impacto das políticas sociais, que são as mais ambiciosas de sempre.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos ao meio-dia e 5 minutos.

Eram 11 horas e 47 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 07 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para repor a verdade, que ela é sempre muito importante.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Repor a verdade?! Qual delas?

O Orador: O Sr. Deputado Nuno Barata disse que toda a gente beneficiou da redução do IRS em 2021. Isso não é verdade. Os beneficiários que pagam impostos...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Toda a gente paga impostos!

O Orador: Não, não. Quem paga impostos, do primeiro escalão do IRS, não beneficiou um cêntimo, ...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque o diferencial fiscal já era 30%. Isso não é verdade. E aqui fica reposta a verdade. Aliás, está na lei, é ver o histórico. E é bom que nesta matéria sejamos sérios e não inventemos argumentos quando perdemos toda a razão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Bloco de Esquerda esgotou seu tempo para o debate deste diploma.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, nunca estive em Chicago, confesso, mas tenho curiosidade. E, portanto, em relação a esta matéria, não estou preocupado com as suas teorias, estou efetivamente preocupado em contribuir para ajudar as empresas, neste caso, e as famílias açorianas a enfrentarem a dura crise que hoje vivem. Isso, sim, é a minha preocupação. E se com medidas como essa que estamos aqui a aprovar hoje contribuir para isso, ficarei satisfeito. Portanto, tudo o mais não me importa.

Relativamente àquilo que Sr. Deputado disse, que o Partido Socialista no passado não tinha adotado medidas de apoio à classe média, isso também não corresponde à verdade, desde logo do ponto de vista fiscal, desde logo pela progressividade

que existia e existe no IRS e que diferenciava exatamente consoante o nível de rendimentos.

É verdade, sim, que adotamos como prioridade ajudar os mais carenciados e os que mais precisam. E, portanto, reconhecemos isso e mantemos como prioridade, porque é sobre eles que devemos atuar em primeiro lugar, sem esquecer, como é óbvio, a classe média, que também beneficiou de medidas concretas, como a remuneração complementar em 2012, em plena crise, que foi alargada para 2000 euros, por exemplo. Entre outras medidas, portanto, que por uma questão de tempo não irei aprofundar.

Relativamente aos sucessos que o senhor apregoa da coligação e do Governo que o senhor suporta, eu relembro aqui um artigo recente, um artigo de opinião de uma pessoa insuspeita, que dizia assim: “É importante referir que o Governo de coligação não tem, ainda, resultados visíveis para apresentar na sustentabilidade competitiva, modelo de crescimento económico com prosperidade partilhada e convergência social e económica da Região.” Dizia mais: “Os Açores, em 2021, sobre a convergência social, são a Região mais desigual do país. E, portanto, o risco de pobreza sofreu um agravamento de 3,2 pontos percentuais, mais 15% de 2020 para 2021.” E também dizia assim: “Nos Açores, e face a uma conjuntura tão difícil, exige-se, mais do que nunca, competência e boa governação.” E diz ainda mais: “A estabilidade política está, aparentemente, apenas dependente da paz dentro da coligação, onde de um lado está a instabilidade gerada por Artur Lima para afirmar o seu poder. Apoiado por quem? Por Paulo Estêvão.” E portanto... Sabe quem é que disse isso, não sabe, Sr. Deputado Paulo Estêvão? Eng.º Joaquim Bastos e Silva.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PAN é favorável a esta iniciativa, porque não é mais do que aquilo que foi a tentativa dos Deputados à Assembleia da República do PS para que fosse regulamentada aqui nos Açores. Nada contra. Completamente favorável.

E tendo em conta também o tecido empresarial dos Açores, em que a maior parte é feito por microempresas, em que o patrão é o empregado, então, ao ajudar as empresas, estamos também a ajudar as pessoas, obrigatoriamente.

Mas também seria bom que os mesmos Deputados à Assembleia da República do PS, neste caso no continente, em que por um lado se quis fazer uma colagem, e bem, sobre o interior do continente português, também se poderia ter feito pelo *windfall tax*, que é, supostamente, as taxas excessivas de lucro feitas pelas empresas, seja de petrolíferas ou de eletricidade. Temos a EDA, então, também podiam ter trazido para aqui para que fosse taxado de contribuição da solidariedade temporária, que podia ser usado para ajudar na Região Autónoma dos Açores. Não vejo o PS a fazer isso. Também não vejo a coligação interessada em que isso venha para aqui, para este Plenário, mas isso será ou seria uma grande ajuda para a Região Autónoma dos Açores. Nomeadamente, estamos a falar da EDA.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Silva, então, os problemas sociais tremendos que esta Região tem, a desigualdade social tremenda, que os senhores tiveram 24 anos para a tentar

resolver, a culpa é deste Governo? A culpa é deste Governo? Consegue-se combater estas desigualdades sociais, a pobreza com que vocês deixaram esta Região, consegue-se combater isso em dois anos?

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Vamos conseguir alterar, mas os senhores não conseguiram fazer em 24 anos.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor aumentou!

O Orador: Isso diz muito mais do que V. Exas. não conseguiram e da vossa falta de capacidade do que da nossa.

Em relação aos artigos do Sr. Joaquim Bastos e Silva, que eu sou referenciado de forma menos positiva, bem, olhe, devo-lhe dizer...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... que isso é um clássico dos Srs. Secretários que abandonam os Governos. Portanto, isso é um clássico. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro já teve muitas experiências deste tipo.

Deputado José Contente (PS): Ó Sr. Deputado, os seus artigos de 2020 são melhores!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Esgotou o seu tempo para o debate deste diploma.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos passar à votação deste diploma. Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 132/XII – “Identificação das áreas territoriais beneficiárias para efeitos de aplicação do Estatuto dos Benefícios Fiscais nos Açores”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

A Sra. e o Sr. Deputado que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 132/XII foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do

PAN e 1 do Deputado independente; e 2 votos contra do BE.

Presidente: Muito bem. Está encerrado este ponto da nossa Agenda. Estamos em condições de voltar ao ponto 9. Pergunto ao proponente e ao Sr. Secretário da Saúde se estamos em condições de voltar ao ponto 9 da nossa Agenda. Sim? Então, ponto 9: **Projeto de Resolução n.º 117/XII – “Condição pós-COVID-19”**. É uma iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, que fez uma substituição integral

Para a sua apresentação, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor, tem a palavra.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 2020, o mundo viu-se assolado com uma pandemia de COVID-19.

Na saúde, e ainda em 2023, o impacto direto da COVID-19 não se limita aos casos agudos da doença e às mortes correlacionadas. Inclui também efeitos a longo prazo da doença ou do seu tratamento, como a Condição pós-COVID-19 ou COVID longa e a síndrome pós-cuidados intensivos (PICS).

Segundo estimativas recentes da Organização Mundial de Saúde (OMS), no seu relatório “The European Health Report 2021 – Regional Office for Europe”, apresentado a 10 de março de 2022, entre 10% a 20% das pessoas com COVID-19 continuam com problemas de saúde durante semanas ou meses após a fase aguda da infeção. Embora possa haver várias razões para isso, há uma condição que agora é classificada como “*Condição pós-COVID-19*” na Classificação internacional de Doenças (11ª revisão), sendo também referida sob outras designações como: COVID longa, síndrome COVID-19 pós-aguda, sequelas da infeção pós-aguda por SARS-CoV-2 e síndrome de COVID crónica.

Em 6 de outubro de 2021, a OMS publicou uma nova definição de caso clínico de Condição pós-COVID-19, descrevendo que ocorre em indivíduos com histórico de infeção provável ou confirmada por SARS-CoV-2, geralmente três meses após

o início da COVID-19, com sintomas que duram pelo menos dois meses e que não podem ser explicados por um diagnóstico alternativo. Os sintomas comuns, com impacto no dia a dia, incluem fadiga, falta de ar e disfunção cognitiva, mas também outros. Podem ser um novo início após a recuperação inicial de um episódio agudo de COVID-19 ou persistir desde o início da doença. Os sintomas também podem flutuar ou recair ao longo do tempo.

A Condição pós-COVID-19 é imprevisível e debilitante e pode levar a problemas de saúde mental, como ansiedade, depressão e sintomatologia pós-traumática. Os efeitos cognitivos a longo prazo da infeção por SARS-CoV-2 podem ser graves. A Condição pós-COVID-19 e seus diferentes graus de gravidade podem ter um sério impacto na capacidade de uma pessoa retornar à vida familiar e comunitária após a fase aguda da doença, incluindo o retorno ao trabalho e a participação em outras atividades. A reabilitação multidisciplinar personalizada e específica para esta condição é essencial para evitar danos e progredir na recuperação.

A exata causa da Condição pós-COVID-19 e o que influencia o seu desenvolvimento e gravidade é ainda desconhecida. Cabe, também, aos atores políticos, por isso, proporcionar condições para que os especialistas tenham mais facilidade em lidar com as patologias.

Pelo facto de a Condição pós-COVID-19 ser uma entidade em crescimento, com uma fisiopatologia ainda por esclarecer, o principal objetivo da abordagem prevista na norma da DGS é o reconhecimento precoce de sintomas e sinais que possam indiciar "complicações graves e ameaçadoras da vida e a recuperação sintomática e funcional" da pessoa afetada.

As decisões e abordagens à Condição pós-COVID-19 deverão ter em conta a sua complexidade, enquanto entidade clínica, e devem ser fundamentadas no conhecimento científico, em constante evolução, na avaliação clínica da gravidade da doença e do seu impacto no dia a dia, permitindo definir estratégias e linhas orientadoras de abordagem, investigação e intervenção.

O Grupo Parlamentar do CDS-PP entende, por isso, que a sensibilização e formação dos Profissionais de Saúde é essencial para atingir o objetivo de um diagnóstico precoce, por este motivo consideramos imperioso trazer uma iniciativa desta natureza a esta Casa.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que o CDS-PP nos traz é uma iniciativa que tem por base uma boa intenção, mas que acarreta, contudo, algumas questões e alguns problemas que importa ponderar na análise e na discussão que nós iremos fazer desta mesma iniciativa, desde logo a grande dificuldade do diagnóstico da Condição pós-COVID-19. Não pode haver qualquer outro diagnóstico que possa estar associado ou alternativo que justifique a sintomatologia que o utente possa apresentar.

Depois, a grande dificuldade naquilo que diz respeito à própria sintomatologia que é manifestada. Muitos utentes não conseguem especificar se já sentiam os sintomas anteriormente e os mesmos se agravaram. Noutros casos, se já existiam os sintomas, mas não eram percecionados como tal e que agora são associados depois à COVID-19.

E, por outro lado, naquilo que diz respeito à sintomatologia, ela é, muitas das vezes, inespecífica e isso acarreta problemas em termos daquilo que diz respeito

à especificidade e à sensibilidade do problema, isto porque faltam sintomas específicos e sensíveis para que se possa diagnosticar de forma determinada a Condição pós-COVID-19, para, depois, também, igualmente, feito o diagnóstico, se poder determinar a eliminação da condição.

E, depois, para além do diagnóstico, temos a outra questão, também, que foi falada ao longo das audições que nós tivemos na Comissão de Assuntos, onde estivemos a apreciar este diploma, que tem a ver com a questão do tratamento. Como muitos deverão saber, não existe, neste momento, ainda, um tratamento específico eficaz para esta condição. E, portanto, ao criar aqui, como é proposto nesta iniciativa, uma via verde e um encaminhamento específico para estas situações, poderemos estar aqui a criar, efetivamente, expectativas para quem for encaminhado de ter determinada condição e, depois, ver essa mesma condição sanada quando, como eu acabei de referir, o tratamento não é eficaz e não podemos de forma determinada dizer quando é que a mesma condição foi ultrapassada.

E o tratamento não existe, porque, também, tal como foi dito pelo Sr. Deputado Rui Martins, esta é uma condição que ainda está a ser amplamente estudada pelas diversas entidades a nível nacional e internacional, porque não sabemos, efetivamente, se os problemas que determinam esta condição surgem durante a fase aguda ou se ocorre uma persistência dos sintomas, persistência essa que acaba por ser uma persistência do vírus, que é também própria das síndromes de fadiga crónica pós-virais.

eticamente falando, temos também outras questões que se levantam, desde logo com a criação de uma via verde e até que ponto é questionável a criação de uma via verde para a Condição pós-COVID-19, com sintomatologia tão inespecífica, como eu acabei de referir, em detrimento de outras condições e situações clínicas mais prementes em termos de atendimento.

E, depois, por último, o CDS-PP apresenta-nos uma proposta de substituição integral desta iniciativa, em que altera passando para os consideramos aquilo que

era um dos pontos resolutivos da iniciativa original, considerando esses que, agora, na proposta de substituição integral, tal como foi dito na Comissão de Assuntos Sociais, eram *ipsis verbis* aquilo que consta na Norma n.º 002/2022 da Direção-Geral da Saúde e que, portanto, não faria qualquer tipo de sentido replicar no ponto resolutivo aquilo que as próprias unidades de saúde referiram que já estava a ser implementado no terreno.

Mas, de qualquer das formas, há aqui outras questões no primeiro e no terceiro ponto resolutivo que importa considerar. Relativamente ao segundo, a questão da sensibilização foi discutida também na Comissão de Assuntos Sociais e foi também da concordância das unidades de saúde que foram ouvidas. E, portanto, relativamente a este ponto, não há aqui grande discussão, penso eu, a fazer. Coisa diferente já é relativamente ao primeiro ponto resolutivo e ao e ao terceiro.

Quando o CDS-PP coloca aqui na Resolução o encaminhamento de utentes do Serviço Regional de Saúde, que, após a investigação inicial em Cuidados de Saúde Primários, reúnam critérios de referenciação definidos pelas autoridades de saúde para a Condição pós-COVID-19, questiona-se, efetivamente, que autoridades de saúde para a Condição pós-COVID-19 são estas, porque, estatutariamente, dentro daquilo que está definido para o Estatuto do Serviço Regional de Saúde, de autoridades de saúde temos as autoridades de saúde concelhias e a autoridade de saúde regional. E, portanto, saber, efetivamente, o que é que é pretendido com as autoridades de saúde, porque isto, em última instância, pode criar, efetivamente, dissonâncias entre as existentes, que são as autoridades de saúde concelhias e a autoridade de saúde regional, não se conhecendo efetivamente aquelas que sejam destinadas para a Condição pós-COVID-19.

E, depois, por último, o ponto resolutivo n.º 3, o CDS-PP altera o tempo máximo de resposta de 8 para 12 semanas sem fundamento, no nosso entendimento, para esta alteração, até porque, nas audições realizadas, nem as unidades de saúde nem

a tutela nos conseguiram dar informação naquilo que diz respeito à prevalência desta condição na Região Autónoma dos Açores e, por outro lado, não nos conseguiram dar resposta também nem prestar esclarecimentos naquilo que diz respeito aos tempos de resposta das diferentes unidades de saúde, nas diferentes ilhas, de um utente que seja sinalizado nos Cuidados de Saúde Primários e depois seja encaminhado para os cuidados hospitalares. E, portanto, não vemos, cientificamente, qualquer tipo de fundamento para fazer esta alteração de 8 para 12 semanas.

E, portanto, estas questões são aquelas que nós gostaríamos de ver esclarecidas. Muito obrigado.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Salomé Matos, faça favor, tem a palavra.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Praticamente três anos após o início da pandemia de COVID-19, a comunidade científica continua a debruçar-se sobre esta doença e os seus efeitos, alguns deles, efetivamente, conhecidos como Condição pós-COVID-19 ou COVID Longa, trata-se de um conjunto de sintomas que aparecem após a recuperação da infeção aguda. Este termo foi introduzido pela OMS em 2021. E, efetivamente, segundo esta organização, aponta que entre 10 a 20% das pessoas que tiveram COVID possam vir a sofrer das mesmas. Outros estudos apontam até para percentagens bastantes inferiores.

Sabemos alguma coisa sobre esta condição. Faltará saber muito. Sabe-se que pode

incluir manifestações novas. Pode tratar-se da persistência de alguns sintomas, aqueles que apareceram durante a infeção. Conhecem-se os mecanismos como ela atua. Exatamente porque não há métodos precisos para identificar se os sintomas são sequelas da doença, efetivamente, o diagnóstico, neste momento, é feito por exclusão, quando não há outras justificações para outros diagnósticos.

A literatura dá nota de mais de 200 sintomas, sendo os mais frequentes, por exemplo, a fadiga ou o cansaço extremo, que, como facilmente imaginamos, tem um impacto significativo na rotina das pessoas, uma vez que dificulta as tarefas do dia a dia e é uma condição impactante na sociedade. Há outros sintomas, mas talvez aqueles problemas de memória, de concentração, são também os que podem ter o maior impacto no desempenho de algumas tarefas.

E é por isso que, no nosso entender, esta iniciativa que o CDS nos traz nunca poderá ser considerada de inoportuna, de extemporânea.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Nunca é extemporâneo nem inoportuno falar de pessoas, principalmente daquelas que, estando mais vulneráveis, precisam de ajuda para recuperar a sua máxima capacidade e o potencial para o desempenho de uma vida com a qualidade de vida que cada um de nós aspira para si próprios.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O acompanhamento médico é essencial para as pessoas que foram infetadas com o SARS-CoV-2, independentemente da gravidade dos sintomas, uma vez que importa lembrar que a COVID Longa pode estar presente em pessoas que tiveram sintomas graves, moderados ou até mesmo nos assintomáticos. Defendemos, por isso, tal como está plasmado no Projeto de Resolução que aqui apreciamos, a importância de dar continuidade num circuito privilegiado entre Cuidados de Saúde Primários e os Cuidados Hospitalares, para doentes que têm sintomatologia compatível com a COVID-Longa.

A norma da Direção-Geral de Saúde, que é aplicável à Região Autónoma dos

Açores, inclui orientações relativas à referenciação, à reabilitação e à continuidade de cuidados. E foi nesse sentido que, até mesmo antes da publicação desta norma, já algumas unidades de saúde do Serviço Regional de Saúde desenvolveram, internamente, em articulação com os Cuidados de Saúde Primários, também, entre unidades, estabeleceram o devido encaminhamento destes doentes.

Entendemos, daquilo que nos foi permitido ver das audições e dos pareceres escritos que recebemos, que as respostas que foram dadas pelo Serviço Regional de Saúde neste período de tempo são adequadas às realidades de oferta de cuidados de saúde existentes nas diferentes ilhas, bem como às necessidades verificadas pelas respetivas populações, que foram distintas.

Aquilo que nos foi verbalizado foi que os doentes com sinais de COVID Longa mantiveram um seguimento ou orientação nas consultas de especialidade em função daquilo que era a sua sintomatologia predominante, não só os doentes hospitalizados, mas também aqueles que, depois, já no seu domicílio, aquando do aparecimento de sinais novos ou de tal persistência de sintomas, sempre que necessitaram do seguimento hospitalar, foram referenciados às consultas de especialidade afins, seguindo o circuito já existente hoje em dia para a população. Portanto, poderiam vir referenciados de unidades de saúde de ilha ou até a partir dos serviços de urgência.

Exatamente face à dificuldade de fazer um diagnóstico, também aquilo que se sabe é que a maioria das pessoas que sofre de COVID consegue perceber com muita clareza se tem melhoria, ou não, dos sintomas que estiveram presentes na infeção e, portanto, conseguem identificar claramente os mesmos e a sua persistência, sabendo que estes sintomas podem afetar as pessoas de forma diferente, crianças, jovens, adultos.

Não existe, efetivamente, tratamento para tratar esta COVID Longa, daí que, também, a recomendação, e não se abandonam as pessoas por isso, o objetivo é

limitar o tratamento ao impacto que lhes causa no dia a dia.

E sabendo que é importante este diagnóstico mais precoce, dar início ao tal tratamento dirigido à sintomatologia predominante de forma a interromper a sua progressão, a capacitação dos profissionais de saúde e da população é fundamental, pelo que o investimento na sensibilização e na formação dos vários profissionais de saúde é fundamental. É um dos pontos resolutivos que surge nesta substituição integral e que resulta, naturalmente, daquilo também que ouvimos.

E, portanto, face a isto, acompanhamos, naturalmente, este Projeto de Resolução do CDS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Inscrevo-me, agradecendo desde já as intervenções que me antecederam, obviamente, no sentido de tentar esclarecer aquele conjunto de questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Tiago Lopes.

O Sr. Deputado Tiago Lopes levantou e fez, efetivamente, aqui, um conjunto de considerações que vão ao encontro daquilo que é o conhecimento que se tem desta patologia, também vão ao encontro daquilo que foi o trabalho...

Deputado Nuno Barata (IL): Não é conhecimento, é desconhecimento.

O Orador: E do desconhecimento, diz bem o Sr. Deputado Nuno Barata, mas esse desconhecimento acaba por ser conhecido, não é? Reconhecemos que desconhecemos.

De qualquer das formas, o próprio trabalho em Comissão, como disse e bem, acabou por dar este enfoque também às questões da dificuldade de diagnóstico, às questões de ser sintomatologia inespecífica para esta condição e que, por sua vez, não é fácil dizer que um determinado sintoma é devido à pessoa ter tido COVID ou não. E, efetivamente, há um conjunto de situações. E aquilo que questiona é pertinente.

Mas isto para dizer o quê? O que é que nós pretendemos, no fundo, com este Projeto de Resolução? E o porquê destas alterações? Indo ao encontro das questões concretas que nos endereçou, relativamente ao segundo ponto resolutivo, efetivamente, tem a ver com aproveitar todas as oportunidades que haja de esclarecimento e de sensibilização para esta condição, porque, como foi falado em Comissão, muitas vezes, aos clínicos, a última coisa que passa pela cabeça é perguntar se a pessoa até teve COVID. E é importante aproveitar todas as oportunidades de sensibilização. E é por isso que nós consideramos que mesmo o facto de estarmos aqui a falar sobre o assunto é também, uma vez mais, e todas as notícias que eventualmente possam sair acerca disto, uma oportunidade de sensibilizar para esta condição.

Mas, relativamente ao primeiro ponto resolutivo, há aqui um aspeto que importa realçar, que é: do ponto de vista das competências das autoridades de saúde concelhias e regionais, elas, no fundo, trabalham todas em coordenação. Ou seja, esta recomendação é uma recomendação ao Governo Regional dos Açores.

Deputado Nuno Barata (IL): Não, é uma recomendação da Ordem dos Médicos!

O Orador: A tutela máxima ou a autoridade de saúde máxima é a Secretaria Regional da Saúde, que, obviamente, articulará. E será de uma forma hierárquica, ou seja, não haverá aqui nenhum conflito entre as autoridades de saúde concelhias com as regionais, porque, obviamente, é uma questão de hierarquia. Estamos a recomendar ao Governo Regional, que por sua vez irá agilizar este processo.

Faço aqui também o alerta, porque esta substituição integral, quando nós

retiramos aqui a tal via verde, era exatamente para não haver aqui um conflito com aquilo que são as vias verdes que já estão em vigor, nomeadamente a Via Verde de AVC, que tem uma perspetiva imediatista, ou seja, estamos a falar de um período temporal até muito curto, de horas, em que, a partir do momento em que um paciente é identificado, tem que fazer um fibrinolítico ou um qualquer tratamento específico para colmatar esse problema. Então, para não haver aqui qualquer tipo, no fundo, de conflito e para não se passar essa ideia de que, agora, de repente, alguém que é identificado ou referenciado para uma consulta da COVID Longa, que agora vai passar à frente de todos os outros utentes que estão já referenciados para um qualquer exame complementar de diagnóstico e terapêutica. E por isso é que nós também fizemos essa alteração.

No entanto, consideramos que é importante criar, no fundo, esta Via COVID Longa por uma questão, sobretudo, de rastreio. O que nos leva também aqui à questão das 12 semanas e ao porquê de nós termos alterado. A questão de termos alterado, há vários aspetos, um deles tem a ver: a nossa perspetiva era que não conflituasse com aquilo que é a definição dos tempos máximos de resposta garantidos que o próprio Governo Regional tem implementados e que vai definindo e redefinindo à medida que a própria ciência assim o dita, não é? Mas não são coisas estáticas. De qualquer das formas, esses tempos máximos estão definidos. E nós também não queríamos aqui criar, por esta via, uma qualquer medida que viesse a conflitar com isso que já está definido.

Por outro lado, também, o próprio Governo da República, nas recomendações que foram emanadas pela própria DGS, já refere esse tempo de 12 semanas como um tempo adequado para que haja essa resposta. Pareceu-nos que, ao estarmos a tentar encurtar este tempo, podíamos estar aqui também a incorrer num erro de conflitar com aquilo que já existia. Então, pareceu-nos adequado fazer este ajuste.

Por outro lado, voltando aqui à questão da sintomatologia inespecífica e da

dificuldade, às vezes, de ligar sintomas com a patologia ou com a sua origem, como disse também e bem a Sra. Deputada Salomé Matos, o diagnóstico, muitas vezes, é feito por exclusão, mas há questões como por exemplo a perda de olfato e paladar, que não haverá propriamente uma solução no Sistema Regional de Saúde ou no Sistema Nacional de Saúde ou em qualquer sistema de saúde para esta condição.

Agora, o que é que importa aqui? O que importa é que, não havendo propriamente um tratamento específico, mas fica, entretanto, esse histórico processual do relatório clínico de cada doente. E numa fase posterior em que haja um outro qualquer sintoma, já acaba por ser cumulativo a este que já havia sido identificado, daí também a importância de ser uma investigação inicial dos Cuidados de Saúde Primários. Porquê? Porque estamos a privilegiar os Cuidados de Saúde Primários na perspetiva daquilo que é o conhecimento mais aprofundado que normalmente têm, sobretudo os doentes que têm médico de família.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Obviamente, infelizmente, a Região ainda não tem uma cobertura a 100% de todos os utentes terem médico de família, mas, felizmente, estamos no bom caminho e há uma cobertura já bastante significativa, o que por sua vez concorre, e bem, para que o procedimento seja assim neste sentido.

Por isso, obviamente, para concluir, tem a ver exatamente com isto, com haver um histórico, com se poder fazer também um rastreio e uma quantificação *a posteriori* de quais é que foram os casos que efetivamente acabaram por ser acompanhados por esta via. E garantir que não há um agravamento das situações, uma vez que nós sabemos, já temos esse conhecimento e, às vezes, se calhar, até por conhecimento em causa própria ou de pessoas próximas, sabemos que houve situações que mudaram de um momento para o outro e que é importante acompanhar de forma mais expedita. E nós consideramos que esta será uma via de colmatar esse desafio.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, o Grupo Parlamentar do PPM votará favoravelmente esta iniciativa. Nós consideramos...

Deputado João Vasco Costa (PS): Era previsível!

O Orador: Era previsível? Era previsível. Muito bem. Também era previsível que o Partido Socialista votasse a favor, na minha opinião, porque se trata de um problema grave. E é um problema que tem vindo a ser reconhecido internacionalmente. Inclusivamente, em Espanha, por exemplo, já que falamos tanto no Real Decreto, já temos legislação específica e temos até decisões recentes dos tribunais que anularam despedimentos, ...

Deputado António Lima (BE): Deve ser das Canárias!

O Orador: ... tendo em conta um grupo de pessoas a quem foi referenciado o sintoma de COVID Persistente ou a quem foi reconhecida essa condição. Por isso, esta questão tem já um impacto legal, está devidamente acautelada em muita da legislação europeia.

E é evidente que, da nossa parte, o que é necessário fazer é conhecer bem, acompanhar bem este processo e, obviamente, referenciar o conjunto de pessoas, acompanhar a sua evolução e ter a oportunidade de continuar a trabalhar nesta matéria, melhorando o atendimento a que as pessoas têm direito e que devem usufruir.

Seja como for, a questão que eu considero que é relevante é contrariar um pouco aquele que é um dos grandes defeitos portugueses, que é: aquilo que sai nas primeiras páginas... a COVID dominou as nossas vidas durante anos, esteve nas primeiras páginas dos jornais e das televisões durante um tempo infinito, mas, como é tradicional em Portugal, assim que sai das primeiras páginas, assim que deixa de ser tão analisado, tão falado, imediatamente se abandona a questão e não se continua a estudar, a preparar, a planificar medidas.

Nós temos sempre um mau início de crise porque planificamos mal, preparamo-nos mal. E temos sempre uma péssima saída para as situações, porque as preocupações que são tão importantes e tão prevaletentes em determinado período, a partir do momento em que sai da atualidade, esquecemos. A verdade é essa.

E por isso é que eu considero que esta iniciativa do CDS vai no caminho correto, ou seja, “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que crie a Via COVID Longa, para atender aos utentes do Serviço Regional de Saúde que, após investigação inicial em Cuidados de Saúde Primários, reúnam critérios de referenciação, definidos pelas autoridades de saúde com a Condição pós-COVID-19, devem ser encaminhadas para consulta da especialidade hospitalar.” Portanto, eu considero que este conjunto de procedimentos é um conjunto de procedimentos que no caso em apreço é um conjunto de procedimentos lógicos, racionais e que devem ser seguidos.

Depois, ainda, tem mais duas condições, que é: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomenda ao Governo Regional que identifique e promova as oportunidades de sensibilização e formação dos profissionais de saúde, de forma a agilizar os procedimentos necessários a uma eficiente implementação da medida.”

Bem, eu considero que este conjunto de procedimentos, esta referenciação deste conjunto de procedimentos é positiva, é algo que nós acompanhamos e é uma

preocupação que se deve ter sempre nestas questões. Ou seja, depois do que foi o impacto tremendo que a COVID-19 teve nas nossas vidas, há um conjunto de sequelas que ficaram para muitos que sofreram. E fomos muitos de nós. Só aqui nesta sala... V. Exas. são, neste momento, os meus colegas de trabalho. Eu tive conhecimento, os Deputados e os Membros do Governo, uma grande percentagem de nós teve COVID. E o que os números indicam, pelo menos os últimos dados que observei, é que cerca de 40% das pessoas que tiveram COVID ficaram com sequelas. Cerca de 40%. Portanto, é um número muito significativo e é um impacto muito significativo.

Acompanhar este processo a partir de agora, eu acho que é muito positivo. Não nos devemos esquecer do que aconteceu, não nos devemos esquecer das suas consequências, não devemos esquecer-nos de atender condignamente e com todas as condições e continuar a acompanhar todos aqueles que ficaram com sequelas. E isso é importante continuar a fazer-se.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falar da pandemia COVID-19 é falar da realidade mais complexa, pelo menos das últimas décadas, em termos económicos, sociais, culturais e, desde logo, por natureza, em termos de saúde, em termos sanitários.

Um dos problemas da abordagem da pandemia foi exatamente a sua novidade. A sua novidade foi um problema imenso na abordagem inicial da pandemia e também é um problema ainda hoje, tendo em conta que grande parte de tudo

aquilo que gira à volta da pandemia em termos de saúde pública está a ser estudado. A comunidade científica, neste momento, estuda todas essas questões que foram aqui identificadas, da inespecificidade, da diversidade de sintomatologia, da similitude de sintomatologia com outras patologias. Por isso, estamos aqui a falar em algo que está a ser consolidado, o que não deixa de merecer que haja uma atenção particular, tendo em conta o impacto de saúde que a pandemia teve e ainda tem.

De resto, na Região Autónoma dos Açores, este acompanhamento foi sendo feito de acordo com a evolução da própria pandemia. E, também, na fase que esperamos que seja definitivamente final da pandemia, através de um conjunto de atos clínicos de acompanhamento de consulta pós-COVID, de doentes que estiveram internados por COVID, de referenciação dos Cuidados Primários para os Cuidados Hospitalares, da aplicação, na Região, da Norma da Direção-Geral de Saúde de acordo com a especificidade da Região e de acordo com a especificidade epidemiológica de cada uma das ilhas, porque a pandemia não teve o mesmo impacto em todas as ilhas, por isso não pode haver uma abordagem aberta e abstrata para todas as ilhas de forma igual relativamente à pandemia.

Tendo em conta estes pressupostos e a importância de haver um acompanhamento baseado no conhecimento científico sobre esta matéria, o Governo Regional entende e gostaria de sublinhar a importância desta Resolução quando sinaliza de uma forma particular a sensibilização necessária para os profissionais de saúde nesta matéria, ao nível daquilo que é o acompanhamento permanente e o estudo permanente de tudo aquilo que tem a ver com a pandemia, com este pós-pandemia e dos impactos tremendos que tem também na saúde. E essa sensibilização parece-nos importante.

E, por outro lado, realçar algo que me parece determinante para isto, mas para toda a visão do Sistema de Saúde, que tem a ver com a articulação entre Cuidados Primários e Cuidados Hospitalares. É um dos grandes problemas que ainda temos

no nosso Sistema de Saúde, em que existe desde logo questões até meramente informáticas, em que não há uma compatibilidade de processos nos Cuidados de Saúde Primários e nos Cuidados de Saúde Hospitalares, nem sequer dentro dos Cuidados Hospitalares há esta compatibilidade.

E, no âmbito do reforço financeiro nesta matéria através do PRR, temos como projeto pilar exatamente o da interoperabilidade de sistemas, para que esta articulação seja concretizada.

Mas dizia que esta articulação é determinante para isto, como para tudo, no sentido de, por esta via, também atacarmos um dos maiores problemas do setor, que tem a ver com o acesso do cidadão à saúde, o acesso com eficácia, com rapidez e com proximidade. Isso só se faz com reforço de meios e com mudanças de políticas e mudanças estratégicas e organizacionais. E é isso que estamos a fazer com o reforço dos Cuidados de Saúde Primários.

Desde que este Governo iniciou funções, foram contratados mais de 40 médicos de medicina geral e familiar. É um reforço, em cerca de dois anos, muito significativo e que visa exatamente corporizar a relevância que é dada e que entendemos que deve ser estratégica no reforço dos Cuidados de Saúde Primários. São cerca de 40 médicos de medicina geral e familiar, num total de mais de 100 médicos que foram contratados por este Governo desde que iniciou funções, para além e sem contar com os cerca de 157 internos que estão no âmbito da sua formação e dos quais 24 são médicos de medicina geral e familiar.

Gostaria também de dar nota de que, e a Resolução referia isso, neste impacto de saúde que tem a pandemia há uma área que é muito sensível e que os impactos são evidentes, todos percebem isso, pelos contactos que tenho, pessoais, familiares, sociais, laborais, que tem a ver com a saúde mental. O impacto da pandemia ao nível da saúde mental é um impacto tremendo. É daqueles que se tornam mais evidentes. Por isso, há uma estratégia do Governo Regional sobre a saúde mental. Foi o primeiro programa que foi aprovado e posto em vigor, foi o

Programa Regional de Saúde Mental. Há uma estrutura de missão para a saúde mental. Mas vamos para além disso, para além da conceptualização, para além da identificação do problema, vamos no sentido da corporização também, da concretização dessa estratégia.

Foram contratados, pela Região, nestes últimos dois anos, nove psiquiatras. É um número, numa área em que há muita procura, muito relevante. Há seis internos de psiquiatria que estão na Região. Psicólogos, foram 23 psicólogos já contratados. Para além de outros processos que estão a decorrer pela Região.

O que quero dizer com isso é que toda esta estratégia, toda esta identificação de problemas só tem consequência real com atos concretos, isto é, tomando medidas concretas que deem uma resposta para que o Sistema de Saúde na Região seja cada vez mais eficaz, mais rápido e mais próximo. É este o nosso caminho.

E esta Proposta de Resolução, identificando uma área particular e muito relevante da nossa vida coletiva dos últimos tempos, vai ao encontro exatamente desta estratégia de melhorar o Serviço Regional de Saúde, tendo por base o conhecimento científico, a articulação entre Cuidados Primários e Cuidados Hospitalares, o reforço de profissionais de saúde e, sobretudo, a identificação das áreas estratégicas que são mais relevantes para alcançarmos estes objetivos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra a Sra. Deputada Vera Pires.

(*) Deputada Vera Pires (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É impossível esquecer os tempos conturbados da pandemia COVID-19, que vieram confirmar a importância quer do Sistema Nacional, quer do Sistema

Regional de Saúde, bem como de todas e todos os profissionais que, em prol da nossa saúde, tiveram de dar resposta imediata a um problema desconhecido.

Infelizmente, parte dos trabalhadores, tão necessários ao nosso Serviço Regional de Saúde e que desempenharam um papel determinante no combate à COVID, não viu os seus contratos de trabalho renovados. Isto não pode deixar de ser assinalado, uma vez que SRS se continua a debater com falta de recursos humanos.

O Bloco propôs a sua contratação, mas os partidos de direita que sustentam a atual solução governativa preferiram, a estes profissionais, agradecer-lhes o empenho e dedicação com palavras e um cartão vermelho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: É importante que tenhamos a consciência de que a concretização de uma Via COVID-19 Longa implica o reforço das equipas no SRS, para que seja possível uma resposta aos casos no espaço temporal de 12 semanas. Ora, durante a pandemia, houve necessidade do reforço do número de profissionais de saúde para assegurar a necessária resposta.

O CDS, com esta proposta, terá noção da necessidade de mais profissionais para concretizar a Via COVID, o que vem demonstrar a sua incoerência por também ter votado, na altura, contra a proposta do Bloco.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

A Oradora: E, nessa altura, o Bloco foi acusado de, e passo a citar, “querer transformar em necessidades permanentes aquilo que foi uma necessidade transitória e excecional daquele período de pandemia COVID.” Nessa mesma altura, o CDS tinha já dado entrada desta sua proposta que estamos hoje a discutir, sabendo, portanto, perfeitamente que seriam necessários recursos humanos, mas, mesmo assim, preferindo descartar naquele momento esses profissionais de saúde. O que é claro, e, aliás, foi levantado por algumas instituições de saúde ouvidas em Comissão Parlamentar, é que para concretizar esta medida será

sempre necessário reforçar o número de profissionais.

Deste modo, e porque consideramos que faz sentido a criação de uma resposta dirigida à Condição pós-COVID-19, votaremos favoravelmente o Projeto de Resolução (o Sr. Deputado Paulo Estêvão pode dizer agora: apoiado), mas com reservas quanto à forma como conseguirá ser alcançada, uma vez que não é sobrecarregando mais os profissionais existentes que se conseguirão mais e melhores respostas na saúde.

Muito obrigada.

Deputado Nuno Barata (IL): A Sra. Deputada Vera Pires está no seu melhor!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Obviamente que este Projeto de Resolução, apresentado pelo CDS, tem a sua importância para nós não nos esquecemos da pandemia COVID e de todos os problemas que vieram tanto à população, como também aos nossos profissionais de saúde.

Tenho problemas sobre o Projeto de Resolução antes da substituição. Primeiro, não devia ser uma via verde, já foi alterado, porque via verde tem que ser uma urgência e não para pós-COVID-19 de longa duração. Logo, a palavra em si “longa duração” não pode ser dentro da via verde.

E, depois, porque também obrigava os Deputados a fazer uma triagem dos sintomas. E os médicos faziam política. E não podemos fazer. Por isso, também foi, obviamente, substituído.

Mas continuo com problemas nesta substituição. E tenho, porque, no primeiro ponto, as pessoas têm que ser encaminhadas para consulta de especialidade hospitalar. Qual especialidade, Sr. Deputado Rui Martins? Se nós não sabemos, à partida, quais são os sintomas e como é que nós podemos definir, qual é a

especialidade definida? Não sabemos. Depende, pode ser do nariz, pode ser do pé. Nós não sabemos.

Deputado Carlos Silva (PS): Otorrino.

O Orador: Ou otorrino.

Deputado Carlos Silva (PS): Ortopedia.

O Orador: Depois, o n.º 2, que identifique, neste caso, recomendar o Governo que identifique e promova oportunidades de sensibilização e formação dos profissionais de saúde. Então, mas é o Governo que vai dizer aos profissionais de saúde para estarem sensibilizados relativamente aos problemas da COVID? Isso a mim também me faz confusão devido à ingerência daquilo que são os nossos especialistas dentro dos profissionais de saúde. E nós, como Deputados e leigos na matéria, independentemente de qual é a nossa profissão ou não, aqui é de política, de fazermos este problema, que podemos estar a sensibilizar aquelas pessoas que já estão sensibilizadas. E se essas pessoas não estiverem sensibilizadas... Mal de nós, dentro dos hospitais e dos centros de saúde, se não houvesse essa sensibilização. E é o meu único problema relativamente a este Projeto de Resolução.

Houve as suas alterações, está melhor, sem dúvida, mas obviamente que os primeiros dois pontos fazem-me alguma espécie, porque, mesmo com a substituição, a parte dos sintomas passou da parte resolutiva para a parte do preâmbulo, mas continua lá. Mas não é por aí. Pelo menos não está na parte resolutiva. E aí houve bastante evolução neste Projeto de Resolução.

Mas tenho problemas, obviamente, relativamente a qual é a consulta de especialidade que nós devemos ter. E também qual é a sensibilização que o Governo pode dar relativamente a isso. Isso porquê? Temos um grave problema dentro do nosso sistema hospitalar: a falta de profissionais de saúde.

E com este Projeto de Resolução, nós estamos a fazer uma pressão maior relativamente aos profissionais de saúde, ou a falta deles, porque nós temos,

obviamente, falta de médicos e de enfermeiros.

E se nós queremos uma consulta, uma pessoa que não diga... Ou podemos aproveitar e dizemos que é um problema. Se calhar, eu tenho um problema sintomático relativamente à COVID de longa duração, eu posso dizer isso e é uma forma de eu conseguir uma carta verde para que o meu médico de família me receba, porque eu pedi, obviamente, uma consulta em novembro do ano passado e eu vou ter uma consulta para novembro de 2023. Talvez aqui vá ajudar para que eu consiga essa consulta. Basta dizer que, provavelmente, é um sintoma da COVID e, se calhar, eu vou ser recebido pelo médico de família.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Atingimos a nossa hora regimental. Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com o diploma: Projeto de Resolução n.º 117/XII – “Condição pós-COVID-19”.

Eram 15 horas e 03 minutos.

Estava inscrito o Sr. Deputado Rui Martins, a quem dou a palavra.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, obviamente, para fazer aqui mais alguns esclarecimentos e dizer, Sra. Deputada Vera Pires: a Sra. Deputada falta à verdade quando diz que os partidos da coligação votaram contra a integração dos profissionais de saúde que foram contratados extraordinariamente, porque esquece-se de dizer o seguimento.

Em coerência com aquilo que foi sempre a posição desta coligação, aquilo que foi uma contratação extraordinária, foi extraordinária. O que é que aconteceu a seguir? O que é que este Governo fez a seguir? Abriu vagas. As vagas foram abertas. E esses profissionais puderam concorrer. E ficaram.

Segundo aquilo que é o que o Bloco de Esquerda, também, aparentemente, pelo menos era a minha perceção, sempre defendeu no passado, que era a transparência e concursos públicos para as pessoas entrarem com igualdade de oportunidades. Foi isso que aconteceu. Foi isso que este Governo fez.

Por isso, a Sra. Deputada falta à verdade quando diz que nós votámos contra, dizendo que nós, afinal, não queríamos profissionais de saúde.

Devo-lhe dizer mais: a boa gestão em saúde faz-se com a otimização de recursos e um sistema organizado. E havendo uma consulta organizada, Sr. Deputado Nuno Barata, há uma poupança de recursos. Isso não obriga à existência de mais recursos. Isto só para clarificar.

Depois, devo dizer, o Sr. Deputado Pedro Neves fez questões também pertinentes, obviamente. Aliás, o PAN, também, nesse sentido, quando diz que nós devemos ser políticos e, obviamente, não nos imiscuir naquilo que são outras especialidades e profissões, acho que disse bem. Disse desse género: o papel dos políticos é a política. Daí o CDS ter retirado dos pontos resolutivos aquilo que eram as questões, ou seja, no fundo, de diagnóstico. E nós retiramos. Obviamente, mantivemo-las no preâmbulo, porque são indicativas, estão referenciadas e, obviamente, considerámos que não fazia muito sentido estar do ponto de vista resolutivo, até porque do ponto de vista científico é, eventualmente, uma questão que se prolongará, a investigação e, eventualmente, a alocação de outras circunstâncias e outros diagnósticos. Por isso, não quisemos estar a fechar desse ponto de vista.

Deputado Nuno Barata (IL): Uma incerteza!

O Orador: Quanto às especialidades, também, vindo de si, que o PAN, muitas

vezes, já faz aqui perfeitos tratados de medicina, como nós podemos ver, seja do ponto de vista do papilomavírus, seja de diversas situações que o PAN já nos trouxe aqui e que são verdadeiros tratados de medicina, devo-lhe dizer que, obviamente, quando se fala em consultas da especialidade, estamos a dizer que se for uma questão de otorrino, é referenciado pelo otorrino, se for uma questão de saúde mental, é para a psiquiatria, se for uma questão de pneumologia, é para a pneumologia. A questão da consulta de especialidade, obviamente, será aquela que se adequar. E isso é uma interligação entre os Cuidados de Saúde Primários e os Cuidados de Saúde Diferenciados que, obviamente, é feito referenciando para a consulta de especialidade respetiva. Ou seja, não há uma consulta de especialidade em COVID-19. Por isso, é isso que nós também não vamos criar aqui por decreto ou por recomendação. E julgo que está tudo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado** (*Independente*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu já tenho alertado aqui algumas vezes, em especial no mês passado, da inutilidade de alguns Projeto de Resolução, que, depois, fazem, se calhar, perder tempo para outras iniciativas que precisavam, sim, se calhar, ser debatidas, resolvidas e que, por força de estarmos aqui a discutir, às vezes, Projetos de Resolução sem qualquer consequência prática, podemos estar a atrasar outras medidas que tenham de ser postas em prática.

Concretamente, esse Projeto de Resolução, para mim, ainda vai mais além do que isso. Na minha opinião, para além de não ter utilidade, ainda tem uma agravante, é que, no meu entender, na minha modesta opinião de comerciante, estar a recomendar ao Governo para ingerir sobre serviços de saúde, eu acho que é mau.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): O quê?

Deputado Nuno Barata (IL): Nas decisões dos médicos!

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Nas decisões dos médicos?!

O Orador: Eu acho que é mau. Eu acho que, ao admitirmos a possibilidade de que o Governo precisa de intervir no Serviço Regional de Saúde, estamos a tirar confiança aos médicos, nas diversas unidades de saúde da Região. Eu, sinceramente, acho que isso é desagradável, acho que é ofensivo à classe médica. Eu parto sempre do princípio, até que me provem o contrário, que os médicos que prestam serviço nos Açores estão a fazer o seu melhor serviço...

Deputado Berto Messias (PS): O CDS tem um preconceito com os médicos!

O Orador: ... e estarão à altura de aferir quais as necessidades mais adequadas ou menos adequadas a prestar os serviços de saúde, os cuidados de saúde aos nossos pacientes.

Por isso, eu vou-me abster nesta votação, porque eu acho que é a forma mais adequada que tenho de respeitar a classe médica e de respeitar também a Secretaria da Saúde.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu mostrei, obviamente, algumas reservas relativamente ao Projeto de Resolução inicial. Talvez não seja tão adequado com a substituição. Mas também não é, sem dúvida, um problema este Projeto de Resolução.

O único problema que o PAN tem, obviamente, é que haja uma pressão para os nossos profissionais de saúde, dentro do nosso sistema hospitalar. Esse é o maior problema, porque nós temos falta de recursos humanos. E, talvez, com este Projeto de Resolução, poderá não ajudar.

Deputado Nuno Barata (IL): Não é “poderá não ajudar”. Não vai ajudar!

O Orador: Mas desde que haja, obviamente, uma promoção da parte do Governo Regional e que seja só de promover e não de uma obrigação em termos da gestão, tanto hospitalar, como dos centros de saúde, o PAN, obviamente, não tem nada contra esse problema.

Mas eu gostaria, obviamente, que os profissionais de saúde sejam ouvidos, juntamente com o Sr. Secretário, para ver a melhor forma que isto seja adequado, porque sem dúvida que vários especialistas até estão um pouco preocupados porque acham que ainda vai haver uma pressão ainda maior sobre esses profissionais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Isto poderia ser aquilo que se chama um Projeto de Resolução “Melhoral”, ...

Deputado Berto Messias (PS): Não faz bem nem faz mal!

O Orador: ... mas não é, não é “Melhoral”.

Deputado Berto Messias (PS): Então faz mesmo mal!

O Orador: É um Projeto de Resolução que faz mesmo mal ao Serviço Regional de Saúde. E faz mesmo mal ao Serviço Regional de Saúde, desde logo porque este tipo de recomendação ao Governo transmite para o cidadão comum, para o cidadão que vive diariamente com problemas de acesso ao Serviço Regional de Saúde, uma preocupação acrescida, de que, afinal, se tiver um problema persistente, não é atendido se nós não aprovarmos aqui um Projeto de Resolução que obrigue o Governo a atender o cidadão, o utente do Serviço Regional de Saúde que tem um problema persistente de saúde. É engraçado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Sistematiza e organiza!

O Orador: É engraçado chegar à conclusão de que o CDS não acredita que o

Serviço Regional de Saúde está organizado, que o Serviço Regional de Saúde está preparado, que o Serviço Regional de Saúde tem capacidade para sistematizar o atendimento dos doentes, sejam eles de que categoria forem, muito mais os doentes com sintomas persistentes pós-COVID, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Por essa lógica não se apresentava Resolução nenhuma!

O Orador: ... como se o sistema pós-COVID e as doenças persistentes pós-COVID fossem as únicas doenças persistentes que existem na Região Autónoma dos Açores. Não são. Não são, Sr. Deputado, há muitas outras. E se o senhor for criar uma via para cada uma delas, entope completamente o Serviço Regional de Saúde.

O que me leva a acreditar que o que está aqui em causa... Se calhar é mesmo por isso que esse é um Projeto de Resolução apenas do CDS e não é da coligação. É que o CDS gostava também de controlar a Secretaria da Saúde. E como não controla a Secretaria da Saúde, cria problemas ao Serviço Regional de Saúde, para criar problemas ao Sr. Secretário Regional da Saúde e do Desporto.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é falso!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é intervenção!

O Orador: Esta é a questão que está aqui.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é coscuvilhice!

O Orador: Não é coscuvilhice, Sr. Deputado. Não é coscuvilhice. Isso que aqui está é o que já deveria estar a acontecer e é o que acontece. E é o que acontece quando um cidadão recorre ao Serviço Regional de Saúde com sintomas prolongados de qualquer doença, seja ela qual for.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ó Sr. Deputado, isso é um romance de cordel!

O Orador: Pois, Sr. Deputado, eu sei que lhe incomoda algumas das minhas intervenções, mas o Sr. Deputado Paulo Estêvão há de convir que eu estou aqui com a mesma legitimidade democrática que V. Exa. está.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro!

O Orador: E isto dá-me o direito de dizer aquilo que se me apraz dizer. E neste caso é isto que se me apraz dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem. Lutei muito por esta democracia.

O Orador: E ainda lhe digo mais, Sr. Deputado Paulo Estêvão. O Sr. Deputado Paulo Estêvão, às vezes, diz que eu estou cá desde 1996, que sou aquele que está cá há mais tempo, mas, depois, ele é que lutou muito pela democracia nos Açores. Devo dizer, V. Exa., Sr. Deputado Paulo Estêvão, que cuida, que sabe mais do que todos os outros, que gosta de fazer provocações a todos e a tudo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?!

O Orador: ... o Sr. Deputado Paulo Estêvão que tanto critica as maiorias absolutas, devo-lhe dizer, Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu estava cá quando acabou a primeira maioria absoluta e eu estava cá quando acabou a segunda maioria absoluta. Para seu gáudio, Sr. Deputado Paulo Estêvão, agora temos uma democracia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é sorte, mesmo.

O Orador: Não é sorte, não.

Eu sei, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o senhor preferia que não houvesse aqui uma maioria relativa. Eu sei, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que o senhor preferia, no fim das contas, lá no seu fundo, o que o senhor queria era decidir sozinho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu?!

O Orador: Mas não vai decidir sozinho. Não vai decidir sozinho, vai decidir com a centralidade do Parlamento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro!

O Orador: E, portanto, Sr. Deputado Paulo Estêvão, essa é a única coisa que lhe digo no meio deste debate. O senhor nem quis subscrever esse Projeto de Resolução. Não é do Governo. O senhor até está sozinho hoje, veja lá.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou ser breve, porque eu estou em casa, mas nem toda a gente está. De qualquer das formas, Sr. Deputado Nuno Barata, a questão da sistematização e boa organização do Serviço Regional de Saúde permite otimizar recursos.

E esta Assembleia não se está a ingerir nem coloca dúvidas. Isso também é aqui para o Sr. Deputado Carlos Furtado. Não se está a ingerir.

Deputado Nuno Barata (IL): Está sim, completamente!

O Orador: Então, vamos lá ver, quando nós votamos aqui a Via Verde de AVC, são os Deputados que sabem da premência, ou não, de alguém com AVC ter que ser atendido em duas horas ou três horas, ou não? São os Deputados que sabem? Mas nós propusemos aqui a Via AVC! E aprovámos! E eu aprovei convictamente!

Deputado Pedro Neves (PAN): E, portanto, criamos a via.

O Orador: Sim, para criar a via, exatamente. Então, e agora estamo-nos a ingerir, estamos a dizer que, afinal, os profissionais de saúde não sabem nada?! Os médicos, afinal, não sabem que um doente com suspeita de AVC...

Deputado Nuno Barata (IL): Não foi isso que eu disse!

O Orador: ... tem que ser visto e atendido em duas horas, senão os efeitos são permanentes?! Os médicos não sabem isto, os médicos não estudaram, foi preciso o Parlamento, um político vir para aqui dizer o que é que um médico tinha que fazer!

Quando aprovamos aqui o CIRURGE... Então, quando o Sr. Deputado esteve ao lado do Partido Socialista para alargar o CEDO para os transplantados... Então, não há outras patologias?!

O senhor ouviu os médicos, o que é que eles disseram sobre essa proposta do Partido Socialista, que o senhor apoiou? O senhor ouviu os médicos?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos do Deputado Paulo Estêvão)

Deputado Nuno Barata (IL): O senhor não bata palmas!

O Orador: É verdade! É que o senhor apoiou uma medida que era sectária, que os médicos disseram em Comissão que não fazia qualquer sentido. E o senhor aí já não achou que era ingerir no Serviço Regional de Saúde! Porquê? Porque era só finanças, estávamos só a falar de pagamento, era isso?!

Deputado Nuno Barata (IL): Obviamente!

O Orador: Ai, obviamente!...

Deputado Nuno Barata (IL): Obviamente!

O Orador: Obviamente!... Então, mas aí os critérios médicos não têm valor?!

Deputado Nuno Barata (IL): Então não têm!

O Orador: Não, parece que não! Porque os médicos diziam que não devia ser para esses doentes, devia ser, se calhar, para a esclerose lateral amiotrófica, para pessoas que iam morrer...

Deputado Nuno Barata (IL): Não vale a pena!

O Orador: ... e não para pessoas que viram a salvação. Os transplantados viram a solução do seu problema! Está a perceber?

Deputado Nuno Barata (IL): Não vale a pena!

O Orador: O Sr. Deputado gosta muito de vir para aqui como autoridade moral a dizer que os outros partidos fazem isto ou aquilo ou aquele outro, segundo as suas interpretações. Vou-lhe dizer uma coisa: o CDS é um partido com identidade própria! O PSD é um partido com identidade própria! O PPM é um partido com identidade própria! Todos nós temos propostas, umas apresentamos conjuntamente, outros apresentamos por iniciativa própria! Ora, era só o que faltava!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM)

O Orador: Ora, era só o que faltava! Quando assinamos um acordo de coligação, não abdicamos dos nossos princípios. Eu não deixei de ser militante do CDS. Não, não deixei de ser.

Pronto, por isso, Sr. Presidente, peço desculpa. Acho que já me alonguei.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu tenho todo o tempo do mundo.

O Orador: Acho que as explicações já foram dadas. Se alguém tiver dúvidas quanto à iniciativa, terei todo o gosto em responder.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, tem a palavra.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu prescindo, Sr. Presidente. Não vale a pena.

Presidente: Prescinda. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão, há pouco, na sua intervenção, utilizou uma expressão relativamente à Condição pós-COVID-19, de que é um problema grave. E disse que, daquilo que é do seu conhecimento, 40% das pessoas que tiveram COVID ficaram com sequelas. Sabe mais, aparentemente, o Sr. Deputado Paulo Estêvão do que as unidades de saúde ou a própria tutela da saúde, que, em Comissão, não foram capazes de dar qualquer dado relativamente à prevalência nem os dados conhecidos na Região.

Deputado Nuno Barata (IL): Sabe mais do que a OMS!

O Orador: Depois, como eu estava a dizer, referiu o Sr. Deputado Paulo Estêvão que é um problema grave...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E sobre máscaras, Sr. Deputado?

O Orador: Diga?...

Deputado Joaquim Machado (PSD): E sobre máscaras?

O Orador: Máscara só se for a do Sr. Deputado Joaquim Machado que esteja a cair, fruto do voto de desconfiança que teve na Comissão de Assuntos Sociais, eventualmente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): O senhor é que ainda não caiu! Sabia tudo...

O Orador: Agora, dizia o Sr. Deputado Paulo Estêvão que se trata de um problema grave, que saiu da atualidade e que, agora, com este Projeto de Resolução do CDS, vem novamente à atualidade. A questão da atualidade prende-se com o seguinte: no momento em que o assunto era atual e era premente, a Região nada fez. Quem o fez foi precisamente a Direção-Geral da Saúde, que, em março de 2022, publicou uma norma em que, ao fim e ao cabo, estabelece os critérios de referenciação para os utentes que possam vir a sofrer desta condição. E face à ausência de orientações regionais, os clínicos, tal como assumiram nas audições na Comissão de Assuntos Sociais, seguiram a única norma existente no país, a norma da DGS.

Tal como na componente formativa. Naquilo que diz respeito à componente formativa, desde que este Governo tomou posse, há mais de dois anos, não se conhece, não é público, ao contrário daquilo que era recorrente até 2020, qualquer plano de formação da Direção Regional da Saúde dirigido a profissionais de saúde do Serviço Regional de Saúde.

Portanto, temos, neste momento, o seguinte: a identificação, tal como consta no preâmbulo e nos consideramos deste Projeto de Resolução; a identificação da parte da Organização Mundial da Saúde, em outubro de 2021, da Condição pós-COVID-19; a norma da DGS, em março de 2022; a ausência de orientações regionais; a ausência de formação e sensibilização regional, tal como foi dito na

Comissão de Assuntos Sociais pelos conselhos de administração que foram ouvidos; a ausência de dados sobre a prevalência e os tempos de resposta à COVID Longa na Região. E, portanto, na ausência, como eu disse, as unidades de saúde e os clínicos que exercem funções no Serviço Regional de Saúde acabaram, inevitavelmente, por adotar a norma da Direção-Geral da Saúde.

Propõe, agora, o CDS, no seu ponto 3, no terceiro ponto resolutivo, a definição de tempos máximos de resposta, que, por aquilo que o Sr. Deputado Rui Martins acabou de frisar há pouco, a passagem de 8 semanas para 12 semanas é para ir ao encontro daquilo que está na norma da DGS. Então, mais não é do que aquilo que já está a ser aplicado através da norma da DGS.

Depois, no ponto resolutivo n.º 2, propõe a formação e a sensibilização que não foi feita e que não foi reconhecida também pelas unidades de saúde e que, nesse aspeto, como eu disse na minha primeira intervenção, não colocamos em questão nem em causa esse ponto resolutivo.

Contudo, no ponto resolutivo n.º 1, em que fala da criação da Via COVID Longa, quando a norma da DGS já está a ser implementada, como as próprias unidades de saúde referiram, a questão que se impõe é: o que é que esta Via COVID Longa, como é proposto pelo CDS, irá diferenciar daquilo que já está a ser feito através da aplicação da norma DGS?

Disse, há pouco, o Sr. Deputado Rui Martins que esta Via COVID Longa é para, e cito, “acompanhar de forma mais expedita, mas que não é via verde.” Então, gostaria que explicasse, se fizesse o favor, como é que um utente, passadas cinco a seis semanas da fase aguda de COVID-19, com sintomas nos primeiros três meses e que persistam cerca de dois meses, com fadiga persistente, com fraqueza ou com dores musculares, será assistido de forma diferente daquilo que já é assistido atualmente no Serviço Regional de Saúde, por via da aplicação da norma da DGS.

Não havendo diferença naquilo que é proposto nesta Resolução, no seu ponto n.º

1, eu penso que esta Resolução acaba por se resumir ao seu ponto n.º 2, que é a formação e a sensibilização dos profissionais de saúde. Portanto, estamos a falar de formação, atenção, não estamos a falar de formação para altos dirigentes, como é aquilo que está a acontecer neste momento. É a formação de profissionais de saúde.

E, portanto, eu gostaria de saber, efetivamente, da parte do CDS-PP, o que é que é pretendido, o que é que diferencia esta Via COVID Longa daquilo que já está a ser praticado.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Alguns esclarecimentos na sequência de mais uma atuação da coligação negativa de esquerda, que vive sempre com base na conspiração. O Governo de direita é um Governo mau, que quer mal às pessoas, é um Governo que, nas palavras do Partido Socialista, “não faz nada”, e estou a citar, “é um Governo que não faz nada”. E o Bloco de Esquerda o que diz é que isto é um Governo que detesta os trabalhadores e, por isso, não protege os trabalhadores.

Deputada Vera Pires (BE): É verdade que não protege!

O Orador: E criam aqui uma imagem pouco séria politicamente. E vou demonstrar já que é pouco sério politicamente aquilo que afirmam. O Bloco de Esquerda e o PS vivem nesta base destas teorias de conspiração negativa, ...

Deputado Berto Messias (PS): Quem está a conspirar são os seus colegas do Governo!

O Orador: ... sem dar qualquer contributo positivo para um setor sensível e exigente como é a Saúde. Contributos positivos? Aí, sim, zero, nada, só conspiração, conspiração, conspiração.

E vou explicar e esclarecer algumas das questões que foram aqui suscitadas e que desmonta claramente os vossos argumentos e raciocínios. Em primeiro lugar, é dito que não fez nada porque há uma norma da DGS. E porque não fizeram nada, aplicam a norma da DGS. Quem ocupou cargos na Saúde e cargos de direção na Saúde sabe bem que a esmagadora maioria das normas técnicas, clínicas, da DGS são aplicadas diretamente, sem necessidade de intervenção da Direção Regional da Saúde. Foi assim no seu tempo. É assim hoje. É sempre assim. São questões técnicas, clínicas, que são aplicadas diretamente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então para que é preciso uma Resolução? Está a ouvir isto, Sr. Deputado Rui Martins?

O Orador: Por isso é, mais uma vez, pouco sério politicamente vir dizer: porque não fizeram nada, aplicaram. Não. Acontece aqui e como em outras circunstâncias que, por questões clínicas ou técnicas, se aplica diretamente as normas da Direção-Geral da Saúde.

Quanto à formação, devo esclarecer que, quanto à formação, este Plano e Orçamento aprovado para 2023 aumenta os valores de formação em 100%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Valores únicos relativamente àquilo que no seu tempo não havia sequer qualquer tipo de plano de formação. Também não nos foi deixado qualquer plano de formação relativamente a esta matéria nem havia plano de formação. É este Governo que também aqui está a fazer aquilo que os senhores não fizeram.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Terceira questão, quanto a esta ideia de que o Governo nada fez. Vagas autorizadas pela tutela da Saúde e das Finanças, por este Governo, foram 920 vagas autorizadas, isto é, não contando com contratos COVID, porque os

contratos COVID eram de decisão direta das administrações das unidades de saúde.

Assistentes operacionais. A Sra. Deputada atira para aqui estes números e essas acusações, que não são sérias porque não correspondem à verdade, que o Governo quer pôr as pessoas no desemprego e não quer contratar pessoas. Sabe quantos assistentes operacionais foram autorizados contratar por este Governo, para o quadro do Serviço Regional de Saúde?

Deputado António Lima (BE): E os que foram despedidos?

O Orador: Sabe quantos são? 301 assistentes operacionais.

Deputado António Lima (BE): Eram mais de 600!

Deputada Vera Pires (BE): E despedidos?

O Orador: Assistentes técnicos, 138. Enfermeiros, 162. Informáticos, 3. Técnicos superiores, 54. Técnicos superiores de saúde, 3. Técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, 54. Farmacêuticos, 7. Médicos, 198. 920!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É esta a resposta que desmonta claramente as insinuações e as acusações torpes que fazem nesse contributo negativo que têm dado.

Deputada Vera Pires (BE): Não são insinuações nem são torpes!

O Orador: São torpes e são insinuações e acusações que não correspondem à verdade, conforme acabei de demonstrar.

Porque a nossa preocupação, a preocupação deste lado...

Deputada Vera Pires (BE): É a teoria da conspiração!

O Orador: ... é construir, construir e apresentar resultados todos os dias, em

conjunto com os profissionais de saúde, para dar uma resposta mais rápida, mais eficaz e mais próxima.

Deputada Vera Pires (BE): A gente vai ver!

O Orador: E isso não são palavras, não são palavras.

Deputada Vera Pires (BE): São, são!

O Orador: E vou-lhe demonstrar. Relativamente a consultas... Eu sei que incomoda, os números, mas os números de 2022 ainda são melhores que os números de 2021. Se em 2021 bateram-se todos os recordes de consultas na Região relativamente a todos os anos anteriores, inclusive antes da pandemia, em 2022 ainda foi melhor em consultas, em exames e em cirurgias.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ultrapassamos, pela primeira vez, mais de 10 mil cirurgias nos Açores! Isso é que interessa às pessoas, porque estamos a fazer pela primeira vez mais de 10 mil cirurgias!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Ultrapassamos 1 milhão de consultas! Mais de 7 milhões de exames complementares de diagnóstico! É esta a resposta às pessoas. É esta a resposta da prova do trabalho, a prova que estamos a melhorar.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Não está tudo feito. É verdade que não está tudo feito. É evidente que não está tudo feito. Falta muito por fazer.

Deputada Vera Pires (BE): Afinal não é a teoria da conspiração!

O Orador: Mas este caminho demonstra que todas as vossas acusações são absolutamente sem fundamento, sem fundamento porque dizem é que não estamos a fazer nada. Ter mais consultas, mais cirurgias e mais exames é não fazer

nada?! Termos mais profissionais de saúde contratados é não fazer nada? A ideia de que nós estamos a contratar profissionais de saúde é desrespeitarmos os trabalhadores? Não é verdade!

Isto acontece também naquilo que é essencial, mais do que o número de dados clínicos que se prestam na Região, e estamos a prestar cada vez mais, é o tempo de espera das pessoas. O acesso aos cuidados tem de ser o mais rápido, eficaz e próximo possível. E o que demonstramos é que estamos também aí a ter sucesso. Estamos a conseguir.

Deputado António Lima (BE): E no caso da oncologia? Não ouviu os doentes?

O Orador: Há muita gente que ainda está à espera, infelizmente, mas, em dois anos, conseguimos recuperar listas de espera. Hoje, temos, nos Açores, menos 2315 pessoas em lista de espera do que quando tomámos posse. Menos 2315. Com mais propostas cirúrgicas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas, mais do que isso, quando este Governo tomou posse, o tempo médio de espera para uma cirurgia, sabe de quanto é que era?

Deputado Nuno Barata (IL): Durante a COVID?

O Orador: Antes. 540 dias. O Sr. Deputado diz que foi durante a COVID. O Sr. Deputado sabe, certamente, porque não é ignorante, que o tempo de maior incidência de COVID, de maior complexidade ao nível da resposta foi exatamente quando este Governo tomou posse, apanhámos uma situação descontrolada, tivemos que tomar medidas e, tal e qual como aconteceu no resto do país, foi exatamente em 2021 e 2022 que aconteceram os maiores números de infeção. Foram em 2021 e 2022, com este Governo. Mas já está esclarecido o Sr.

Deputado.

Para lhe dizer que, quando este Governo tomou posse, o tempo médio de espera era 540 dias. 540 dias. Agora, são menos 172. Recuperámos 172 dias. Para cada uma dessas pessoas, açorianos, que são os menos 2315 que já tiveram a sua resposta e que têm menos um dia de espera, já é algo de positivo.

Precisamos trabalhar muito mais, mas, sobretudo, precisamos de trabalhar muito mais porque não contamos com a vossa colaboração. Se contássemos com a vossa colaboração, com os vossos contributos positivos, era uma ajuda significativa, sobretudo, porque, para além dos problemas que temos, problemas de financiamento, de recursos humanos, de infraestruturas, de viaturas, temos também um problema: uma oposição coligada de esquerda que só nos traz problemas, nunca nos dá uma solução!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Para não falar nas máscaras!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro anda muito desaparecido esta semana aqui no combate parlamentar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não me diga que tinha saudades minhas!

O Orador: Quando encontra aqui quem lhe dê respostas e possa entrar aqui em discussões, já V. Exa. tem mais dificuldade em espalhar a onda de pânico que quer, da desgraça, que V. Exa. tenta agora nas últimas semanas espalhar junto da comunicação social.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu?! Eu mesmo?!

O Orador: Mas, aqui, quando tem quem lhe responda e quem lhe argumente e quem tenha que trocar argumentos, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor está enganado!

O Orador: ... aqui, já V. Exa. aparece mais silencioso, mais caladinho.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Olha, caladinho...

O Orador: É isso que nós temos visto.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É, é!

O Orador: Temos visto que V. Exa., e muito bem, tem estado aí quieto na sua bancada e muito silencioso.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Também para dizer aquilo que o senhor diz...

O Orador: Ouça, também não é muito diferente do que V. Exa. diz muitas vezes.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ai é, é!

O Orador: Não é! Não é!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ai é, é!

O Orador: Não é, não!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É!

O Orador: Bem, o que é que importa dizer aqui nesta matéria? Como já se viu, tentou-se aproveitar, por parte do Partido Socialista, mais uma vez, sempre a puxar os Açores para baixo, ...

Deputado Manuel Ramos (PS): Isso está muito teatral!

O Orador: ... sempre a tentar prejudicar o Governo dos Açores, que é o Governo de todos nós, que está a tentar defender o interesse comum. Sempre que há aqui discussão de uma matéria como esta, que é uma matéria pacífica, o Partido Socialista utiliza a política da terra queimada, do dizer mal, de tentar apedrejar, da intifada permanente, deste tipo de comportamento. Pois, o Sr. Secretário acaba de o confrontar com um conjunto de dados muito significativos que, obviamente, desmascaram completamente o discurso de V. Exas. e demonstram a falsidade

absoluta da desgraça que os senhores tentam montar e que não existe. Existia, sim, no vosso tempo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): E o senhor ainda se levantou para dizer isso?

O Orador: Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, venha a debate. Venha a debate. Aguardamos aqui V. Exa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não posso, não me deixam falar!

O Orador: É que isso de falar nas conferências de imprensa do Partido Socialista...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não me deixam falar!

O Orador: ... sem que ninguém tenha oportunidade de lhe dizer: ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, isso não é assim, esses dados são falsos, isso não corresponde à verdade. Sem ter essa oportunidade, obviamente, é muito mais fácil, Sr. Deputado. É muito mais fácil.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Fez um dói-dói? Pronto...

O Orador: Mas aqui no Parlamento é um bocadinho mais difícil, como se viu esta semana.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Pronto...

O Orador: Sr. Deputado Nuno Barata, eu só fiz uma intervenção... Já conheço V. Exa. há muito tempo, já estivemos do mesmo lado da barricada em muitas lutas e continuamos a estar. Já nos conhecemos há três décadas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eh lá!

O Orador: E, obviamente, sabe que eu tenho consideração e simpatia por V. Exa., simpatia pessoal e política.

Deputado Berto Messias (PS): Não é o que consta!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Imagine se não tivesse!

O Orador: Evidentemente que temos diferenças programáticas em muitas matérias, mas, obviamente, há um conjunto de temas até vasto em que concordo com V. Exa.

Agora, evidentemente, não pode levar a mal que eu lhe tenha feito a referência à literatura de cordel, que era o que V. Exa. estava a fazer, quer dizer, estava a partir do COVID-19 para uma extrapolação de um conjunto de poderes e das rivalidades junto do Governo Regional... Ora, não pode levar a mal que eu tenha dito que isso é uma referência um bocadinho à século XII, século XIII, ao cordel, criar aqui uma historiazinha. Eu achei que V. Exa. já estava, de facto, a ir longe demais e, por isso, um aparte, que eu penso que foi legítimo e lógico.

Deputado Nuno Barata (IL): Gosto muito dos seus apartes!

O Orador: Em terceiro lugar, gostava aqui de referenciar o seguinte: em relação à proposta em concreto, obviamente que é necessário sinalizar esta matéria, a importância desta matéria e que o nosso Sistema Regional de Saúde dê resposta a esta matéria e a esta preocupação.

Ouçam, estamos a inventar alguma coisa de novo? Vão ver o que é que está a fazer a Espanha, o que é que foi feito na Alemanha.

Deputado Nuno Barata (IL): Por isso mesmo!

O Orador: Tive a oportunidade de ver um conjunto de iniciativas deste género, em que se está a sinalizar a importância desta matéria.

Diz V. Exa.: apresentei os 40% de pessoas que apresentam sequelas. Ora, obviamente, esse é um número que é um número que foi feito a nível internacional e, portanto, que foi calculado, foi investigado, foi analisado e há essa referência. Agora, que esta é uma matéria que é importante sinalizar, é importante. Daqui a pouco não se pode dizer nada. Se dizemos, é porque dizemos. Se não dizemos, é porque não dizemos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Coitadinho!

O Orador: O que é importante é sinalizar esta matéria. E acho muito bem que se esteja a fazer, porque, obviamente, o que eu digo sempre é que, enquanto estão nas parangonas das televisões e dos telejornais e dos jornais, bom, aí toda a gente está preocupada, temos especialistas em cada bancada. Quando as coisas perdem

a atualidade, já ninguém planifica nada, já ninguém sinaliza nada. E o CDS faz muito bem em avançar com esta matéria. E o PPM é absolutamente solidário com o CDS nesta matéria, que consideramos que é importantíssimo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O senhor honra o seu passado!

O Orador: Exatamente, honro o meu passado, sempre. E espero que V. Exa., Sr. Deputado Vasco Cordeiro, também faça a mesma coisa.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas disso não tenha a mínima dúvida!

O Orador: Não. Tenho, tenho dúvidas fundadas.

Muito obrigado.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó senhor!...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para uma intervenção muito breve, para responder ao Sr. Deputado Paulo Estêvão. Dizer-lhe tem toda a razão naquilo que disse agora, quando diz que aquilo que o CDS nos traz não é nada de novo. Mas foi isso precisamente que eu disse há pouco na minha intervenção, ou seja, para além do ponto resolutivo n.º 2, que é a questão da formação e da sensibilização de profissionais de saúde, o ponto n.º 1 e o ponto n.º 2 – aliás, a Via COVID Longa, ainda aguardo esclarecimentos por parte do CDS-PP do que é que é pretendido –, nada mais é aquilo que já consta na norma da DGS. E foi essa a questão que eu coloquei há pouco: o que é que Via COVID Longa, proposta pelo CDS, vai diferenciar daquilo

que é a resposta atualmente em prática no Serviço Regional de Saúde?

Relativamente àquilo que o Governo referiu na sua intervenção, relativamente à seriedade, não é sério, efetivamente, quando se utilizam argumentos como foram utilizados, e são recorrentes, infelizmente, naquilo que diz respeito à existência ou não existência de planos. O plano de formação da Direção Regional da Saúde é um plano anual. Queria o Governo que o Governo do Partido Socialista, quando deixou a governação, ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Em novembro de 2020!

O Orador: ... deixasse, em novembro de 2020, o plano de formação, que é anual, para 2021.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Estou a falar de 2020!

O Orador: O Governo gostava de ter o trabalho todo feito já para os quatro anos do mandato quando tomou posse, mas a verdade é que tem trabalho para fazer, tem trabalho anual que é seu. E não o tem feito.

E para repor a verdade, atendendo àquilo que é dito relativamente a esta bancada e à coligação negativa de esquerda, como foi referido, eu vou entregar à Mesa, para que possa fazer chegar a todos os Srs. Deputados, para quem quiser, o plano de formação da DRS de 2020, que é o único, que é conhecido. É o último que é conhecido e que foi público, de forma clara e transparente, formação dada a profissionais de saúde.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Dada?!

O Orador: E não a altos dirigentes, com cursos de mais de 7 mil euros, como parece que circula por aí.

E, portanto, isso é que é a verdade, isso é que é trabalho feito, isso é que é trabalho apresentado e que não foi apresentado até ao momento por parte deste Governo. Este Governo tem sempre descrições ao arrepio da realidade, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é perito quando circula por aí! Pouca-vergonha!

O Orador: ... mas isso, infelizmente, já é um habitué por parte deste Governo. Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem. Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu quando referi que era pouco sério politicamente afirmar que este Governo fez nada e este Governo faz nada, eu demonstrei porque é que era pouco sério. E ficou demonstrado.

Para si e para essa coligação negativa de esquerda, fazer nada é termos mais consultas, mais cirurgias, mais exames do que quando iniciámos funções. É este o nosso trabalho. Isto não é uma frase feita, não é uma conversa aberta. Estou a falar e a provar aquilo que digo.

Deputado Tiago Lopes (PS): O trabalho dos profissionais de saúde!

O Orador: Mas quanto a planos e para que fique claro, obviamente, se houvesse algum tipo de trabalho feito no que diz respeito a um plano de formação, no âmbito da transferência de pastas... Não me vai dizer que iam começar a fazer o plano de formação só em janeiro. Obviamente que estes planos se fazem com antecedência, para vigorar durante o ano.

Deputado Tiago Lopes (PS): Então, onde é que está o seu? Onde é que está o seu?

O Orador: E sobre isto nada feito. Sobre isto nada foi apresentado. Mas não foi

apresentado nada relativamente a isto, ...

Deputado Tiago Lopes (PS): Onde é que está o seu?

O Orador: ... como não foi apresentado nada relativamente a um plano de vacinação que é começado dali um mês. Dali a um mês, começamos a vacinar nove ilhas, milhões de vacinas ao longo destas ilhas. Não havia uma linha, não havia nada. O Plano Regional de Saúde acabava em 2016, foi estendido a 2020, não nos foi deixada uma linha, não nos foi deixado nada. Isto é, em termos de planificação, este Governo recebeu zero do Governo anterior.

Mas isto também é uma marca, porque este Governo está a deixar o registo na área da Saúde, de execução, de obra feita, de realizações, ao contrário daquilo que era a imagem, a nota do Governo anterior. O Governo anterior, do Partido Socialista, dizia que não ia abrir a radioterapia. Este Governo abriu a radioterapia, na Terceira. O Governo anterior fez uma encrenca com o Centro de Saúde das Velas, que tinha uma obra parada, um processo em tribunal. Este Governo resolveu, fez um projeto novo e a obra está quase a acabar. O Governo anterior, os Governos do Partido Socialista fecharam o serviço de atendimento urgente em Ponta Delgada. E é este Governo que vai abrir. O Governo anterior fechou os Centros de Saúde de São Roque e Lajes do Pico. Foi este Governo que abriu. A vossa imagem é esta, ou não abrem ou fecham. Este Governo abre e faz!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para questionar o CDS-PP se irá esclarecer esta bancada... O Sr. Deputado Rui Martins não está atento à minha intervenção, portanto, vou aguardar só um bocadinho. Eu gostaria de saber se o CDS-PP vai, ou não, esclarecer esta bancada relativamente àquilo que é pretendido com a criação da Via COVID Longa e no que é que esta Via COVID Longa vai diferenciar daquilo que está a ser feito, neste momento, no terreno, com a aplicação da norma da DGS.

Muito obrigado.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Já disse!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Salomé Matos.

Deputada Salomé Matos (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria apenas de, estranhando que este debate se tenha eternizado desta forma, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Ainda temos tempo!

A Oradora: ... lembrar que, no âmbito da Comissão, e também por isso ouvimos as instituições, os conselhos de administração dos hospitais e das unidades de saúde de ilha, gostaria só de deixar uma nota: de todas as unidades de saúde que consultámos – as unidades de saúde das Flores, Corvo, Pico, São Jorge, Santa Maria, Graciosa –, todos eles, quando consultados e apresentada esta iniciativa, ainda que tenha sido a primeira iniciativa que esteve em debate, todos, sem exceção, apesar de terem particularizado a sua realidade, todos apresentaram concordância com a iniciativa e reforçaram a importância da articulação e da continuidade de cuidados.

E penso que, se é em prol dos utentes do Serviço Regional de Saúde que aqui apreciamos esta iniciativa, devemos também respeitar aquela que foi a opinião da

maioria das unidades de saúde, que, em primeira linha, foram aqueles que se confrontaram e continuam a confrontar-se com esta realidade.

Obrigada.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Resolução, o Projeto de Resolução n.º 117/XII – “Condição pós-COVID-19”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 117/XII foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 3 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega e 1 do PAN; 1 voto contra da Iniciativa Liberal; e 1 voto de abstenção do Deputado independente.

Presidente: Muito obrigado.

Está assim encerrado este ponto da nossa Agenda. Vamos avançar para o ponto 11: **Projeto de Resolução n.º 145/XII – “Recomenda ao Governo Regional a utilização do Regime Jurídico de Preços”**. É uma iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Chega.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco para a sua apresentação.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, como pessoa de palavra e de honra que sou, não vou gastar muito tempo a

falar de coisas que já foram amplamente faladas e a falar de coisa nenhuma.

O povo açoriano, o povo português, o povo europeu, todos nós sentimos na algibeira esta que tem sido a desculpa para a subida galopante de preços. Recebemos todos várias denúncias de margens especulativas absurdas, margens que não são normais, que não são margens comerciais, são apenas margens absurdas para poder ir ao bolso das pessoas, com a desculpa da guerra, com a desculpa disto, com a desculpa daquele outro. O azeite fabricado em Portugal e a calda de tomate fabricada em Portugal... Mas, pronto, enfim, agora os canhões na Ucrânia também levam azeite e levam calda de tomate. Isto, realmente, é um absurdo.

O que nós aqui recomendamos e por tudo o que já foi dito em Comissões, no último Plenário, é que haja aqui uma intervenção do Governo naquilo que é a obrigação do Governo. E, tal como já tinha feito, e bem, o Governo do PS quando foi a pandemia, em que limitou a especulação naquilo que eram as máscaras, o álcool gel e numa série de outros produtos, que já se tinha anteriormente falado, nós temos que proteger as nossas pessoas. É papel do Estado, é papel de todos nós.

Nos bens essenciais, naquilo que é fundamental para a sobrevivência das pessoas, não haver esta especulação, que mais não é roubar (não tem outro nome) as famílias açorianas. E, neste sentido, apresentamos esta proposta e aqui a deixamos para a vossa discussão.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Relembro que o Chega apresentou uma proposta de substituição integral, que é essa que devemos ter presente no nosso debate e votação.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Secretário Regional das Finanças, faz favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

Esta é uma matéria que já tivemos oportunidade aqui de discutir. Aliás, na verdade, desde maio do ano passado que tivemos essa oportunidade, houve aqui uma proposta do Bloco de Esquerda que foi aprovada neste Parlamento sobre isto. Agora, temos também uma proposta do Chega. Tanto num caso, como no outro, o Governo não tem visões dogmáticas e entende que as propostas, quando são positivas e em prol da defesa, neste caso, dos consumidores açorianos, merecem a nossa maior atenção. Por isso, estivemos ao lado da preocupação que foi discutida em maio, como também estamos ao lado desta preocupação.

Mas, mais, como é sabido, lançámos no terreno um conjunto de ações visando acompanhar a variação dos preços. Posso dar nota de que na próxima semana sairá o primeiro relatório, que já tenho aqui em versão preliminar, relativo ao mês de janeiro, já com a abrangência de toda a Região, tendo em conta os últimos dados do índice de preços ao consumidor do Serviço Regional de Estatística e do Instituto Nacional de Estatística. Com este acompanhamento, isto permite-nos ter o argumentário suficiente para, no âmbito da legislação existente, poder intervir mais ou menos em função da variação dos preços.

Posso dar nota que, inclusivamente, já encontramos, como aconteceu também no plano nacional, algumas divergências entre os preços na prateleira e os preços na caixa.

Deputado António Lima (BE): Isso é ilegal!

O Orador: Estas situações são, desde logo, encaminhadas para a IRAE.

Isto para vos dizer que este trabalho que estamos a fazer está tendo um sentido pedagógico...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sobre os comerciantes, mas também, quando forem verificadas estas divergências, nomeadamente entre os preços na prateleira e os preços na caixa, estas situações são imediatamente encaminhadas para a IRAE, que faz a

sua intervenção.

Com este trabalho, podemos, desde já, dar nota de que os dados preliminares sinalizam, na segunda semana de janeiro, uma pequena descida dos preços na média regional. Isto não é consistente só por si. Temos que ir analisando futuramente todos os meses. Este trabalho será feito. Como foi referido, iniciou-se com a experiência piloto, desde outubro, em São Miguel. Está estendida a toda a Região. Foi dada formação aos técnicos que, em cada uma das ilhas, no âmbito das redes integradas de apoio ao empresário, vão fazer a recolha dos preços. Foi feita formação também com a própria IRAE. Está a haver uma articulação próxima para que possamos acompanhar estes preços, acompanhar a variação ilha a ilha e com isto ter um efeito, como disse, pedagógico. Quando for necessário ter o efeito de multas, assim o faremos, logo que sejam detetadas as situações que o imponham.

E continuaremos, no futuro, a fazer este procedimento, passando também pela necessária auscultação às associações empresariais e às associações de consumidores, sempre que seja necessário ter um movimento de eventual alteração da Portaria que regula a questão dos preços vigiados.

E, portanto, estamos a fazer um trabalho. Agradecemos a preocupação e o contributo do Parlamento Regional, de todos os partidos políticos, que desde há algum tempo se preocupam com esta matéria. E o Governo, consequentemente e coerentemente, está fazendo o seu trabalho e trazendo aqui também a resposta às Sras. e aos Srs. Deputados, como também teremos, mensalmente, ...

(Neste momento, o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública mostra um documento à Câmara)

... para todos os cidadãos, publicitado o relatório de acompanhamento e monitorização de preços vigiados, com a primeira edição referente ao mês de

janeiro já ao público na próxima semana.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, depois, todos os meses, teremos o mesmo relatório, a mesma produção de dados estatísticos, como disse, com formação aos técnicos, com colaboração próxima do Serviço Regional de Estatística e também com a ligação à IRAE, à Inspeção Regional de Atividades Económicas, para que atue sempre que se detetem situações de irregularidade ou de ilegalidade.

É assim, com o contributo de todos, como neste pequeno exemplo, que podemos também dar um sinal de atenção perante o nosso tecido empresarial, mas também de preocupação perante os cidadãos dos Açores, consumidores, para que, depois, quando for necessário argumentar perante as associações de consumidores ou de comerciantes, tenhamos dados credíveis, sustentados, para o fazer.

Não vivemos num sistema de preços absolutamente controlados, mas, naturalmente, temos que ser vigilantes sobre as dinâmicas do mercado para que não haja aproveitamentos por via da espiral inflacionista.

Deputado João Vasco Costa (PS): Não só do mercado, pode ser muita coisa!

O Orador: E, portanto, nesse sentido, ficamos sempre à disposição, para depois corrigir, melhorar, acompanhar de forma mais precisa os preços nos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Vitória Pereira.

(*) Deputada Vitória Pereira (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do

Governo:

É a relação entre a oferta e a procura que dita a fixação de preços.

Depois de mais de uma década de absoluta estabilidade de preços, estamos agora perante incertezas e indefinições existentes a nível mundial, resultantes de uma pandemia, de uma guerra na Europa, que continua a atingir a economia com o aumento das matérias-primas, a crise energética, a inflação, com impacto no aumento dos bens e serviços, afetando o poder de compra das famílias, das empresas, do consumidor.

É um facto que são causas externas, nacionais e internacionais que afetam a Região, com uma pequena economia aberta sujeita a todas as limitações por parte da oferta. O preço dos bens alimentares tem sofrido subidas galopantes. As políticas de diversificação agrícola podem ser um fator de redução de dependência com o exterior e, conseqüentemente, maior estabilidade agroalimentar, pelo que é fundamental o trabalho que está a ser feito pelos agricultores e pelo Governo Regional na diversificação agrícola nos Açores, desde a fruticultura, a horticultura, a apicultura e a vitivinicultura, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... com estratégias bem definidas na produção do leite, da carne e de todas as produções agrícolas.

A produção local permite importar menos e exportar mais para todos os consumidores finais e para todos aqueles que nos visitam, ...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem!

A Oradora: ... porque a riqueza de uma Região também se mede pela sua capacidade de produção.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Muito bem! É assim mesmo!

A Oradora: O Governo Regional tem adotado medidas estruturais para mitigar os efeitos da inflação na vida das famílias, das empresas, como a redução dos impostos, ficando mais valor disponível no bolso das famílias e das empresas açorianas. A redução da taxa de IRC, uma medida para fortalecer as empresas para que se tornem mais competitivas. Redução do IRC. São medidas estruturais para o crescimento económico da Região. Não esquecendo os idosos e as famílias de menores rendimentos, foi aprovado para o ano 2023 o maior Orçamento com pendor social da história da autonomia, defendendo os que mais precisam.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Bem visto!

A Oradora: Estas são apenas algumas das várias medidas implementadas por este Governo da coligação, que estão a mudar o paradigma para o desenvolvimento dos Açores.

Este é um Governo de ação e não de reação, no qual tenho a certeza que vai continuar a trabalhar passo a passo e lado a lado...

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Lado a lado.

A Oradora: ... dos produtores agrícolas, do setor das pescas, das empresas e das famílias, porque a única preocupação deste Governo é melhorar a qualidade de vida das famílias açorianas, transformando os Açores para melhor.

Certo é que a pressão inflacionista tem tido grande impacto nos produtos e bens alimentares, no qual, para nós, é fundamental a monitorização de preços, uma ferramenta que vai permitir identificar eventuais abusos, ...

Deputado António Lima (*BE*): Já passou essa fase!

A Oradora: ... para que o Governo possa atuar em conformidade em possíveis situações de especulação de preços. Não pretendemos perturbar os mercados. Isto só é possível através da recolha metódica em todas as ilhas.

Disse.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Rui Martins, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputado Rui Martins (CDS-PP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo começar por dizer que, da parte do CDS, normalmente, não somos muito favoráveis a grandes intervenções da parte do Governo naquilo que é o normal funcionamento do mercado.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Não sê mauzinho, sê bonzinho!

O Orador: Não obstante, consideramos que aquilo que se verifica atualmente é que, mesmo quando a inflação estagna, continua a haver um aumento galopante dos preços.

E consideramos que, em parte, alguns dos objetivos deste Projeto de Resolução, o próprio Governo Regional já demonstrou estar a trabalhar nesse sentido. E como o Sr. Secretário bem anunciou, este mês também já vai sair um relatório, ...

Deputado Carlos Silva (PS): Já está atrasado!

O Orador: ... aliás, como já saiu também em janeiro, que tem a monitorização dos preços de todo o arquipélago, o que consideramos que é muito positivo. De qualquer das formas, já que mais não fosse, esta Resolução tem um propósito, que eu julgo que consegue, que é o efeito dissuasor daquilo que é o incremento desajustado entre aquilo que é o preço de custo e aquilo que depois são os valores praticados para o grande público.

E, por isso, consideramos que é importante que o Governo esteja vigilante. É importante que o mercado também perceba que o Governo está vigilante. E esperamos que este efeito dissuasor possa, de alguma forma, também, ajudar e contribuir, como naquilo que foi uma medida que o Bloco de Esquerda também propôs, obviamente, que, às vezes, lá está, é na forma que nós normalmente não apoiamos, que é uma intervenção muito dura do Estado naquilo que é a regulação dos mercados, mas que consideramos que é importante haver esta mensagem de vigilância da parte do Governo. É importante que o Governo também coloque ao seu dispor e utilize aquilo que são os instrumentos legais que tem para poder regular alguns preços, sobretudo aquilo que são bens essenciais, que estão nesta listagem deste DLR... aliás, perdão, da Portaria n.º 46/2020.

Por isso, consideramos que, nesse sentido, este Projeto de Resolução concorre já que mais não seja para esse efeito dissuasor, que é de haver um aumento desajustado entre o preço real dos produtos e aquilo que é a prática para o consumidor. E, por isso, obviamente, vamos acompanhar esta proposta.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rui Anjos.

Deputado Rui Anjos (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A presente iniciativa pretende, grosso modo, que esta Assembleia recomende ao Governo Regional que promova a ampliação da lista de bens considerados no

DLR n.º 6/91/A, que estabelece um regime jurídico de preços de bens e serviços vendidos, e que promova junto dos retalhistas a identificação dos produtos sujeitos ao regime de margens fixas, estendendo o relatório de monitorização de preços a todas as ilhas dos Açores.

O atual contexto socioeconómico, antecedido de uma crise de saúde pública que paralisou o Mundo, revelou o quão vulnerável é a garantia de acesso a bens e serviços essenciais por parte dos consumidores. Razões diversas que, conjugadas, estão a inflacionar os preços dos alimentos e de certos produtos e serviços essenciais.

Estas limitações geraram uma inflação sem precedentes, com impacto no aumento das taxas de juro e tornou os consumidores muito mais vulneráveis face à subida galopante dos preços dos bens alimentares, com um brutal impacto no poder de compra dos açorianos.

O Partido Socialista desde há muito que tem vindo a manifestar a sua preocupação com o aumento brutal do custo do cabaz alimentar e o seu impacto na vida dos consumidores açorianos.

Foram vários os alertas e as iniciativas desenvolvidas.

Em dezembro de 2022, o PS apresentou um Plano de Emergência Económica e Social. Este plano previa, entre outras, a “criação de um sistema de comparticipação, do acréscimo de custos unitários de aquisição de fatores de produção”, com a condição que não exista aumento do preço de venda derivado da componente apoiada dos custos de produção e, igualmente, “a criação de um mecanismo de estabilização do custo de transporte de matérias-primas e mercadorias inter-ilhas de e para a Região”, com a contrapartida de estabilização do preço do transporte desses bens.

Esse Plano – que contemplava estas medidas – foi reprovado por todos os partidos de direita, incluindo o CHEGA, o proponente deste Projeto de Resolução.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): São os outdoors!

O Orador: Concretamente no que se refere a esta iniciativa, a ACRA - Associação de Consumidores da Região Açores, refere que este Projeto de Resolução “*não é mais que uma mera declaração de intenções e não se compreende exatamente o que é proposto como alteração da Portaria*”, determinando que “*a primeira de todas as coisas que tem de ser feita é a fixação dos bens que se entendem como bens de primeira necessidade. Só depois, a partir daí, é que podemos falar em regime de preços*”, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mais alto, Sr. Deputado, eu não consigo ouvir!

O Orador: ... alertando ainda que, os dados publicados pelo SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores “*são muito opacos e que esta faz uma interpretação mega restritiva daquilo que está na lei, ao contrário da estatística nacional que disponibiliza muito mais informação ao consumidor.*”

Por sua vez, a Câmara Comércio e Indústria dos Açores, ouvida igualmente em sede de comissão de economia, corrobora que esta iniciativa não especifica quais os produtos alimentares essenciais e que “*os mercados são normalmente melhores gestores dos acertos do que qualquer intervenção administrativa e, portanto, é bom que não perturbemos demasiado estes mercados para além das perturbações exteriores até porque, uma série de produtos essenciais para a nossa produção e para o nosso consumo, já cá chegam com preços muito inflacionados*”.

Na verdade, estamos perante mais uma evidência de um Governo que tarda em reagir, pois a primeira ação concreta e visível é conhecida somente em janeiro, com a primeira publicação da monitorização de alguns preços de uma lista de produtos, diga-se, muito curta, desajustada e pouco equilibrada.

Uma monitorização que é feita sobre um cabaz composto somente por 15 produtos e não inclui bens essenciais, tais como: o peixe, os legumes e as frutas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em suma, esta iniciativa sinaliza um problema, o reduzido poder de compra dos açorianos, mas não concretiza qualquer solução para a melhoria das condições de

vida da população açoriana.

Disse

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Partido Socialista foi bastante útil, porque eu não queria gastar muito tempo a falar ou a ter de ler o conteúdo da proposta, mas já explicou bem o que é que ela contém.

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a mania que é o líder de direita!

O Orador: O Sr. Deputado José Pacheco não o fez, porque, para além da proposta não concretizar muito, a intervenção que fez da apresentação não explicou, efetivamente, o que se pretende com a proposta. E, efetivamente, foi apresentada uma proposta de substituição integral. É sobre essa que o debate incide.

Efetivamente, não vou falar da proposta inicial, mas esta proposta não tem absolutamente nenhuma medida que permita qualquer tipo de fixação de margens de lucro. Faz a fixação de margens de comercialização, aliás, de fixação de preços máximos, apenas promover a identificação de produtos. Promover a alteração da Portaria, não se sabe bem para quê. É uma dúvida. Aumentar o âmbito geográfico do relatório que o Sr. Secretário das Finanças já falou, de monitorização de preços. Ou seja, vigiar os preços é muito bom, é muito importante, mas vigiar, olhar para eles serve pouco, para além de sabermos o que é que está a acontecer. E é isso que o Sr. Deputado José Pacheco está a propor com esta proposta.

Deputado José Pacheco (CH): Eu não acerto uma!

O Orador: Aliás, eu sugeria que o Sr. Deputado José Pacheco alterasse os cartazes que tem na rua, é porque dizem: “Chega exige que se trave margens de lucro especulativas nos bens essenciais.” Está aqui, tem isso espalhado pelas ruas, mas, depois, propõe que se vigie os preços. Então, devia escrever aqui: Chega propõe que se vigie os preços. É porque é isso que o senhor está a propor.

E recordo que não basta fazer cartazes. Não é nada coerente, quando o Bloco de Esquerda, no último Orçamento, propôs que o Governo Regional estabelecesse com urgência medidas administrativas e regulamentares da sua competência, necessárias para instituir limites máximos nas margens de lucro na comercialização de bens essenciais. Como é que votou o Chega e os restantes partidos, já agora? Votaram contra. Ou seja, dizer-se que se quer controlar os preços, que se está preocupado com a inflação, com o custo de vida, mas, depois, a proposta é vigiar os preços e a posição, quando alguém propõe que se controle as margens de comercialização, ser o voto contra, bem, é de uma profunda hipocrisia e é óbvio que é só conversa, não passa de conversa, não passa, efetivamente, de populismo.

Deputado José Pacheco (CH): Populismo é isso!

O Orador: Isso, sim, é populismo. Colocar cartazes na rua a dizer que se quer controlar os preços e, depois, propor que se vigie os preços, isso, sim, é populismo e é enganar as pessoas. É isso que se está a fazer com esta proposta, ...

Deputado José Pacheco (CH): É, é!

O Orador: ... que é pouco mais do que o Melhoral.

Nós não estamos contra a que se vigie os preços, aliás, de modo algum, e achamos bem que o Governo o faça, também o propusemos. Aliás, já o devia ter feito há muito tempo, porque, efetivamente, para se decidir que produtos é que estão a ter um aumento dos preços superior àquele que as pessoas podem suportar e que têm, efetivamente, tido aumentos muito grandes... Aliás, o Sr. Secretário referiu que a inflação em janeiro teve um ligeiro decréscimo.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Não é a inflação.

O Orador: Inflação ou a variação entre o mês...

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): O cabaz.

O Orador: Mas se for ver, certamente que sabe, isso deveu-se à redução dos preços do vestuário, significativa.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): O que está aqui não tem nada a ver com isso!

O Orador: Mas estou a falar dos dados do INE.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Está a falar da inflação. Estamos a falar do cabaz.

O Orador: Os produtos alimentares subiram. Relativamente a janeiro do ano passado, subiram e muito. E muito. E continuam a subir. Aliás, hoje, nos jornais, nós temos notícias de que, por exemplo, o cabaz de produtos essenciais, esse é um indicador da Deco, subiu mais 40 euros, 41 euros este mês. Bem, ou seja, os produtos alimentares estão a sofrer uma enorme pressão nos preços. E são esses que, efetivamente, afetam mais as famílias, muito mais do que o calçado e o vestuário, que, sendo também importante, não é aquele que tem um impacto maior.

Mas o relatório que o Governo fez, percebendo que é uma fase preliminar, julgo eu que também precisa de ser avaliado, ou pelo menos o Governo ainda está a tempo de fazer modificações e alterações. Em primeiro lugar, o âmbito geográfico, já o referiu, esse parece-me essencial. Mas também o tipo de produtos. Não há produtos hortícolas, por exemplo. Não há o peixe, como já foi referido. E também não sei se será boa ideia dizer-se quais são as marcas que estão a ser vigiadas. É que, em teoria, se alguém estiver de certa forma a abusar num determinado produto na margem, sabendo qual é a marca que está a ser vigiada,

se calhar, não é muito boa ideia, porque assim já sabe qual é o produto onde não pode pôr margens muito grandes. É um alerta que não posso deixar de fazer.

Ora, nós mantemos a nossa posição já de há vários meses. Nós, quando apresentamos a primeira proposta, o Projeto de Resolução já aqui referido pelo Sr. Secretário Regional Duarte Freitas, a inflação nos Açores ainda estava relativamente baixa. Isto foi em abril que apresentamos apresentámos a proposta. Ela tem vindo a subir. E nós já não dizemos que é preciso vigiar os preços e, eventualmente, controlar margens. Neste momento, é preciso vigiar os preços, mas nós já sabemos que eles estão a aumentar e sabemos quais são os produtos que estão a aumentar. Sabemos muito bem. Há muitos indicadores. E o Governo pode, naturalmente, aprofundar essa matéria e fazer esse trabalho em todas as ilhas. Mas, como nós temos vindo a dizer, é preciso, sem dúvida nenhuma, controlar margens de comercialização. É preciso, sem dúvida nenhuma, garantir que as pessoas conseguem pagar os alimentos que estão na prateleira do supermercado. Isso é essencial.

E ninguém está a dizer para qualquer tipo de comerciante perder dinheiro. Ninguém quer isso. É preciso é garantir que as pessoas, efetivamente, conseguem pôr comida na mesa. Neste momento, é disso que se trata.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível)

Eu prescindo se os outros prescindirem. Temos que prescindir todos.

Muito bem. Há aqui, de acordo com os dados que nos chegaram da Direção Regional do Empreendedorismo e Competitividade, realmente, questões

interessantes. Por exemplo, o preço do arroz agulha.

Deputado Nuno Barata (IL): Outra vez arroz!

O Orador: O preço do arroz agulha até diminuiu. Por exemplo, o lombo de novilho fresco, isto entre outubro de 2022 e dezembro de 2022, manteve-se sem nenhum tipo de alteração. E os ovos de classe L, por exemplo, a subida é muito pouco significativa.

Por outro lado, o que nós podemos observar é que há aumentos muito significativos. Por exemplo, no frango inteiro congelado há um aumento de 14%. Por exemplo, no mesmo período, há um aumento de 14%.

Deputado José Pacheco (CH): Peito de frango, 100%!

Deputada Joana Pombo (PS): Às vezes, só dá para ser congelado!

O Orador: Já o frango inteiro fresco praticamente não cresce, cresce só 1%. E assim sucessivamente.

Ora, isto demonstra o seguinte: isto demonstra que, obviamente, as pessoas se refugiam nos produtos mais baratos. Refugiam-se e compram os produtos mais baratos num momento de crise e, portanto, refugiam-se naquilo que podem pagar. E o que é que acontece? O que acontece é que nos produtos mais caros não há aumento. Há até aqui um caso de retrocesso dos preços, porque a procura diminuiu. E no caso dos outros produtos que passam a ter maior procura, o caso, por exemplo, que é exemplar, do frango congelado, em que passa a existir maior procura, os preços aumentam muito significativamente.

Deputado António Lima (BE): Mas qual é a posição do Governo?

O Orador: Eu pergunto: isto deve-se ao transporte? Bom, o conjunto dos produtos estão a ser transportados nas mesmas condições. Isso deve-se é à diferença de comportamento da procura.

Obviamente, depois, aqui, em relação a estes produtos, há, como é evidente, uma manipulação. Na minha perspetiva, a análise que eu faço é que há uma manipulação daqueles produtos que estão a sofrer maior procura. E, obviamente,

isto prejudica as famílias, porque as famílias já se estão a refugiar nestes produtos exatamente porque são mais baratos. E, portanto, estão a fazer esta transição do ponto de vista do consumo.

Bem, qual é a posição do PPM nesta matéria? Nós não somos como a Iniciativa Liberal, os defensores do mercado livre. Já vemos que leva a abusos. Tem que existir regulação, tem que existir interferência da Região nesta matéria. Portanto, já vimos que o regulador tem que aparecer.

Deputado Nuno Barata (IL): Não esperava outra coisa de V. Exa.!

O Orador: O regulador tem que aparecer, porquê? Porque, obviamente, faz parte da natureza humana, diria que faz parte do capitalismo aproveitar a situação e, portanto, criar aqui um conjunto de lucros excessivos. E, portanto, eu não me encontro onde se encontra a Iniciativa Liberal nesta matéria.

Mas também não me encontro no Bloco de Esquerda. O Bloco de Esquerda é o outro lado da moeda, que é de fixar os preços, ...

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor está a ver se o tempo passa, Sr. Deputado?

O Orador: ... não deixar o mercado funcionar, que, depois, tem um efeito contraproducente. Também não é a solução o que o Bloco de Esquerda defende. Bom, eu situo-me na zona do pragmatismo.

Deputado António Lima (BE): Qual é a solução?

O Orador: E a solução é esta que nós estamos aqui a discutir.

Deputado António Lima (BE): É não fazer nada!

O Orador: O Governo está a acompanhar, está a agir e está, neste momento, a desenvolver um conjunto de mecanismos que possam evitar a evolução desta situação no sentido negativo.

E, por exemplo, eu quero aqui referenciar que, na alínea a), aquilo que está previsto parece-me a mim absolutamente lógico: ...

Deputado António Lima (BE): Esse é que é o problema!

O Orador: “Após a audição, obrigatória do ponto de vista da legislação, de

associações representativas dos consumidores e comerciantes, proceder às alterações necessárias das Portarias n.º 25/2018 e n.º 46/2020, no que toca ao regime de fixação de preços dos diferentes bens.”

Deputado António Lima (BE): Quais são as alterações necessárias?

Deputado José Pacheco (CH): O senhor acha que isto é a Venezuela?

O Orador: Portanto, ouvir as associações representativas dos consumidores e dos comerciantes.

E, depois, agir no que diz respeito à fixação de preços, ou seja, consensualizar posições, tentar encontrar uma posição que seja sustentável.

Deputado António Lima (BE): Mas qual é a posição do Governo?

O Orador: É uma medida pragmática. É uma medida exequível. É uma medida útil.

Depois: “Promover, junto dos retalhistas, a identificação dos produtos sujeitos ao regime de margens fixas.” E um outro conjunto de medidas que aqui estão previstas.

Dizem: bom, isto é o Melhoral. Quer dizer, tudo o que é dos outros é o Melhoral. Tudo o que é nosso é bom. Eu considero é que este, com certeza, é um Projeto de Resolução que eu considero válido.

Deputado Carlos Silva (PS): Estrutural!

O Orador: Evidentemente, o Governo Regional irá executar da melhor forma, irá permitir uma melhoria nesta matéria.

Portanto, é isto que está a acontecer. Nós já estamos a ver que, evidentemente, a taxa de inflação está a aumentar em toda a Europa. Aumentou durante todo este período. Há, do ponto de vista internacional, já um anúncio de que irá baixar ao longo deste ano. Vamos ver se se concretiza esta previsão. Mas, seja como for, neste período, que é um período em que, sem dúvida nenhuma, há dificuldades para a população, que a população está a enfrentar, é muito importante que este conjunto de medidas seja implementado. E é por isso que o Grupo Parlamentar do

PPM apoia e votará favoravelmente esta iniciativa do Chega.

E que não a desvaloriza de forma gratuita como fizeram outros partidos, porque é evidente que há quem aqui faça oposição pela oposição, nunca vê nada de bem nos outros e nunca vem nada de bem no Governo. Eu não percebo. Eu, quando estive na oposição, durante todo o período em que estive, e estive três legislaturas na oposição, sabia bem identificar aquilo que o Governo Regional fazia de forma positiva, tinha sempre a preocupação de identificar aquilo que o Governo estava a fazer de forma correta.

Deputado João Vasco Costa (PS): Olhe que não! Olhe que não, Sr. Deputado!

Deputado Berto Messias (PS): *Stand up comedy!*

O Orador: E, evidentemente, também fazer a crítica em relação às insuficiências e apresentar soluções. Foi sempre, da minha parte, uma posição construtiva.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor sempre foi um estadista!

O Orador: Agora, o que eu vejo, da parte de alguns partidos, nomeadamente do Partido Socialista, é sempre, sempre, sempre, uma oposição destrutiva e nada construtiva em quase todas as matérias.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou usar o pragmatismo que foi pedido pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão e vou ser pragmático.

Deputado Nuno Barata (IL): Não vão ser cinco minutos!

O Orador: Não, eu vou ser mesmo pragmático. Pragmático e também objetivo. Então, temos um Projeto de Resolução, porque é feito com o argumento, e bem, dos bens essenciais, devido à inflação galopante, tanto nos Açores, como no continente, como na Europa. Temos que, obviamente, olhar de outra forma e tem que haver um poder de decisão político relativamente a isso. Totalmente de

acordo. Sem qualquer problema.

Depois, eu vou ver o relatório de acompanhamento e monitorização de preços vigiados e vejo também o índice de variação dos preços no consumidor, do INE, vou para o quadro sétimo, que é dos Açores, e no quadro sétimo, dos Açores, o maior índice de variação que nós temos são óleos e gorduras, frutas e hortícolas. Vou ao relatório de acompanhamento e monitorização dos preços vigiados, não temos nem óleos, não temos nem peixe, não temos nem hortícolas e não temos nem fruta. O que é que temos? Temos aquele que tem uma variação de 30%, que é o leite e laticínios, e não temos aquilo que teve um aumento de 71%, saiu hoje, 71%: couve-coração, alface, cebola, cenoura, couve-flor, batata vermelha, tomate, laranja. Tirando a laranja, tudo aquilo com que nós podemos fazer uma sopa. E quando não temos poder de compra é com a sopa que nós conseguimos sobreviver mais um bocadinho.

E você que está aí a levantar os braços é a pessoa que tem mais idade aqui dentro, sabe muito bem que com a sopa nós conseguimos sobreviver e é uma grande ajuda.

E temos essa variação. A fruta é para não haver uma sub-vitaminização das pessoas. Essa é outra. Não está aqui. Por isso, eu estou a ser bastante pragmático. E dentro do pragmatismo, temos que ver onde é que está a margem de lucro relativamente ao índice de variação, não está no relatório de acompanhamento e monitorização de três vigiados. O que é que temos? Temos frango, temos outra vez arroz, porque já estava na Portaria de 2020, outra vez arroz.

Deputado Nuno Barata (IL): Arroz de cabidela, arroz de legumes...

O Orador: Temos o esparguete, muito bem, é uma massa cereal que nós precisamos. A farinha também, obviamente. Mas, depois, temos queijo Flamengo, manteiga, que é a variação do leite e laticínios, que é de 30%, nada contra, mas é uma variação de 30%. Papo-seco, muito bem, por causa do cereal. Frango inteiro com miúdos, sem miúdos. Alcatra, pojadouro, lombo, lombinho, costelas, perna.

Mas nós estamos no restaurante da Federação Agrícola, ou estamos a ver a inflação dos preços relativamente às pessoas que não têm poder de compra?

Quando não temos fruta e quando não temos legumes, está aqui um problema bastante grave. Não querem monitorizar os preços, não querem ajudar os consumidores, de certeza. Está aqui, obviamente, um lóbi do qual eu não posso, nunca, acompanhar!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Não é lóbi!

Deputado Berto Messias (*PS*): O Sr. Secretário da Agricultura está por detrás disso!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Aumentou 20%. A produção de fruta aumentou 20%. E produtores, 3%.

O Orador: O Sr. Secretário das Finanças diz que, obviamente, quer que todos os partidos deem uma ajudinha. Eu vou fazer uma ajuda, vou votar contra este Projeto de Resolução, que não serve os açorianos.

E, depois, vou, obviamente, falar e enviar um e-mail formal para a Secretaria das Finanças para dizer quais são os produtos que temos no INE – Instituto Nacional de Estatística, daquilo que sai da Deco, que é o cabaz alimentar que nós necessitamos.

E, Sr. Deputado Paulo Estêvão, para sermos pragmáticos, este projeto... não é o projeto em si, é o relatório de acompanhamento que acompanha o Projeto de Resolução, não acompanha aquilo que os açorianos necessitam, sem dúvida nenhuma. Não sei quem é que escolheu esses preços, mas de certeza que esta pessoa não tem problemas com falta de dinheiro.

Deputado José Pacheco (*CH*): Ó Sr. Deputado, esperava mais de si!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública**

(Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, com toda a estima que sabe que tenho por si, eu peço-lhe desculpa, mas não posso aceitar...

Deputado Nuno Barata (IL): É só até ao próximo Orçamento!

O Orador: ... que lance uma suspeita de que há aqui alguma intervenção neste relatório para proteger A, B ou C.

Deputado Pedro Neves (PAN): Eu não estou a suspeitar!

O Orador: O senhor conhece-me suficientemente...

Deputado Pedro Neves (PAN): Não falo de si! Nem sei quem é que fez o relatório.

O Orador: ... para saber que isso comigo não acontece, nunca aconteceu, nem acontecerá. O senhor sabe isso muito bem.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Com toda a consideração, respeito e amizade lhe digo: o senhor sabe bem que essa suspeição sobre mim não faz qualquer sentido.

Deputado Berto Messias (PS): Quem é que não há de gabar a noiva sem ser o pai da noiva?

Deputado Pedro Neves (PAN): Não, isso é uma inverdade! Eu não estou a suspeitar de si! Estou a suspeitar de quem fez o relatório!

O Orador: Ok. Muito bem.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não acredito que tenha sido o Sr. Secretário, tem mais que fazer.

Deputado Carlos Silva (PS): Mais que fazer?!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, este relatório foi feito, está sendo feito,

está sendo aprimorado e vai ser melhorado. E é por isso que estamos aqui a discutir. E vai ser alargado nos produtos.

Deputado Pedro Neves (PAN): É tendencioso, Sr. Secretário! Quem fez isto é tendencioso! Não olhou para os números! Então, não está a fazer nada porque não olhou para os números do Instituto Nacional de Estatística!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Pedro Neves, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Secretário Ventura, nós é que vamos resolver isso!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Vamos salvar isto!

O Orador: ... eu estou disponível para melhorar este relatório. Dito isto, repito, Sr. Deputado, não aceito que possa colocar sobre mim ou sobre o departamento suspeições sobre se protege A, B ou C! Isso não é verdade!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Digo mais: tivemos reações negativas de alguns empresários e de alguns comerciantes, como deve imaginar. E algumas surpreendentemente negativas daqueles que, às vezes, pensam que podem ter acesso aos corredores do poder. Comigo não têm! Comigo não têm!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E quando for preciso intervir, vamos intervir.

Deputado Berto Messias (PS): Isso!

O Orador: Inclusivamente, já o referi, aqueles preços que foram detetados diferentes entre a prateleira e a caixa, esses serão levados junto da IRAE.

Deputado Berto Messias (PS): Exato!

O Orador: Em segundo lugar, em relação a esta matéria que aqui estamos a conferir e àquilo que também foi referido pelo Sr. Deputado António Lima, deixe-me dizer-lhe, Sr. Deputado António Lima, que as marcas que são destacadas no

relatório, tem uma secção com os preços médios, essas são algumas escolhidas indicadoramente, que são vendidas em todas as superfícies, tendencialmente, são, digamos, as mais representativas. Ninguém está juntando uma ou escondendo outra.

E a tendência é que sejamos o mais abrangentes possível. Nós estamos aqui todos do mesmo lado. Aliás, eu julgava que estávamos todos do mesmo lado, sinceramente.

Eu tive oportunidade de dizer que concordamos com a abordagem do Bloco de Esquerda há uns meses atrás, como concordamos com a abordagem do Chega agora. Não temos posições dogmáticas. O que nos interessa é servir melhor os açorianos.

E digo-vos também, digo a esta Câmara, que o Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A é uma postura desta Região que existe há mais de 30 anos, que acho que é uma postura correta, que nunca foi alterada, ...

Deputado Nuno Barata (IL): O Sr. Secretário já pensou que a legislação de 91 pode estar desatualizada?

O Orador: ... porque aqui se percebe que, da parte dos Órgãos de Governo Próprio, há uma sensibilidade específica para a nossa realidade, que vai para além daquilo que é a regulação normal no território nacional. E esta regulação, que nos Açores vai para além da regulação nacional, tem esta razão de ser e tem também o compromisso de serem acompanhadas e atualizadas, depois, as Portarias para o regime fixação de preços.

E é neste sentido que estamos a trabalhar.

E a verdade também é que, aquilo que aqui referi dos preços que foram vigiados até ao final de janeiro, houve uma ligeira descida. Mas eu não iludo, porque isto pode e, se calhar, foi só conjuntural.

Precisamos ter atenção. E porquê, agora, mais do que nunca, é importante vigiar os preços? E vamos a algo que já foi falado aqui, hoje. Explico, na minha opinião,

porque é que, agora, mais do que nunca, ao longo dos últimos anos, é importante vigiar os preços. Porque, na verdade, em 2022, tivemos uma inflação menor do que no território nacional, na minha opinião, por três ordens de razões: ...

Deputado Carlos Silva (PS): A Tarifa Açores!

O Orador: ... uma primeira, por causa da baixa dos impostos nos Açores, ineludível; uma segunda, pela décalage técnica que existe em relação aos efeitos da inflação, naturalmente em relação ao território nacional; e uma terceira, que tem a ver com a questão de, a nível nacional, 90% do tecido económico estar no mercado livre da eletricidade. E ao estar no mercado livre da eletricidade sofreram e fizeram transmitir para os consumidores mais rapidamente aquilo que foram as variações no mercado livre de eletricidade. E isso teve um efeito também positivo para nós em 2022, porque, estando os Açores só no mercado regulado, não tivemos esses impactos. É por isso que discordamos, e fica aqui a nota, discordamos claramente da abordagem da ERSE, que quis multar os açorianos pelos preços que subiram o ano passado no continente português e não subiram nos Açores. Eu repito, discordamos da ERSE, que quis multar os consumidores açorianos pelo preço da eletricidade ter subido no continente o ano passado e não ter subido nos Açores.

E essa multa como é que foi feita pela ERSE? O Presidente do Governo Regional dos Açores e o Presidente do Governo Regional da Madeira, em tempo devido, fizeram o alerta, através do Sr. Primeiro-Ministro, para esta questão.

Deputado Berto Messias (PS): Claro!

O Orador: É porque, neste momento, os preços da eletricidade no mercado livre já estão a descer no continente. E nós estamos a pagar a multa do ano passado de termos preços regulados e não terem subido nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, estes efeitos podem provocar que, em 2023, por estas razões, desde logo esta última que quis explicitar mais, possa haver uma tendência

para o inflacionamento dos preços este ano. Por isso, disse que, agora, mais do que nunca, é importante nós vigiarmos os preços, para saber o que é que é razoável de incorporação no preço final, por via do aumento das tarifas elétricas da média tensão e da baixa tensão especial, e o que já não é razoável.

E é nesse sentido que, repito, é a altura certa, correta para fazermos isto. Em boa hora foi levantado aqui. Em boa hora é sublinhado aqui. Eu penso que, em boa hora, o Governo está fazendo o seu papel. Vai melhorar o documento, vai melhorar a recolha.

Tivemos, posso confessar, problemas na primeira recolha que fizemos. Tivemos que fazer uma segunda recolha. Estivemos a formar as pessoas para irem fazer as recolhas, tem um conjunto variado de pormenores que é preciso ter em atenção. Tivemos que conferir com o Serviço Regional de Estatística, tivemos que conferir com a IRAE, tivemos que falar com as associações comerciais, para que isto fosse feito da melhor forma possível. Não é perfeito? Concordo. Temos que melhorar muito? Temos. Mas estamos aqui, com humildade, para o fazer, como estamos aqui, com humildade, a reconhecer a importância de, neste momento, podermos fazer esta análise pelas razões de implicação inflacionária que aqui explicitarei.

Deputado Nuno Barata (IL): Não precisava dessa humildade toda!

O Orador: É também por isso que, por exemplo, em relação ao programa “Mais”, o programa “Mais” que vai apoiar o aumento do salário mínimo e o incremento do salário médio, ...

Deputado António Lima (BE): Onde isso já vai!

O Orador: ... é altura para surgir porque foi a partir de janeiro de 2023 que o salário mínimo subiu e é também a partir desta altura que é importante nós podermos subir os salários médios e com isso melhorar o rendimento global das famílias açorianas.

E, portanto, há um conjunto de medidas que são tomadas por este Governo, que não são meramente um panfleto para fazer *outdoors*, como o Partido Socialista

aqui apresentou. E faz questão ainda de lembrar. Não tem sequer vergonha daquela folha de couve que aqui apresentaram só para fazer *outdoors*. Nós estamos a fazer ações concretas, com eficácia, para as famílias e para as empresas açorianas!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): É uma grande tanga, é o que é! É que os senhores nem folha de couve têm, que é o mais grave! Basta ouvir as declarações do Presidente do Governo sobre os custos de energia! Mas foi um bom esforço.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Neves, V. Exa. apresentou um conjunto de exemplos que eu penso que provam que é necessário alterar a legislação no sentido de passar a contemplar esses dados.

Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, eu tenho que falar!

O Orador: Agora, o que eu não acho é que... Porque por detrás destes estudos estão sempre técnicos, está sempre gente, eu acho que é errado levantarmos um clima de suspeição sobre quem está a fazer esta documentação, porque obviamente, fazem o melhor que podem. E eu acredito, porque a Administração Regional é constituída, na sua esmagadora maioria, por gente honesta e íntegra, que fazem o melhor que sabem e podem.

Agora, que V. Exa. tem razão, há aí um conjunto de exemplos que deu que eu penso que são válidos, é um contributo válido da parte de V. Exa. Agora, em nada altera e em nada prejudica a avaliação que nós fazemos desta legislação, ou seja,

do conjunto de prioridades que aqui são estabelecidas. Isto em nada afeta a análise que foi feita por parte do PPM nesta matéria. Portanto, V. Exa. acha que deve ser integrado outro conjunto de produtos. E eu até acho, nalguns dos exemplos que V. Exa. deu, que tem razão. Mas isto não afeta, obviamente, a análise que nós fazemos em relação a esta matéria. Aliás, acho que o seu contributo é um contributo complementar, que deve ser tido em conta nesta matéria.

Estamos todos aqui a construir a melhor solução, pelo menos é essa a minha perspetiva, para os Açores em todas as matérias. Eu vejo os exemplos que deu, a análise que fez como um contributo que é preciso fazer também em complementar e integrar alguns, por exemplo, dos produtos que acabou de referenciar.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estou aqui a abrir as minhas notas porque tenho uma questão a colocar ao proponente desta iniciativa, porque nós, afinal, estamos a discutir, também, não só a situação relativamente ao aumento dos preços, mas estamos a discutir e a debater uma iniciativa. E ela tem alguns pontos que não nos levantam dúvidas sobre a sua intenção e sobre aquilo que eles pretendem e a forma como eles podem ser concretizados. Aquilo que não percebemos é aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão leu, que é o primeiro ponto da proposta, o primeiro ponto resolutivo, que pretende que se altere uma Portaria após a audição das entidades do setor.

Deputado José Pacheco (CH): Isso é importante para si! É bastante importante!

O Orador: Mas alterar a Portaria em que sentido? Para quê? O que é que se pretende com a alteração da Portaria? Sentar as pessoas à mesa e ouvir é importante, mas se o Governo não tem proposta... Neste caso, o proponente é que tem que dizer ao Governo e, já agora, à Câmara o que é que quer que o Governo defenda nessa reunião.

Não me parece que o Governo vá para uma reunião com a Associação de Consumidores, e as entidades representam os comerciantes, sem proposta, porque, como saberá o Sr. Secretário melhor do que eu, não se vai para uma reunião para alterar uma Portaria sem uma proposta.

Aquilo que pergunto é: o que é que quer alterar na Portaria?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, não dei suspeitas absolutamente nenhuma. Aquilo que eu fiz, simplesmente, foi uma analogia entre o restaurante da Federação Agrícola, o qual tem este leque todo, e aquilo que são os preços que estão aqui no relatório de acompanhamento.

Mas eu também não sou politicamente correto nem nunca vou ser, porque acho que o politicamente é: ou existe cinismo dentro do politicamente correto, ou então nós não arranjamos soluções de forma adequada para termos aquilo que exatamente necessitamos.

E se esta escolha não for por ignorância, é por incompetência. Não acredito que tenha sido o Sr. Secretário sequer que tenha escolhido, porque você tem mais que fazer. V. Exa. tem mais que fazer do que escolher estes produtos.

Eu vou ver uma variação. Será que estes produtos são os produtos mais consumidos nos Açores? Não são. Alguns são, outros não são. Há outros que são mais consumidos que não estão sequer. São os produtos que têm mais variação dentro dos Açores? Também não são. Por isso, eu não consigo perceber. E visto que houve, obviamente, uma ponte com o Instituto Nacional de Estatística, dito pelo Sr. Secretário, como disse agora, eu não entendo porque é que os produtos óbvios, não complementares, Sr. Deputado Paulo Estêvão, não são

complementares, são os produtos óbvios com maior inflação, não estão dentro deste relatório.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu estou de acordo consigo!

O Orador: Logo, ou houve supostamente uma persuasão indireta ou inconsciente, ou então há incompetência neste relatório, porque os produtos óbvios não estão aqui. E os produtos óbvios conseguem-se ver nos índices de variação dos preços ao consumidor para os Açores, do Instituto Nacional de Estatística.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E devem passar a estar!

O Orador: E o meu problema é unicamente esse, são os produtos óbvios, não são produtos complementares.

E por isso, Sr. Secretário, só para dizer: não suspeitei de si. Não acredito sequer que você tenha escolhido estes produtos, porque você é o responsável máximo de uma tutela, não tem que fazer tudo, mas houve, obviamente, incompetência neste relatório, na escolha dos produtos. Não da sua variação, que está muito bem feito, mas não foi em termos da escolha dos produtos.

Eu gostaria de saber, se me pudesse responder, não é quem é que escolheu, mas qual é que foi o rácio ou, neste caso, o que é que usaram para ter como rácio, quais eram os produtos que deviam estar aqui e quais os produtos que não deviam estar aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não ouvi, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Eu já tenho problemas demais!

(*) Deputado José Pacheco (CH): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De uma forma rápida, gostaria de agradecer ao Bloco de Esquerda ter trazido o cartaz. Ainda não tinha nenhum Faial. Pronto, também o dinheiro não estica. Muito obrigado.

Quanto a leituras, é ler novamente, quatro vezes, dez vezes. Pode ser que cheguem lá à conclusão.

Quanto ao Sr. Deputado do PAN, concordo consigo. O senhor apontou a arma para a pessoa errada. O senhor, quando quiser votar contra, vai-me fazer um favor, não arranje desculpa, vote contra.

Deputado Pedro Neves (PAN): Não tenho desculpa!

O Orador: Que é o que eu faço com os seus diplomas. O senhor arranjou uma desculpa para votar contra, porque o senhor vai apresentar... Ó senhor, isso é enganar quem está lá em casa. O senhor quer fazer, diga. Tudo o que o senhor disse eu concordo. Agora, não arranje é desculpa contra o diploma, porque o Governo fez mal o relatório. Isto não é honesto. Desculpe, com toda a honestidade e simpatia que tenho por si, isso de honesto não tem nada. Isso é uma anedota.

Deputado Berto Messias (PS): Eu tenho muita estima por si, mas...

O Orador: Essa coisa, o senhor veio aí a esbracejar, parecia aí um pardal... Ó senhor, haja pachorra para isso. No dia que a gente quer resolver isso mais depressa...

E eu levantei-me não foi para nada disto. Eu levantei-me para dar uma notícia que saiu hoje, dia 16, que é da DECO, já agora, para ajudar, para nós percebermos.

Deputado Nuno Barata (IL): A DECO é uma instituição seriíssima!

O Orador: Pronto, eu não sei se é sério, se não é. Para mim, ninguém é ladrão até que se prove o contrário.

Um ano de guerra, o preço dos alimentos aumentou muito, mesmo quando a inflação desceu. E, pronto, diz aqui com o cabaz subiu de 184 euros para 229. Claro que é a nível nacional. Eu não sei se o carrinho de compras do Sr. Deputado é diferente do meu. Com certeza. O senhor tem uma alimentação... E a do Sr.

Deputado Rui também há de ser diferente. E a vida é assim mesmo. A verdade é que subiu, subiu, subiu, subiu, mesmo descendo a inflação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Descendo?!

O Orador: Há algo que está errado. O que nós pedimos ao Governo foi precisamente isso, vigiar isto, que não se engane as pessoas.

Porque há aqui também uma coisa: os comerciantes sérios, aqueles que levam a sua vida, que estão no mercado e que sempre fizeram o seu trabalho como deve ser são os prejudicados, porque são rotulados de aldrabões, quando, na verdade, não são estes, que fazem um esforço e muitas vezes são vítimas de todo esse sistema especulativo, que, enfim, em pirâmide, vai dando cabo. Começa dos grandes glutões do sistema e que prejudica até o comerciante, aquele pequeno comerciante que tem um pequeno supermercado ou de dimensão média. E é isto que nós temos que saber proteger. É esta a nossa função, não é outra, é a função do Estado. É esta a nossa função.

Muito obrigado. E mais nada tenho a dizer sobre este tema.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Neste momento, o Deputado José Pacheco mostra um documento à Câmara)

Deputado José Pacheco (CH): Está aqui! Faça o seu trabalho, que eu faço o meu!

O Orador: Em primeiro lugar, queria informar a Câmara...

Deputado José Pacheco (CH): E desculpe, Sr. Deputado.

O Orador: ... que tenho passagem marcada para sábado, às 13 horas.

Eu vou começar por aceitar o desafio do Sr. Deputado José Pacheco e vou começar por dizer que vou votar contra a sua iniciativa, como, aliás, já tive oportunidade de o dizer nos Passos Perdidos, até porque não acredito em regimes

de controlo de preços, ...

Deputado José Pacheco (CH): Isso é que é gente séria!

O Orador: ... em regimes de preços vigiados e muito menos acredito em legislação feita em 1991, quando nós tínhamos inflação de 27%, taxas de juro de 30% à cabeça. Assinava uma letra, mais a minha mulher, de 1000 contos e levava 700 para casa.

Deputado Carlos Furtado (Independente): Mais nada!

O Orador: Portanto, são coisas bem diferentes daquilo que estamos a viver hoje. Bem diferentes daquilo que estamos a viver hoje.

E aquilo que estamos a viver hoje é, para além das três razões que o Sr. Secretário Regional já indicou, que fizeram nós termos uma inflação mais baixa na Região, ainda há uma quarta, que é: nós não temos procura suficiente para aguentar mais aumento de preços. Não temos. Nós não temos rendimentos suficientes. A nossa classe média, as nossas classes mais mal remuneradas não têm capacidade de pagar mais. E, por isso, nós não acreditamos nesses regimes. Nós acreditamos, de facto, numa economia liberal. E numa economia liberal, nós todos nos adaptamos aos consumos que podemos ter.

E aí, eu tenho a vos informar que sou eu e o Sr. Secretário António Ventura que vamos resolver esse problema, porque nós vamos pôr os açorianos a plantar mais, a semear mais, a colher mais, para produzir mais, para ter que importar menos. Não é verdade, Sr. Secretário? Ora aí está. É a maneira que temos que fazer. E não há que ter medo de o dizer. Esta Região, quanto mais dependente está do exterior, mais vulnerável fica a esses mecanismos que nos estão a acontecer. E quanto mais essa Região criar constrangimentos aos comerciantes, corre o risco de lhe acontecer uma coisa que já aconteceu noutros sítios deste planeta, que é chegar um dia à prateleira do supermercado e não ter lá nada, por uma razão muito simples, é que há outros que estão comprando primeiro do que nós e, portanto, nem chega cá.

(Aplausos do Deputado Carlos Furtado)

E o Sr. Deputado Carlos Furtado, como comerciante, sabe do que é que eu estou a falar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso não é liberalismo!

O Orador: Isso é liberalismo puro! Isso é mercantilismo e liberalismo puro, Sr. Deputado Paulo Estêvão! E é o que está a acontecer na Venezuela e em outros destinos que impuseram preços controlados à venda de produtos nas prateleiras dos supermercados, ficaram com elas vazias. E as filas estão na fronteira para irem comprar à Colômbia, por exemplo. É só um exemplo. Isto é que é a pura da verdade.

E é por isso, Sr. Deputado José Pacheco, ...

Deputado José Pacheco (CH): Não fale comigo, fale com os açorianos!

O Orador: ... que estando preocupado com o esforço que os açorianos estão a fazer para irem à prateleira do supermercado, porque acredite V. Exa. que também eu faço um esforço muito grande para ir à prateleira do supermercado, como o senhor faz, que é o senhor que vai às compras, que bem sei e que bem o encontro pelos corredores do supermercado, sabendo disso, não acredito que controlar preços e andar atrás dos comerciantes a fiscalizar as margens de preços vai resolver esse problema, vai é complicar ainda mais esse problema.

E uma última nota, Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública: a ERSE não multou os açorianos e os madeirenses. Nós temos que ter demasiado respeito pelo regulador. Nós temos um mercado regulado de energia, contra a nossa vontade, porque temos o monopólio da produção e da distribuição de energia, que não devíamos ter. Cometemos esse erro crasso na nossa autonomia. Criámos uma empresa monopolista do Estado, privatizamo-la nos seus dois vetores: na produção e na distribuição. Não o

devíamos ter feito, para promover precisamente o mercado liberalizado de preços. Porque, agora, estamos a pagar o custo dos anos que a ERSE andou a compensar o nosso preço da energia, com o mercado liberalizado no continente e o mercado regulado aqui. Este é que é o problema. Foram muitos anos com a ERSE a regular o mercado aqui. E agora vamos pagar esse preço. Não é uma multa, é o preço que temos que pagar por termos andado a pagar a energia mais barata do que os consumidores do continente. Este é que é o problema. E nós deixamo-nos ultrapassar neste processo. Infelizmente, deixamo-nos ultrapassar neste processo. Eu percebo que numa primeira fase de fusão da Federação de Municípios, a Empresa Insular de Eletricidade, depois na construção da EDA, era preciso fazer grandes investimentos, chegar com energia a toda a gente. Porque ainda sou do tempo em que nem todas as localidades dessa Região tinham luz elétrica. Foi preciso fazer uma empresa pública para obviar essas necessidades, mas, depois, não se pode privatizar o monopólio, tinha que se ter dividido a empresa entre a produção e a distribuição, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ui!

O Orador: ... manter a distribuição de uma forma e a produção ser liberalizada para poderem entrar produtores no mercado da forma que quisessem ir vender à distribuição. E essa é que é a questão, é que, neste momento, nós estamos dependentes do monopólio, que já nem público é. Os monopólios públicos são maus. Os monopólios privados são muito piores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Se não fosse a ERSE, tínhamos os preços três vezes mais caros!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma primeira palavra para dizer que o apoio que a ERSE dá aos consumidores açorianos para a convergência do tarifário não é uma esmola, é cumprir o princípio da territorialidade em todo o território do país.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não disse que era uma esmola!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, esta é a primeira afirmação que tenho a fazer: a ERSE não faz um favor aos açorianos e aos madeirenses, faz cumprir o princípio da coesão territorial em espaços que não têm a continuidade como no continente português. E, por isso, temos os apoios para a convergência tarifária.

E quando eu digo que a ERSE, na minha opinião, erradamente, e discordo desta postura da ERSE, quis multar os açorianos e os madeirenses no ano de 2023, pelo facto de, em 2022, o mercado não regulado ter subido os custos da energia e nos Açores e na Madeira terem ficado contidos e, agora, em 2023, repercutir isso nos Açores, obrigando a pagar mais a média tensão e a baixa tensão especial, isso tem a ver com o facto de, em 2023, não haver expectativas de aumento dos custos energéticos, mas, sim, baixa dos custos energéticos.

E, mais, também digo que a ERSE multou os açorianos e os madeirenses por uma questão muito objetiva, é porque estava para aumentar ainda mais e escreveu ainda mais. Não fora a intervenção do Presidente do Governo Regional dos Açores e do Presidente do Governo Regional da Madeira, o aumento tinha sido maior. E a reação da ERSE foi baixar, mas mandar um recado, acho eu, erradamente, porque a ERSE não tem autoridade para mandar recados aos Órgãos de Governo Próprio a dizer: se querem mais baixo, que ajudem as empresas. Isto não é razoável, isto não é aceitável, em nome da autonomia e dos Órgãos de Governo Próprio dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Em relação à questão que aqui estamos a falar em concreto, e dou uma explicação porque admito que possa não ter sido suficientemente claro nas minhas primeiras intervenções, os bens que estão a ser vigiados são os bens que podem ser vigiados. Ao abrigo do Anexo 4.º da Portaria n.º 25/2018, há uma lista de bens sujeitos ao regime de preços vigiados. E são só esses que nós podemos vigiar. Ainda assim, nas carnes e noutros produtos estamos a ir um pouco mais além.

Deputado Carlos Silva (PS): Isso é uma Portaria, Sr. Secretário! Pelo amor de Deus!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é uma Portaria!

O Orador: E sabe o que é que acontece? É que os nossos técnicos estão a ser ameaçados, nalgumas ilhas, por alguns comerciantes, ...

Deputado António Lima (BE): Isso é grave!

O Orador: ... para não fugirem daquilo que são os preços vigiados. E sabe o que é que nós vamos fazer? É por isso que também é importante esta discussão, porque para alterar a Portaria e este anexo, segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 6/91/A, segundo esse Decreto Legislativo Regional, para alterar a Portaria, nós temos que auscultar as associações comerciais e de consumidores. E é isso que nós estamos a fazer. E para nos facultar esse trabalho, o aumentar eventualmente esta lista, nós estamos a fazer este trabalho. E é por isso, Sr. Deputado Pedro Neves, que são só estes preços que aqui estão.

Mas a nossa expectativa é que possamos aumentar a lista dos preços vigiados e possamos, neste relatório, trazer essa informação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas para isso vamos ter que alterar a Portaria. E é esse processo que temos neste momento em mãos, tendo em conta aquilo que fizemos até aqui. É tão simples quanto isto.

Eu acho que estamos todos do mesmo lado. Estamos todos a sinalizar a

importância de fazer isto. Estamos todos, penso eu, a concordar do *timing* exato para estarmos a fazer este procedimento. E vamos, naturalmente, alargar os bens que sejam necessários estar no Anexo 4.º desta Portaria, para abranger outro tipo de bens.

Agora, há regras que temos que cumprir. No regime de preços vigiados não podemos consultar e publicar mais do que aqueles que estão vigiados. Isso é evidente. E há regras também da estatística que nós temos que nos conter na abordagem que fazemos. É tendo em conta tudo isto, porque isto é um processo em curso.

Mas isto é um processo inovador. É um processo inovador e de transparência. É a primeira vez que nós temos. E todos os meses, todos os meses, repito, no dia 20 de cada mês, todos os meses, no dia 20 de cada mês, vamos ter este relatório à disposição das açorianas e dos açorianos, referente ao mês anterior. Isto é inovador. É um processo em curso. Vai sofrer melhorias? Vai. Terá que sofrer? Terá. Teremos que alterar a Portaria? Teremos. Mas estamos a fazer aquilo que achamos que é o correto, de acordo com o que emana deste Parlamento e também de acordo com o tempo que estamos a viver e que o futuro próximo nos poderá fazer viver.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho o direito de falar, tenho mais uns minutos, porque não falei nada nas últimas três iniciativas. Por isso, aqui estou um bocadinho mais à vontade. Três minutos. Ok. Só para responder ao Sr. Deputado do Chega, José Pacheco, se quiser ouvir. Podia criticar-me por ter sido tecnocrata, demasiados números, pouco político, mas você acha, à partida, que eu arranjei uma desculpa qualquer porque o que eu quero é votar contra.

Deputado José Pacheco (CH): Pois claro!

O Orador: Você ouve metade. Você só ouve metade daquilo que eu digo.

Deputado José Pacheco (CH): É porque o senhor só fala metade! E eu falo a outra metade!

O Orador: Só tem que ter esse problema, porque a quantidade de números com que eu justifiquei... E você está a arranjar uma desculpa que eu vou apresentar alguma coisa. Não vou apresentar nada. Ouça, eu não vou apresentar nada. Você consegue perceber isso? Eu vou mandar é um email ao Sr. Secretário, ao Executivo, sobre uma sugestão. Eu não vou apresentar nada. Isto é a sua iniciativa.

Deputado José Pacheco (CH): E o que é que eu tenho a ver com isso?

O Orador: Agora, você está a dizer que eu vou arranjar uma desculpa, depois de eu ter dado os dados do INE... Temos aqui um problema, você não está cá, está de presença física, mas não mental, ouve só metade.

Deputado José Pacheco (CH): Sr. Deputado. Não é “você”!

O Orador: Ouve só metade. Temos aqui um problema.

Sr. Secretário, aquilo que o Sr. Secretário disse não é verdade. Se você não pode alterar a Portaria... Porque é que eu tenho produtos que não estão dentro da Portaria? Escolheu produtos que não estão na Portaria. Então, também podia escolher um tomatinho, uma alfacezinha, uma batatita, mas não.

Deputado Berto Messias (PS): Batatinhas é ali o Sr. Diretor Regional da Mobilidade!

O Orador: Dentro da Portaria não está o esparguete, por exemplo. Estou a dar o

exemplo do esparguete. Por isso, não sei o que lhe dizer, Sr. Secretário. Discordamos sobre isto. Só que eu acho que pelo menos devíamos ser um pouco mais tecnocratas relativamente aos produtos que deviam estar aqui e aqueles que não deviam estar.

E quando há vontade política, sem dúvida que uma Portaria pode ser alterada muito rapidamente, que eu já vi o tanto o Governo anterior, como este Governo, a fazer mudanças de Portaria, se nós queremos mesmo ser isentos sobre os produtos que nós podemos ter ou podemos não ter.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) **Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública** (*Duarte Freitas*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação apenas para dar nota que vou fazer entregar na Mesa o Anexo 4 da Portaria que referi e que diz, claramente: “massas alimentícias.”

E portanto, Sr. Deputado Pedro Neves, não é verdade o que o senhor referiu.

Deputado Pedro Neves (*PAN*): Não é a última Portaria que nós temos.

O Orador: Então talvez deva ver melhor.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Assim que a Mesa rececionar o documento, fá-lo-á distribuir pelos Srs. Deputados.

Sr. Deputado Pedro Neves, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (*PAN*): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu referi a Portaria n.º 46/2020, de 23 de abril de 2020. E acho que é a última Portaria que nós temos relativamente a isto. E nós não temos as massas alimentícias neste caso, vulgo esparguete.

Deputado Berto Messias (PS): Não é esparguete!

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Macarrão!

O Orador: Aliás, se vamos um pouco mais longe... Não, porque isto é uma interpelação e não o vou fazer.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de registar que fiz uma pergunta sobre qual é a intenção do proponente desta iniciativa, a Representação Parlamentar do Chega, quando diz que se deve alterar as Portarias 25/2018 e 46/2020.

Deputado Berto Messias (PS): Onde é que está o Deputado Pacheco? Então, o Deputado que propõe a iniciativa não está aqui?!

O Orador: Porque é isto que nós estamos a debater. O proponente não responde, não está na sala.

E, como é óbvio, nós não podemos aprovar uma proposta que recomenda que se faça alguma coisa que o proponente nem sequer diz em que sentido é que deve ser feito. Bem, isto é...

Ó Sr. Presidente, eu não consigo intervir dessa forma, peço desculpa.

Deputado Berto Messias (PS): Onde é que está o Deputado proponente?

Presidente: Como eu o compreendo.

Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado António Lima faça a sua intervenção com normalidade? Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Como estava a dizer, o proponente desta iniciativa não esclarece o que pretende alterar nas Portarias 25/2018 e 46/2020. Citando o que está na iniciativa, quer “recomendar ao Governo que altere”. Eu não estou a perguntar ao Governo nem é o Governo que tem que responder o que é que deve ser alterado,

quem tem que responder é quem propõe. E nós não damos cheques em branco a ninguém. Por isso, o proponente não responde, recusa-se a responder, acha que não tem que prestar esclarecimentos à Câmara e que tem que ter as suas propostas aprovadas porque acha que sim. Nós não estamos aqui para isso, como é óbvio. E não é responsável por parte deste Parlamento aprovar o que quer que seja, quando o proponente não esclarece sequer a intenção, não escreve nem esclarece a intenção do que propõe. Por isso, isso não pode ter o nosso voto favorável, como é óbvio.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É só para informar a Mesa do qual eu não tinha razão, estava equivocado relativamente às massas alimentícias. Estão, sim, então, entre a escola de condução de veículos a motor e os queijos de tipo Ilha. Peço imensa desculpa, Sr. Secretário. Peço desculpa, as massas alimentação estão nessa Portaria.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não há mais enganar com o esparguete!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bem, eu já hoje alertei para a utilidade, ou não, de alguns Projetos de Resolução. Vou ter que fazer a mesma coisa neste momento.

Deputado Berto Messias (PS): Tem razão! Tem razão!

O Orador: Qual é a utilidade desse Projeto de Resolução? Este, sim, este tem utilidade. Olhe, começou por ter utilidade de passar à frente de outros diplomas

que estão em discussão na Assembleia porque teve uma urgência que foi aprovada, deixando para trás diplomas que se calhar tinham mais urgência de serem aprovados.

Deputado José Pacheco (CH): Não percebes nada disso!

O Orador: Teve a utilidade ou terá a utilidade do senhor proponente depois fazer as notas de imprensa e os bonequinhos no Facebook, a dizer as mentiras todas desse mundo e os *outdoors*, também tem essa utilidade. Utilidade prática, não tem nenhuma, porque, das duas, uma: ou é interpretado à letra e é um documento comunista, em que, embora a bancada da direita esteja a tentar limar as arestas em jeito de taco de lixa, está a desquinar as imperfeições da iniciativa; ou então, se é para brincar às iniciativas, eh pá, é mais uma que não serve para nada.

Deputado José Pacheco (CH): Ai que dores de coração!

O Orador: Quanto ao bom sentimento do Sr. Secretário das Finanças, pois, Sr. Secretário, eu estou consigo na parte séria, na parte que o senhor diz que tem andado a monitorizar os preços para informação da população. Este é um trabalho sério.

Quanto à parte, à outra parte que diz que esse documento é interessante, ó Sr. Secretário, isso é mesmo fazer um favor ao Chega.

Deputado Berto Messias (PS): Favor não, um frete! Não é um favor, é um frete!

O Orador: O senhor tem consciência disso. E todos sabemos, não é? Eu acho que o senhor não tem essa necessidade. Não tem, Sr. Secretário.

Aliás, se o senhor se sente incomodado com os preços dos bens de primeira necessidade na Região, nós todos nos sentimos, Sr. Secretário. Mas o senhor, aliás, o Governo que o senhor está aqui a representar, Sr. Secretário, tem forma, até porque já teve, de resolver esse problema. E faço lembrar, Sr. Secretário, que o seu Governo aprovou, nesta legislatura, que é a única por enquanto, uma iniciativa que regula preços.

Deputado António Lima (BE): Não regula.

O Orador: Quando este Governo fixou o preço de 60 euros nas passagens áreas, o que é que fez? 60 euros, e pagamos o resto. Então, Sr. Secretário, na mesma ordem de razão, o que tem que fazer é, com os supermercados: arroz a 50 cêntimos, pagamos o resto. É assim, Sr. Secretário. Limpinho, limpinho, é assim, porque só assim é que é ser justo.

Ainda digo mais: e se o senhor e o seu Governo têm problemas de consciência, Sr. Secretário, o senhor tem, outra vez, a faca e o queijo na mão. Qual é a moral que este Governo também para impor margens fixas, preços regulados e preços-limite para os bens de primeira necessidade, sacrificando as margens dos empresários, se esse Governo não se mostrou disponível, por exemplo, em reduzir a sua receita de ISP? Então, esse Governo, no Orçamento e Plano, fixou como objetivo uma receita de 50 milhões de euros de ISP. Para quem não sabe lá em casa, o imposto sobre os produtos petrolíferos, portanto, o imposto que pagamos do gasóleo, da gasolina e do gás.

Ou seja, o que o Sr. Secretário está a dizer aqui é que é importante que se fixem margens, é importante que se controle o mercado dos bens alimentares. O que o senhor está a dizer é assim: nós, da nossa parte, não abdicamos de margem nenhuma relativamente aos combustíveis. Os senhores que vendem o açúcar e a farinha, tenham paciência, têm que ganhar menos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pelo amor de Deus, Sr. Deputado, isso não é verdade!

O Orador: Ó Sr. Secretário, o senhor para impor essa situação aos retalhistas, o senhor primeiro tem que fazer o seu exame de consciência, tem que definir limites menores para a receita de ISP. E, depois, o senhor tem toda a legitimidade para dizer aos *players* do mercado: ó pá, vocês tenham paciência, reduzam a vossa margem, porque já reduzimos a nossa.

Porque, até como o senhor sabe, Sr. Secretário, não há forma mais eficaz de diminuir o custo de vida dos açorianos do que reduzir o ISP. Reduz os custos de

deslocação das pessoas para irem trabalhar, reduz os custos operacionais das empresas, reduz os custos operacionais das instituições. Esta, sim, é uma maneira transversal, fácil de fiscalizar, fácil de atuar, fácil de regular a qualquer momento. Eu não vejo o Governo interessado nisso. E por eu não ver o Governo interessado nisso é que, hoje de manhã, apresentei um Projeto de Resolução, sim, para que o Governo reduza as margens de ISP, reduza a receita expectável do ISP já referente até a 2023, na eventualidade de um orçamento retificativo. E se não houver esse orçamento retificativo, que seja em 2024. Porque aí, sim, Sr. Secretário, aí estaremos a falar, seguramente, de tentar minorizar o custo de vida das pessoas. Quanto ao resto, olhe, eu também já ouvi aqui, agora já não é para o Sr. Secretário, mas para aqueles que dizem que há comerciantes, empresários, especuladores, eu desafio cada um a ir fazer um minimercado. Olhe, ou se não quiserem fazer um minimercado para não abrir os dias todos da semana, arranjam uma barraquinha no Mercado de Graça ou noutra mercado qualquer, vão para lá vender os espinafres, as couves, o arroz, aquilo que entenderem.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Já terminarei, Sr. Presidente.

E, nessa altura, vão perceber o que é ser empresário, o que é comprar arroz a 50 cêntimos, quanto ontem se vendeu a 48, em que o dinheiro dos 48 não deu para comprar o arroz novamente ao preço certo. Para perceberem o quanto ladrões, ou não, é que são os ditos empresários, que muitas vezes são criticados aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para dar nota, de novo, que vou fazer entregar na Mesa o

mapa de execução orçamental de dezembro de 2022, em que demonstra o ISP nos Açores. Tivemos uma descida de mais de 15 milhões de euros de receita cobrada por via da diminuição do ISP que o Governo dos Açores fez em função do crescimento da inflação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bem, é importante, Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, Nuno Barata, dizer-lhe o seguinte: a sua memória traiçooou-o em relação à inflação de 1991, era 11%. A seguir baixa para 9%. Ou seja, não está muito longe dos valores da inflação que estamos a enfrentar neste período.

Deputado Nuno Barata (IL): Não está.

O Orador: Ponto número um. É uma precisão importante.

Segundo ponto: o Governo Regional já informou que está disponível para alterar a Portaria, mas tem que o fazer com prévia consulta das associações representativas dos consumidores e dos comerciantes. E já mostrou essa disponibilidade. E é necessário também que se encontre aqui uma solução que vá ao encontro daquilo que está a ser proposto pelo Chega. O Chega explica bem o que é que quer.

Deputado António Lima (BE): Mas o que é que está a ser proposto? Explique!

O Orador: Eu não explico, leio: “Torna-se, assim, necessário avaliar junto das associações representativas dos consumidores e comerciantes a ampliação desta

lista de bens, de forma a evitar a especulação na venda dos produtos.” Portanto, esta é...

Deputado António Lima (BE): Isso não está! Seja sério!

O Orador: Ouça, isto é o que está aqui. Ouça, chama-se exposição de motivos, porque é um conjunto... Ouça, não me cabe a mim explicar as propostas dos outros, mas cabe a mim debater com seriedade os assuntos.

Deputado Berto Messias (PS): Ao senhor cabe-lhe reinterpretar as propostas!

O Orador: E, portanto, era este conjunto de informação. Tinha mais alguma coisa, mas já vi que vou ter a resposta e vou manter os 15 segundos que me restam.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, não sabia que fazia parte da bancada do Chega, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas porquê?

O Orador: ... mas dou-lhe os parabéns.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, aquilo que leu não é o que está a votar, não está nos pontos resolutivos. O ponto resolutivo, que eu já pedi o esclarecimento e, já agora, se quiser esclarecer em nome do Chega, esteja à vontade, é o seguinte: ...

Deputado Berto Messias (PS): Ele é capaz!

O Orador: ... “Após a audição, obrigatória pelo DLR 6/91/A, das associações representativas dos consumidores e comerciantes, proceder às alterações necessárias da Portaria 25/2018 e 46/2020, no que toca ao regime de fixação de preços dos diferentes bens.” Fim de citação.

Sr. Deputado, qual é a alteração à Portaria? Já agora, se quer falar pelo Chega, diga lá qual é a alteração à Portaria que pretende o Chega.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): O Chega, quando quiser responder, responde. Se

não quiser, “*goodbye* Maria Ivone”!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, mais uma descortesia no debate parlamentar. Eu não falo em nome do Chega, ...

Deputado António Lima (BE): Fala, sim, senhor!

Deputado Berto Messias (PS): Mas falou há pouco!

O Orador: ... falo em nome do Grupo Parlamentar do PPM. E V. Exa. sabe. Portanto, é uma descortesia, mais uma de V. Exa., no debate parlamentar.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Eu termino já.

Apenas fiz referência, porque estamos aqui a analisar um documento que é do seu conhecimento. Há exposição de motivos. Limitei-me a fazer a leitura da exposição.

Ó Sra. Deputada Ana Luís, é impressionante...

Deputada Ana Luís (PS): O que é que eu fiz? Eu estava calada.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado. Faz favor.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

Só para dizer, única e exclusivamente, que me limitei e anunciei o que é que estava escrito na exposição de motivos. Única e exclusivamente isso. Portanto, foi absolutamente factual.

E em relação a este mecanismo, eu penso que, da parte do Governo, já foi explícita a intenção. Da parte do Chega, cabe ao Chega, obviamente, explicar. Agora, cabe-me a mim também manter a seriedade do debate parlamentar.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

Deputado João Vasco Costa (PS): Está esclarecido!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições. Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução. Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 145/XII – “Recomenda ao Governo Regional a utilização do Regime Jurídico de Preços”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 145/XII foi rejeitado com 25 votos contra do PS, 2 do BE, 1 da Iniciativa Liberal, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 21 a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM e 1 do Chega.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Está encerrado este ponto da nossa Agenda, vamos avançar...

Sr. Deputado José Pacheco, para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Açorianos, são estes!

Muito obrigado.

Presidente: Pergunto se há mais declarações de voto.

Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A votação que eu defini para este diploma foi aquela que, em consciência, achei que era a melhor que servia os açorianos, sem populismos. De peito aberto, assumi que os problemas resolvem-se, mas não se resolvem com populismo, resolvem-se com ações concretas, que foi isso que a medida que foi aqui apresentada não desenvolveu.

Lamentavelmente, vi outras visões sobre este diploma, visões de visionários, provavelmente, e passo a redundância, porque não era mais do que isso, visões de

matéria que não estava esclarecida nesse triste documento.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos avançar na nossa Agenda para o ponto 12: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que o Sr. Deputado Mário José Diniz Tomé possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito de um processo judicial.**

O relatório foi distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados, vai no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar essas declarações. E vou pô-lo à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Ponto 13: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de impedimento legal para que os Srs. Deputados José Joaquim Ferreira Machado e António Vasco Vieira Neto de Viveiros possam prestar depoimento, na qualidade de testemunhas, no âmbito de um processo de inquérito.**

O relatório foi distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados, vai no sentido de não autorizar os Srs. Deputados a prestarem declarações.

Pergunto se há inscrições. Não havendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O relatório colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O ponto 14: **Relatório sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Sr. Deputado Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado possa prestar depoimento, na qualidade de arguido, no âmbito de um processo de inquérito.**

O relatório também foi distribuído por todas as Sras. e Srs. Deputados, vai no sentido de autorizar o Sr. Deputado a prestar depoimento.

Pergunto se há inscrições.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O relatório colocado à votação foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Muito bem, vamos avançando na nossa Agenda.

Decidiu a Conferência de Líderes que os pontos 16 e 18 seriam discutidos em conjunto.

Vamos, antes disso, apresentar os pedidos de urgência e votá-los. E depois discutimos, se as urgências forem aprovadas, os dois Projetos de Resolução.

Ponto n.º 15: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 146/XII – “Melhorar a regularidade do transporte marítimo de mercadorias para a ilha das Flores e criação de um regime especial de contratação pública”**. É uma iniciativa apresentada pelos Grupos Parlamentares do PSD, do CDS-PP e do PPM.

Pergunto quem apresenta e justifica a urgência. Quem é que apresenta a urgência deste Projeto de Resolução?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, eu.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A urgência tem a ver com a situação criada do ponto de vista do abastecimento da ilha das Flores, em que é preciso tomar um conjunto de medidas, que são medidas verdadeiramente urgentes, quer do ponto de vista da reparação das instalações, quer do ponto de vista do fretamento de um navio para assegurar o abastecimento da ilha das Flores. Todos concordarão que se trata, de facto, de uma situação que

é urgente resolver.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos votar este pedido de urgência. Srs. Deputados, vamos fazer uma votação. Vamos votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 146/XII.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto 17: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 147/XII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores que recorra a medidas excepcionais para dar resposta urgente aos danos causados pela tempestade Efrain no Porto das Lajes das Flores, bem como a mecanismos de apoio à economia dessa ilha”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para justificar a urgência, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As razões para o pedido de urgência desta Proposta de Resolução são exatamente idênticas às razões para a urgência da Resolução que antecedeu. E, portanto, são essas as razões que fundamentam.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado.

Vamos então votar este pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O pedido de urgência colocado à votação foi aprovado por

unanimidade.

Presidente: Como foram aprovados os dois pedidos de urgência, passamos à apresentação e debate sobre as duas Resoluções. O Projeto de Resolução n.º 146/XII, não sei quem é que apresenta a iniciativa...

Sr. Deputado Ricardo Vieira, faça favor.

(*) **Deputado Ricardo Vieira (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A passagem do furacão Lorenzo, a 02 de outubro de 2019, deixou um rasto de destruição em várias ilhas dos Açores, nomeadamente na ilha das Flores, cujo Porto Comercial ficou seriamente danificado.

Recentemente, em dezembro de 2022, a tempestade Efrain causou danos adicionais ao que restava do molhe do Porto das Lajes das Flores, fazendo com que cessasse a já de si escassa proteção que aquela infraestrutura ainda concedia, situação que diminuiu as condições de operacionalidade da infraestrutura portuária existente e, em consequência disso, a regularidade do transporte marítimo de mercadorias para a ilha das Flores.

Assim, persistem os avultados e profundos estragos originados pelo furacão Lorenzo, que tiveram reflexos e impacto imediatos na economia das Flores, e foram agravados, agora, pela passagem da tempestade Efrain.

Os efeitos negativos do furacão Lorenzo vão, infelizmente, continuar por mais alguns anos.

Nesse sentido, justifica-se que continuem a vigorar as medidas excecionais de contratação pública decretadas pelo Governo da República em 2019 e que vigoraram até 09 de novembro de 2021 – dispensa da fiscalização prévia do Tribunal de Contas e recurso ao procedimento pré-contratual do ajuste direto.

A celeridade exigida às obras de reparação dos estragos no Porto Comercial das Lajes das Flores requer a adoção destas medidas excecionais de contratação pública, sendo para tal necessário que, nos termos do disposto nos artigos 19.º e

28.º da Lei de Bases da Proteção Civil, o Governo da República, através de Resolução do Conselho de Ministros, decreta a situação de calamidade na ilha das Flores.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, os Grupos Parlamentares do PSD, do CDS/PP e do PPM propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomende ao Governo Regional que:

Encontre uma solução que garanta o abastecimento regular de carga contentorizada à ilha das Flores, que terá de passar pelo fretamento de um navio especificamente dedicado a esse fim, que reúna as condições adequadas à realização da operação no Porto das Lajes das Flores, até que sejam repostas, através da conclusão das obras de proteção de emergência da ponte-cais, as necessárias condições de segurança e operacionalidade;

Diligencie, junto do Governo da República, para que seja decretada a situação de calamidade na ilha das Flores e criado um regime simplificado de contratação pública no âmbito do abastecimento marítimo de mercadorias e para as obras de recuperação dos estragos causados no Porto das Lajes das Flores pelo furacão Lorenzo e tempestade Efrain, com vista a repor, o mais rapidamente possível, as normais condições de operacionalidade da infraestrutura portuária.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para a apresentação do Projeto de Resolução n.º 147/XII, tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Entre a noite do dia 01 de outubro e a tarde do dia 02 de outubro de 2019, a Região Autónoma dos Açores...

Deputado Nuno Barata (IL): 2019!

O Orador: ... foi fustigada pelo furacão Lorenzo, provocando danos significativos em infraestruturas, sendo de destacar, neste particular, a destruição integral do Porto Comercial das Lajes das Flores.

Depois de uma primeira fase de resposta, pelas entidades públicas regionais, em que foram enquadrados e adotados mecanismos destinados a minimizar as consequências causadas por este evento natural, na noite do dia 09 e manhã do dia 10 de dezembro de 2022, a Região Autónoma dos Açores, e em especial a ilha das Flores, foi, de novo, afetada pela passagem de uma tempestade, a Efrain, a qual eliminou, sobremaneira, a já frágil proteção da baía portuária das Lajes das Flores, desprotegendo-a, agora, por completo e colocando em risco a manobrabilidade na atracagem e na carga e descarga de navios na ponte-cais, entretanto construída, e até a própria integridade dessa estrutura.

Considerando que, deste modo, com a passagem da tempestade Efrain sobrevieram necessidades extraordinárias às quais o regime da contratação pública pode dar resposta, através do recurso à alínea c) do n.º 1 do artigo 24.º do Código da Contratação Pública, na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, precisamente para situações em que não possam ser cumpridos os prazos inerentes aos demais procedimentos, e desde que as circunstâncias invocadas não sejam, em caso algum, imputáveis à entidade adjudicante;

Considerando o crescente impacto negativo que a atual situação está a ter nas empresas e nas famílias florentinas, em particular na previsibilidade e fiabilidade

do abastecimento e exportação de mercadorias, tornando-se necessário adotar medidas que mitiguem esse impacto negativo;

Assim, o presente Projeto de Resolução vem dar consequência às reivindicações dos florentinos, uma vez que exorta o Governo Regional a tomar medidas urgentes conducentes à resolução do problema, que afeta o normal abastecimento à ilha das Flores e que em muito tem levado a um emagrecimento da já de si frágil economia da ilha.

Cabe destacar que, enquanto a proposta apresentada pelos partidos que sustentam o Governo de direita recomendou o Governo que contrate um navio adequado às atuais condições de operacionalidade do Porto das Lajes das Flores e que diligencie junto do Governo da República o decretar da situação de calamidade nas Flores, para criar um regime simplificado de contratação pública para as obras de recuperação dos estragos causados no Porto das Lajes das Flores, a proposta apresentada pelo Partido Socialista recomenda ao Executivo Regional uma solução muito mais rápida, recorrendo às medidas excecionais de contratação pública aplicáveis aos procedimentos de ajuste direto, já previstas no Código da Contratação Pública, destinadas à formação de contratos para a concretização da obra.

Tal opção significa que se possa encontrar uma rápida solução para o problema, ao invés da ideia proposta pela coligação, que é, na nossa opinião, um atrasar do processo sem qualquer necessidade, uma vez que já existem mecanismos que permitem avançar com a contratação da obra no imediato.

Destaco, ainda, que neste Projeto de Resolução é recomendado ao Governo da coligação a criação de um apoio extraordinário e temporário até à normalização do abastecimento à ilha das Flores, ao setor privado da economia da ilha afetado pelas dificuldades e irregularidades do abastecimento por via marítima.

Recomendamos, igualmente, como medida de mitigação dos prejuízos dos empresários florentinos, a isenção de taxas portuárias e aeroportuárias aplicada à

carga e descarga de mercadorias, com origem ou destino à ilha das Flores.

Outra medida preconizada é a criação de um regime que priorize a mercadoria com origem ou com destino à ilha das Flores em particular, que deve ser desenvolvido em articulação com os armadores do transporte marítimo de mercadorias interilhas.

Estas são soluções que apresentamos face à inatividade deste Governo de coligação, que ora reza a São Pedro por boas condições de mar, ora promove sucessivas trapalhadas nas contratações deste ou daquele navio, recusando-se a resolver o problema.

Na realidade, enquanto não tivermos molhe de proteção, teremos, sempre, dificuldades nas cargas e descargas.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Tivessem cuidado do porto, tivessem feito manutenção!

O Orador: E é por isso que entendemos que a prioridade deve ser a construção do molhe de proteção da ponte-cais do Porto das Lajes das Flores, criando simultâneas medidas que procurem mitigar as dificuldades imediatas no abastecimento de mercadorias à ilha das Flores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão apresentadas ambas as iniciativas. Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fui eleito, em 2020, pelos florentinos para os representar neste Parlamento. Para representar os açorianos. Fui eleito por um pequeno partido, sem máquina partidária. Fui eleito, estou convencido disso, porque muitos reconheceram que

na minha vida cívica sempre me preocupei pelo futuro da minha terra.

Aquando da passagem do furacão Lorenzo, a 02 de outubro de 2019, vi como o porto das Lajes das Flores ficou quase completamente destruído. Esta circunstância colocou em suspenso as nossas vidas. Em pleno século XXI, nenhuma sociedade sobrevive sem canais de abastecimento adequados.

Sem vida política ativa, sem sequer ter a esse respeito qualquer ambição, empenhei-me em procurar e sugerir soluções que garantissem o abastecimento adequado à ilha das Flores. Cheguei a falar, na simples qualidade de cidadão, com os governantes de então. Exigindo-lhes soluções concretas. Sugerindo escolhas, que decorrem da minha própria experiência e formação como marítimo. Sempre com o propósito de ajudar. De colaborar nas soluções.

Por isso vi, com apreço, ainda de fora da vida política, a iniciativa que o PPM entregou no Parlamento no dia 17 de outubro de 2019, propondo o fretamento de um navio com condições para operar, de forma específica, na ilha das Flores. Isto tendo em conta a falta de viabilidade das soluções implementadas até aí pelo Governo Regional.

Para mim, a crítica pela crítica, não acrescenta nada na vida cívica. É preciso apresentar soluções. Dar contributos. Estar disponível para ajudar, sem nunca perder o sentido crítico.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: Agradou-me a postura do PPM na altura e foi isso, sobretudo isso, que me levou a aceitar o convite que esse partido me fez para encabeçar a sua lista de candidatura ao Parlamento dos Açores em 2020.

Passados dois anos, na sequência dos estragos causados pela tempestade Efrain no passado mês de dezembro de 2022, agrada-me muito dizer que a postura do PPM, a minha postura, não mudou. Não é por ser agora deputado de um partido que integra o Governo Regional, que deixei de ter capacidade para ver o que está a correr mal. O que tem de ser melhorado e alterado.

Sempre condenei os políticos que perdem a visão crítica quando passam para o lado do poder. Que colocam os interesses partidários, e os seus interesses pessoais, acima dos interesses das populações que juraram defender.

Quantos políticos socialistas das Flores, que exerciam funções dirigentes na administração regional ou parlamentares, ousaram criticar ou reconhecer, publicamente, o abastecimento insuficiente e irregular que o Governo Socialista implementou para a ilha das Flores – e também para a ilha do Corvo – após os estragos causados pelo furacão Lorenzo?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Poupo-vos esse exercício. Nenhum!

Nenhum reconheceu que o mundo não era cor-de-rosa. Nenhum se atreveu a assinalar as insuficiências. Nenhum reconheceu a rutura de “stocks” de vários produtos essenciais que então ocorreu.

Mas agora, nestas circunstâncias, o PPM reconheceu que existia um problema. Que os cancelamentos sucessivos, apesar da reposição das ligações num curto espaço de tempo, criaram uma situação de irregularidade no abastecimento que não é sustentável para a vida económica da ilha e do quotidiano das pessoas.

Não deixa de ser curioso que o PPM o tenha feito antes do PS começar, por sua vez, a assinalar o problema. Todos sabemos por que razão não o fez: o passado recente de inércia e negligência nesta matéria faria soar a falsa uma preocupação repentina, que em circunstâncias muito piores nunca verbalizaram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Apraz-me registar a confluência de posições nesta matéria por parte dos partidos da coligação. PSD, CDS/PP e PPM partilham a mesma preocupação. A mesma responsabilidade. O mesmo objetivo e propósito de resolver o problema.

Registo a atitude, por parte do Governo Regional, de voltar a fretar navio "Margarethe" para abastecer especificamente a ilha das Flores, tal como a coligação propôs. Nas atuais circunstâncias, qualquer navio terá dificuldades em realizar a operação de abastecimento da ilha, isto tendo em conta os danos adicionais causado pela tempestade Efrain no que restava do molhe do Porto das Lajes das Flores, fazendo com que cessasse a já de si escassa proteção que aquela infraestrutura ainda concedia, situação que diminuiu as condições de operacionalidade da infraestrutura portuária.

O navio em causa reúne condições já testadas no âmbito do abastecimento à ilha das Flores e possui a vantagem logística de estar especificamente dedicado a essa missão: abastecer a ilha das Flores. Este facto permite-lhe aproveitar todas as janelas de oportunidade que venham a existir. De planear as ligações tendo em conta o estado do mar em cada momento. Essa flexibilidade permitirá melhorar a regularidade do abastecimento marítimo.

Minhas senhoras e meus senhores!

Para já fretar o navio "Margarethe", para dar uma resposta eficaz às atuais circunstâncias, mas também, de forma imediata, diligenciar, junto do Governo da República, para que seja decretada a situação de calamidade na ilha das Flores e criado um regime simplificado de contratação pública no âmbito do abastecimento marítimo de mercadorias e para as obras de recuperação dos estragos causados no Porto das Lajes das Flores pelo furacão Lorenzo e pela tempestade Efrain, com vista a repor, o mais rapidamente possível, as normais condições de operacionalidade da infraestrutura portuária.

Esta é a nossa proposta. É preciso celeridade de processos. Mas também é preciso

que o Estado se envolva neste processo. Ou será que a solidariedade do Governo da República socialista só funciona se também aqui governarem os socialistas? É uma solidariedade do Estado ou é uma solidariedade de partido?

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Muito bem!

O Orador: Na minha perspetiva, o que está em causa é um dever do Estado. Estamos, de facto, a enfrentar uma calamidade que implica a projeção de um esforço financeiro de âmbito nacional. O reconhecimento, por parte do Estado, de que aqui se enfrenta uma situação de calamidade implica, conseqüentemente, a projeção estatal dos recursos necessários para enfrentar esta situação.

No que nos diz respeito, exigimos que o Estado assuma essa responsabilidade perante a população da ilha das Flores. Perante o Povo dos Açores.

Por tudo isto, aqui estamos. Para assegurar o abastecimento da ilha das Flores e a rápida recuperação da infraestrutura portuária, nomeadamente as obras de urgência que é necessário implementar. Mas também, para exigir que o Estado não fuja às suas responsabilidades. Nós, como se vê, não fugimos às nossas responsabilidades.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Eu estou aqui com o propósito de sempre. Com o compromisso de sempre. Servir a minha terra. As Flores. Os Açores. Portugal.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Sr. Presidente, eu pedi a palavra.

A Oradora: Srs. Deputados do Partido Socialista, do PPM, do PSD e do CDS que apresentaram estas duas Resoluções, a todos devo dizer que, para o Governo Regional, é extremamente confortável receber o apoio desta Assembleia...

Deputado Nuno Barata (*IL*): O apoio?!

A Oradora: ... no que diz respeito a estas Resoluções, naquilo que diz respeito à necessidade de se regularizar o abastecimento à ilha das Flores e naquilo que diz respeito à execução das obras decorrentes dos estragos feitos pelo Lorenzo, em primeiro lugar, e pela depressão Efrain, em segundo lugar.

Digo o apoio porque, certamente, estão aqui a maioria dos partidos representados. E ao votarem favoravelmente estas Resoluções, o Governo sentir-se-á confortado na continuidade de todos os desenvolvimentos que tem feito no sentido de abastecer convenientemente a ilha do Corvo e de proceder à execução das obras ali necessárias, ...

Deputado António Lima (*BE*): E o cargueiro?

A Oradora: ... que têm vindo a ser executadas e que necessitam de continuar a ser executadas.

E, nesse sentido, queria dizer que, desde a primeira hora que este Governo entrou em funções, deu seguimento, obviamente, a todo o processo que vinha do Governo anterior e acelerou todo o processo de construção do molhe-cais, da ponte-cais.

Deputado Carlos Silva (*PS*): O problema é que não deu seguimento!

A Oradora: Concluída essa obra, avançámos para uma operação que considerávamos regular. Deixámos de ter o navio fretado. Passou-se a fazer o abastecimento à ilha das Flores com os navios normais que estão em rota, pela

Transinsular, que é quem, obviamente, faz o abastecimento à ilha das Flores, dentro das obrigações de serviço público estabelecidas para o transporte de mercadorias contentorizadas.

Não é que, em dezembro de 2022, temos, novamente, uma tempestade, a depressão Efrain, que destruiu praticamente o pouco que restava do molhe de proteção do Porto das Lajes das Flores.

Deputado Nuno Barata (IL): Ainda vai haver mais, provavelmente em setembro ou outubro!

A Oradora: Uma situação nova, uma situação que colocou, novamente, a ilha das Flores numa precariedade de abastecimento.

Pusemos à disposição da ilha todos os meios que estavam ao alcance do Governo dos Açores: o “Thor”, carga aérea. Tudo o que fosse necessário. Articulámos com a Transinsular ir às Flores com um navio mais pequeno do que aqueles que estavam a fazer o abastecimento regular, que era o “Monte da Guia” e o “Monte Brasil”. Passou a ir o “Ponta do Sol” para tentar ter melhores condições de atracagem e de operação no Porto das Flores.

Mas, infelizmente, a destruição quase total do molhe tem vindo a impedir o normal abastecimento da ilha, inclusive o navio “Thor”, que, numa determinada altura, há cerca de duas semanas, foi novamente às Flores e não conseguiu ele próprio atracar, coisa que acontece muito raramente ou até talvez nunca tivesse acontecido, ainda, no Porto das Lajes das Flores. Mas aconteceu. Mas como é um navio dedicado, abrigou-se e, no dia seguinte, descarregou e abasteceu, dentro dos condicionalismos e dentro da capacidade de carga que o “Thor” tem.

Ficou praticamente provado que, a partir daí, só mesmo um navio dedicado, um navio fretado, um navio com condições para rumar às Flores sempre que se preveja que tenha condições para o fazer, e se não o fizer, abrigar-se ao largo e entrar quando for possível, é que poderia resolver o problema do abastecimento das Flores.

E, por isso mesmo, o Governo Regional desencadeou logo um processo de fretamento de um navio, que, por sinal, é o mesmo que já fez as Flores na altura crítica do furacão Lorenzo, antes da construção da ponte-cais, que é o navio “Margarethe”, que está na Guiné-Conacri. Foi identificado pelo armador, pela Transinsular. Está em condições de vir para os Açores no final do mês de fevereiro e chegar aqui no início de março. E, portanto, estão lançados todos os procedimentos para ser decidido esse fretamento, hoje, em Conselho do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, estamos com a situação completamente articulada com as Flores, com os comerciantes e os industriais das Flores, com os representantes nas Flores, com as Câmaras Municipais, fazendo o melhor que podemos, dadas as circunstâncias.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Há coisas que nós, efetivamente, não podemos, mas aquilo que está ao nosso alcance, aquilo que nós podemos, está a ser feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, nesse sentido, queria deixar aqui claro, relativamente ao abastecimento, que o navio “Margarethe” estará cá no início de março e vai ficar dedicado ao abastecimento da ilha das Flores por três meses, eventualmente mais um, esperando podermos avançar com a construção de uma proteção de emergência para recolocar o molhe com as condições mínimas de proteção. Se for necessário prorrogar, será prorrogado. Estas são as circunstâncias atuais e são as condições atuais.

Vamos agora falar da proteção de emergência que é preciso fazer. Já temos o projeto, ou melhor, tem a Portos dos Açores, que é quem é, por contrato-programa, faz a obra de reconstrução do Porto das Lajes das Flores, fez até agora e vai continuar a fazer, mas teve orientações para pedir um projeto para uma obra de emergência, com a maior urgência possível, porque é de emergência, mas,

sobretudo, é de urgência. Já existe esse projeto. Vamos lançá-lo, obviamente, recorrendo a todos os mecanismos de contratação pública que nos permita fazê-lo o mais rapidamente possível.

E aí eu percebo as recomendações. E, de alguma maneira, se forem aprovadas, eu espero que sim, do Partido Socialista, conforta-nos recorrer a estes mecanismos de urgência e de emergência. E a Portos dos Açores também se sentirá confortada utilizando estes mecanismos. Mas também não posso deixar de dizer que se deve continuar a pugnar para que haja um regime simplificado, com declaração de calamidade pública, porque é mais robusto...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... e nos dá mais conforto relativamente às outras obras que é preciso continuar a fazer para repor os estragos do Lorenzo e para repor os estragos da depressão Efrain.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E, portanto, estamos em condições para, recorrendo a esses mecanismos, adjudicar o mais rapidamente possível esta obra de emergência, cujo projeto já temos na Portos dos Açores, para fazer a proteção.

E as duas medidas conjugadas, a proteção de emergência do molhe-cais, na medida do possível, uma vez que ele será reconstruído completamente na obra principal, que não é esta, esta é apenas uma obra de emergência e provisória que depois incorporará a obra principal... É preciso também que se note que este projeto, esta adjudicação e este investimento incorporará a obra principal de proteção do molhe. E, dizia eu, com esta obra de proteção de emergência e com o navio “Margarethe” dedicado ao abastecimento da ilha das Flores, nós estamos a fazer o que está ao nosso alcance. E penso que será o necessário e o suficiente neste momento...

Deputado Nuno Barata (IL): É pouco! É pouco!

A Oradora: ... para devolver a normalidade ao abastecimento da ilha das Flores,

dentro do possível, e para avançar com regularidade de abastecimento à ilha das Flores.

Vejo na bancada um conjunto de empresários da ilha das Flores, que me solicitaram, através dos Srs. Presidentes de Câmara, uma reunião urgente, se eu podia ir às Flores. Eu disse que não podia ir às Flores porque estava aqui no Plenário e que tínhamos esta discussão pendente ao longo dos nossos trabalhos. Disponibilizaram-se a vir ao Faial. Eu cumprimento-os aqui desta bancada, agradeço o vosso apoio e espero que...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu peço desculpa, não!

A Oradora: Sr. Presidente, eu penso que não estou a incorrer em alguma...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem o direito que lhe assiste!

A Oradora: Se eu estiver a incorrer, compreenderão o que é que eu queria dizer. Mas penso que não. E, portanto, só vos agradeço a presença.

E, nesse aspeto, a lisura é total. E sabem desde a primeira hora. Nós fazemos tudo o que estiver ao nosso alcance. E estamos cá para isso.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Na sequência do que disse a Sra. Secretária Regional, aproveito para informar a Câmara que, efetivamente, estão nas nossas galerias, a acompanhar os nossos trabalhos, um antigo Deputado desta Casa, o Dr. Luís Maciel, atual Presidente da Câmara da Municipal das Lajes das Flores, o Sr. Presidente da Câmara de Santa Cruz das Flores, acompanhado por alguns empresários, a quem saúdo em nome desta Assembleia.

(Aplausos da Câmara)

O Sr. Deputado Nuno Barata pede a palavra para... Para participar no debate. Mas está inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós estamos a discutir duas propostas, para as quais eu gostava de perguntar ao Sr. Presidente se já deu entrada na Mesa a resposta ao requerimento 537/XII, que foi apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, que, segundo o site da Assembleia, já tem a sua resposta fora do prazo, e que é, exatamente, a perguntar quais foram os prejuízos da tempestade Efrain.

Certamente que, enquanto V. Exa. tentará recolher os dados que permitam a resposta, eu gostava de dizer o seguinte: isto que agora nós estamos a discutir...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Há uma lista de requerimentos que o senhor nunca respondeu e tinha 60 dias, que é o dobro do prazo! É preciso descaramento!

O Orador: Eu espero que o tempo...

Deputado Carlos Silva (PS): Eu também quero pedir a moção de confiança!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Tinha o dobro do prazo!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu tenho a certeza de que o Sr. Deputado Paulo Estêvão ficou contente com o seu comentário!

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional do Turismo, da Mobilidade e das Infraestruturas, este debate, hoje, aqui, acontece, em larga medida, pela incompetência, pela incapacidade...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... e pela arrogância do Governo Regional!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Nós estamos na situação em que estamos... ou, melhor dito, as Flores estão na situação em que estão por causa da incapacidade e da incompetência deste Governo.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Sua!

O Orador: Dois meses depois, mais de dois meses depois da tempestade Efrain é que a senhora se lembra de ter o discurso que teve aqui nesta Casa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Secretária!

O Orador: A senhora não teve sequer a decência política de tirar um dia para ir às Flores ver o que lá se passava! Teve que vir o Ministro das Infraestruturas, do Governo da República, para a senhora se dignar ir lá! Isso é uma atitude arrogante!

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Isso é uma atitude arrogante! E envergonha-me nesta situação que tenham que ser das Flores a vir aqui para reunir com V. Exa.!

Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Se a senhora sente o que diz, tinha pegado nos seus pezinhos e tinha marchado para as Flores, para ver o que lá se passava!

Mas é incompetência, porquê? Sra. Secretária, a senhora agora disse que contratou um novo navio. O contrato do “Margarethe” acabava em janeiro deste ano. Porque é que a senhora o mandou embora?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Só em outubro é que pediram!

O Orador: Porque é que a senhor o mandou embora, em outubro? Em outubro, Sra. Secretária!

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: E a senhora chega aqui a dizer que estamos todos unidos. Não, senhora! Não estamos todos unidos! Nós não estamos unidos na sua incompetência, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Olhe-se ao espelho, Sr. Deputado!

O Orador: ... na sua incapacidade e na sua arrogância!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

A Sra. Secretária Regional e o Governo Regional, neste assunto, têm feito asneira atrás de asneira!

Deputado Flávio Soares (PSD): Tenha respeito, Sr. Deputado!

O Orador: Asneira atrás de asneira!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso é que é arrogância!

O Orador: Asneira atrás de asneira!

Primeiro que tudo, a Sra. Secretária Regional deve explicar, também, aqui a esta Casa, o que é que se passa com o projeto para a reconstrução do molhe das Flores!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Arrogância!

O Orador: A Sra. Secretária foi, em julho deste ano, às Flores dizer a mesma coisa que eu tinha dito em agosto de 2020, nada mais! O que é que os senhores andaram a fazer durante este tempo?

A senhora vem aqui falar no navio?! A incapacidade e a incompetência é a de não perceber que o problema do abastecimento às Flores, neste momento, não tem

nada a ver com o navio.

Deputado Gustavo Alves (PPM): A culpa é sua, há muitos anos!

O Orador: Não tem nada a ver com o navio. Tem a ver com a proteção de emergência, porque está em causa não apenas a operacionalidade, como a integridade da ponte-cais. Se a senhora tem um projeto pronto...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Ó senhor!...

O Orador: Se a senhora tem um projeto pronto, porque é que, ao abrigo do artigo 24.º, n.º 1, alínea c), do Código de Contratação Pública, não lança já o ajuste direto?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E vai lançar!

O Orador: Vai lançar?! Não foi isso que a senhora disse! Não foi isso que a senhora disse, não, senhora!

Sra. Secretária, aquilo que está a acontecer nas Flores deve envergonhar todos os açorianos!

Deputado Gustavo Alves (PPM): V. Exa.!

O Orador: Há dois anos...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É para eles ouvirem!

O Orador: É para eles ouvirem... Não, é para a senhora ouvir! E à senhora está-lhe a custar ouvir, à senhora e ao Governo!

Há dois anos, os senhores estão parados nas obras de reconstrução do molhe das Flores! As obras que estão em curso ou que foram concluídas foram ainda lançadas pelo anterior Governo! O que é que os senhores fizeram durante dois anos?

Deputado João Vasco Costa (PS): Nada!

Deputado Gustavo Alves (PPM): E o que é que você fez na manutenção do

porto? Uma vergonha!

O Orador: Eu sei o que é que fizeram: prescindiram de mais de 60 milhões de euros! E agora é que estão aflitos para arranjar dinheiro para pagar o resto das obras!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Sra. Secretária, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Há uma diferença muito grande entre a Proposta de Resolução do PS e a Proposta de Resolução apresentada pelos partidos da coligação.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É muito feio! Muito feio!

O Orador: Os senhores querem um cheque em branco para lançar por ajuste direto uma obra superior a 150 milhões de euros.

Deputado Gustavo Alves (PPM): À semelhança do passado!

O Orador: Não, não foi! E, hoje, o PS mantém, exatamente, o mesmo entendimento que eu, como Presidente do Governo, em agosto de 2020, expressei nas Flores.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Isso fica-lhe muito mal! É feio!

O Orador: Essa obra, de mais de 150 milhões de euros, não é por ajuste direto, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Claro que não!

O Orador: ... é por concurso público. Foi isso que eu disse em agosto de 2020, nas Flores. E é isto que eu mantenho hoje, aqui.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): E é o que vai acontecer!

O Orador: Não, não é o que vai acontecer! A senhora o que está a pedir e a concordar com esta Proposta de Resolução é para ter um cheque em branco para

lançar por ajuste direto uma obra de 150 milhões de euros! E o PS não concorda com isso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

E mais, o problema não é só de transportes. E os prejuízos que já houve na economia das Flores por causa dos atrasos nos abastecimentos? Os senhores o que fizeram? Criaram mecanismos de apoio quando houve o Lorenzo, que é uma coisa que os senhores não estão a fazer, mas já deviam ter feito!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Que descaramento!

Deputado Gustavo Alves (PPM): Hipocrisia!

O Orador: Mas já deviam ter feito!

Eu peço desculpa à Câmara pela forma como me expressei, mas custa-me muito...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É um desrespeito absoluto!

O Orador: ... ouvir a tentativa de branqueamento da incompetência e da incapacidade deste Governo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Incompetência foi a sua!

O Orador: ... quando, na altura em que houve o Lorenzo, aquilo que foi exigido aos Governos do Partido Socialista foi muito mais do que aquilo que os senhores exigem de si próprios!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Ai que inocência!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: São as mesmas pessoas. É a mesma ilha. E é o mesmo sofrimento. Percebe?

E, portanto, é preciso é saber, claramente... A Sra. Secretária já disse que tem o projeto pronto para a intervenção de emergência. Tem o projeto pronto.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Sim, senhor.

O Orador: Quando é que vai lançar a obra?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um curto intervalo. Regressamos às 18 horas e 15 minutos.

Defesa da honra? Faça o favor de justificar, Sra. Secretária.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Agora é preciso justificar, Sr. Presidente? Tenha paciência!

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): O Sr. Deputado Vasco Cordeiro referiu incompetência várias vezes. Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (*Berta Cabral*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, eu já o conheço há muitos anos.

Deputado João Vasco Costa (*PS*): Nós também a conhecemos a si!

A Oradora: A sua indignação dessa bancada decorre daqueles senhores terem entrado nesta Assembleia...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

... e decorre do facto de eu ter aqui expressado, claramente, tudo o que já foi feito...

Deputado Berto Messias (PS): Não foi nada feito!

A Oradora: ... e tudo o que temos para fazer para manter o abastecimento regular à ilha das Flores! Daí é que decorre a sua indignação!

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Para dar explicações tem dois minutos, Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Mais um teatro! Mais um teatro deprimente! Teatreiro!

O Orador: Sra. Secretária do Turismo, da Mobilidade e das Infraestruturas, a minha indignação decorre daquilo que eu ouvi nas Flores, quando estive lá há algum tempo atrás, coisa que a senhora nem se dignou a fazer, que foi ir lá ouvir o que é que as pessoas têm para dizer.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Eu estive lá! Não deixei de falar com quem tinha que falar!

O Orador: Não, não estive lá! A senhora esteve lá porque o Ministro das Infraestruturas foi lá! A senhora não tirou tempo para reunir com quem devia ter reunido e com quem eu acho, na minha opinião, que a senhora devia ter reunido.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Eu nunca deixei de falar!

O Orador: Eu ouvi-a calado. Eu peço-lhe que tenha por mim o mesmo respeito que eu tive por si, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta

Cabral): Não teve grande respeito!

O Orador: ... em termos de ouvir a sua intervenção.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Nem sequer está a ter o tratamento que deve ter!

O Orador: É a sua incapacidade. É incompetência. É, sim, senhora.

Deputado Flávio Soares (PSD): Veja-se ao espelho, Sr. Deputado!

O Orador: E é a arrogância, sobretudo, de achar que consegue controlar coisas que não consegue. A senhora andou com o “Ponta do Sol” para a frente e para trás. Agora é o “Margarethe”, depois de o ter mandado em outubro, quando o contrato acabava em janeiro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Com o senhor não havia nada! O senhor não tinha nada, não tinha nenhuma proposta! Não foi resolvido!

O Orador: Sra. Secretária Regional, do ponto de vista pessoal, se na forma ou no conteúdo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Na forma seguramente! E no conteúdo também!

O Orador: ... do ponto de vista pessoal, eu ofendi-a, eu peço desculpa, mas, do ponto de vista político, eu reitero tudo aquilo que acabei de dizer aqui.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Regressamos às 18 horas e 20 minutos.

Eram 18 horas e 06 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Agradeço que reocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Estava inscrito, para participar no debate, o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, dizer que, para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, a situação que se vive na ilha das Flores é efetivamente grave.

Deputado Gustavo Alves (PPM): É menos grave do que a do Lorenzo!

O Orador: E se já era bastante complicada e difícil antes de dezembro de 2022, a partir daí, com a tempestade Efrain, percebeu-se desde cedo que a situação era muito grave, percebeu-se desde logo com as dificuldades de abastecimento que começaram a surgir, já de certa forma existentes, mas não com tanta intensidade. Desde cedo que nós também procuramos questionar o Governo Regional sobre esta matéria. Aliás, a 17 de janeiro, questionamos o Governo sobre o assunto. Questionamos o Governo perguntando não só sobre uma possível intervenção de emergência para proteger o interior do porto, que, na verdade, neste momento, mal se pode chamar um porto, porque aquilo são águas abertas praticamente, e questionamos também sobre o possível fretamento de um navio específico.

E eu recordo, não posso deixar de o fazer, que o Governo Regional, que tantas vezes demora mais tempo do que regimentalmente previsto para responder às perguntas, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não demora nada!

O Orador: ... tenha, no próprio dia, emitido um comunicado a dizer que a pergunta era extemporânea.

Ora, assim se vê o quanto extemporânea era, que estamos aqui um mês depois a

discutir o mesmo assunto, em que a coligação recomenda parte daquilo que nós, em 17 de janeiro, já tínhamos recomendado.

E essa negação, por parte do Governo, do problema é uma parte da causa do problema que se vive hoje, porque, se o Governo tivesse atuado mais cedo, já se tinha mitigado o problema e, possivelmente, por exemplo, a tal obra de emergência já estaria praticamente a iniciar-se.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Como é que quer tapar um buraco de um dia para o outro? Parece fácil.

O Orador: E, agora, neste momento, nem sabemos quando é que se vai iniciar. Como agora reconhece o Governo. Depois de ter estado em negação mais de um mês pelo menos, reconhece o problema.

Ainda pensei que, perante as declarações do Presidente do Governo, nas Flores, de que não havia qualquer tipo de interrupção de abastecimento nem colapso, o célebre cargueiro aéreo tivesse ido às Flores, mas o problema é que ele nem saiu dos cartazes do CDS, ficou-se nos cartazes do CDS. E para abastecer a ilha das Flores ficou no chão.

Deputado Nuno Barata (IL): Graças a Deus!

Deputado José Pacheco (CH): Estão obcecados com um cartaz!

O Orador: E, de facto, é dramático que nós estejamos, hoje, aqui, a debater este assunto com duas propostas, sobre as quais quero começar por dizer que nós não queremos criar obstáculos em resolver problemas, mas, infelizmente, o Governo tem sido parte do problema. E tem sido demasiadas vezes parte do problema.

A recomendação da coligação recomenda algo que o Governo já fez, o que também não deixa de ser curioso que a coligação dos partidos do Governo recomenda algo ao Governo que o Governo já disse que fez, o fretamento do navio.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Quando é que entrou o nosso projeto?

O Orador: Mas, depois, eu também não posso deixar de dizer que acho estranho

que a coligação recomende ao Governo da República que decrete estado de calamidade na ilha das Flores. Bem, eu conheço minimamente bem a legislação regional. E, aliás, muitas vezes tem sido decretado estado de calamidade pelo Governo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é isso!

O Orador: Deixe-me acabar. Se a coligação acha que é necessário decretar o estado de calamidade nas Flores e que o Governo da República deve fazê-lo, porque é que o Governo Regional não decreta? Então, nós vamos pedir ao Governo da República que decrete estado de calamidade, e o Governo Regional acha que as Flores não estão em estado de calamidade. Bem, isto é, no mínimo, dissonante e descredibiliza a vossa proposta ainda mais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que descredibiliza é o seu desconhecimento! É verdadeiramente ignorância!

O Orador: Mas, como disse, nós não queremos criar obstáculos à resolução do problema, porque nós, ao contrário do Governo, estamos a ver o problema. Aliás, ainda ontem vimos os empresários, que aqui estão hoje, e os Srs. Presidentes de Câmara a dizer que esperar pelo navio que o Governo freta é insuficiente.

Vimos, no outro dia, empresários a queixarem-se de terem prateleiras vazias, produtos estragados, prejuízos para os comerciantes e prejuízos para as pessoas que vão às compras e não têm os produtos que precisam.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não tem comparação com o Lorenzo!

Deputado Nuno Barata (IL): É a Venezuela!

O Orador: Porque o Governo tem sido, efetivamente, não só lento, mas negacionista sobre esta matéria.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado! Não é verdade!

O Orador: E não é a primeira vez. Aliás, neste Plenário, sobre vários assuntos, o Governo nega a realidade e empurra responsabilidades.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não apoiado!

O Orador: O Sr. Deputado Gustavo Alves está sempre a falar do Lorenzo. Bem, eu não quero saber, neste momento, o que é que se fez ou deixou de se fazer durante o furacão Lorenzo. O que quero saber é o que as pessoas da ilha das Flores querem saber é o que é que o Governo vai fazer neste momento e porque é que já não fez.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não é comparável!

O Orador: Nós, durante o período furacão Lorenzo, ...

Deputado Nuno Barata (IL): E o que não fez!

O Orador: ... também criticamos demoras, também criticamos a escassez de produtos. E não temos nenhum problema com isso.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Não conheciam o problema!

O Orador: E, agora, estamos a fazer o mesmo. E alertamos em devido tempo. E também não posso deixar de dizer que é inconcebível que a obra principal ainda esteja em fase... eu nem sei se é de projeto, se é de maquete, se é de outra coisa qualquer. Para nós, é inconcebível que essa obra já não tenha sido lançada a concurso.

Deputado Nuno Barata (IL): Três anos!

O Orador: Esse é que é o problema.

Eu recordo-me muito bem, logo após o furacão Lorenzo, que este Parlamento constituiu um grupo de trabalho.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Isso não é uma coisa qualquer! Isso não é fazer uma casa! Ia por aí abaixo!

O Orador: E, no início do grupo de trabalho, comentávamos entre nós, não vou dizer, obviamente, quem, mas entre vários Deputados, que podíamos estar perante uma obra que demoraria quatro, cinco anos. Bem, agora, já se passaram quatro anos. E quantos anos é que vamos ter ainda para começar a obra? Já não digo para acabar... É que o programa do Governo, por acaso, diz que quer antecipar o

calendário previsto.

Deputado José Ávila (PS): Exatamente!

O Orador: Então, queria-se antecipar o calendário previsto e ainda nem se começou?! Esse é que é o problema!

Deputado Nuno Barata (IL): Já está previsto!

O Orador: Sra. Secretária, eu acho que o Governo deve, em primeiro lugar, reconhecer que errou, reconhecer que tem sido lento e que tem negado a realidade. Deve pedir desculpa à população da ilha das Flores.

Deputado José Pacheco (CH): De joelhos!

O Orador: Não deve, como é óbvio, imputar responsabilidades a outros. E mesmo que diga, eu não sei se é verdade, se é mentira, havemos chegar a essa conclusão, mas dizer que a responsabilidade é do Governo da República, que ainda não transferiu o dinheiro, é de uma enorme desfaçatez.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Desfaçatez é com o Governo da República!

O Orador: Mesmo que o Governo da República não tivesse transferido um cêntimo, a responsabilidade do Governo é responder às pessoas, é fazer a obra rápido. Apresenta a fatura depois.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Populista!

O Orador: Vá aos tribunais se for preciso, faça lá o que quiser, mas, primeiro, têm que responder às pessoas. Por isso é que há um Governo Regional. Se não for para isso, então, o Governo Regional não serve para nada. É para resolver os problemas dos Açores em primeiro lugar. E, depois, entenda-se com o Governo da República. E eu tenho a certeza que se fosse outro Governo, de outra cor, e os senhores estivessem na oposição, diriam exatamente o mesmo, e com razão, mas, infelizmente, não são capazes de o reconhecer.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Porque é que o senhor não está a exigir ao Governo da República que cumpra aquilo que é a sua responsabilidade? É um parceiro amigo, não se fala dele!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra, para participar no debate, o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não sei quem é que está nas galerias, mas há uma coisa que eu sei: o direito à indignação é uma coisa que nos assiste, independentemente de quem estiver nas galerias.

E uma coisa que eu, em aparte, disse à Sra. Secretária Regional, quando a Sra. Secretária Regional, V. Exa., se dirigia às galerias, foi precisamente se a senhora tinha pedido desculpa a esta gente que está aqui atrás de mim, porque esta gente, mais do que lhe passar a mão pelo, mais do que promessas, merece um pedido de desculpas deste Governo Regional.

E o que estamos aqui a discutir são dois Projetos de Resolução sobre mais ou menos o mesmo assunto.

E, já agora, mais uma coisa, uma precisão: o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando pediu a palavra, as galerias ainda estavam vazias.

Deputado Mário Tomé (PS): Muito bem!

O Orador: Mas é só uma precisão, eu não sou advogado de defesa do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, mas é só para referir, para que fique claro.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estava era a televisão a transmitir!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ele sabia!

O Orador: Sim, estava a ver a televisão, sim, sim, como é óbvio. Nós também já não nos podemos indignar quando a televisão está acesa. Nós não nos podemos indignar quando há gente nas galerias.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode!

O Orador: Nós, no fundo, com a democracia do Sr. Deputado Paulo Estêvão, não nos podemos indignar.

Deputada Ana Luís (PS): Isso mesmo!

Deputado Tiago Branco (PS): Exatamente!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode!

O Orador: Não nos podemos indignar. Muito bem.

Há uma coisa que é certa, Sra. Secretária Regional, e o Sr. Deputado Vasco Cordeiro já aqui lembrou: o abastecimento à ilha das Flores ficou mais condicionado quando a senhora mandou embora o navio “Margarethe”.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Ainda não havia tempestade! Só se queixaram em dezembro!

O Orador: E fez um *post*, no dia 22 de outubro, na sua rede social Facebook, vangloriando-se pela atracação do navio da Transinsular na ponte-cais, como se tudo estivesse resolvido. Os senhores é que fizeram transparecer para a comunidade florentina que estava tudo resolvido. Não fui eu. Eu, por acaso, nesse dia, tive o cuidado de advertir que vinha aí mais qualquer coisa. Depois, veio uma tempestade.

E é verdade que ninguém tem culpa das tempestades, mas também é verdade que é preciso os Governos terem em atenção que tempestades como a Efrain e como outras vão passar quase todos os anos nos Açores, entre setembro e novembro. Isto é garantido. E, portanto, é urgente arrancar com as obras da proteção de urgência e com a obra definitiva do Porto das Lajes.

E como já aqui alguém lembrou, o furacão Lorenzo foi no dia 02 de outubro de 2019.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): 19!

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Em plena pandemia!

O Orador: Hoje é 16 de fevereiro de 2023! E o que está lá feito é a ponte-cais, que tinha sido lançada no início de 2020.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Bem bom!

O Orador: De resto, nada! Nada!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Nada, antes!

O Orador: E ainda bem que foram buscar agora um navio que fica dedicado às Flores e que pode garantir, eventualmente, durante alguns dias, o abastecimento à ilha das Flores.

Mas há, nesse Projeto de Resolução da coligação, ainda algo mais grave do que isso, que é a ânsia de que o Estado Português decrete o estado de calamidade para se proceder a ajustes diretos de uma obra daquele valor. E isto, Sra. Secretária, a senhora não vai ter da minha parte, nem que a vaca tussa!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Nem eu preciso disso!

O Orador: Não vai ter da minha parte qualquer aprovação.

Olhe, eu tenho aqui à minha frente, nem de propósito, recebi hoje: relatório do grupo de trabalho criado para a elaboração do plano de integridade pública, transparência e medidas anticorrupção. Não é com ajustes diretos de obras desta dimensão que se combate a corrupção, bem pelo contrário, fomenta-a.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Nem haverá!

O Orador: Ó minha senhora, deixe-me acabar de falar! Ficou logo incomodada quando eu falei dos ajustes diretos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sra. Secretária!

O Orador: Sintomático.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Sra. Secretária!

O Orador: Sintomático, Sra. Secretária, Sr. Deputado Paulo Estêvão, que ficam incomodados quando eu falo de corrupção e de ajustes diretos.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Não, não!

O Orador: Pois é. É o que acontece pelo país fora, é o que descredibiliza a classe política, é o que descredibiliza a classe dirigente, é o que descredibilizar a atuação

deste e de outros Governos nesta Região Autónoma dos Açores!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas não é isso que vai acontecer!

O Orador: Isto, minha senhora, não vai acontecer.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Não vai, não!

O Orador: E sabe porque é que não vai acontecer? Porque a Iniciativa Liberal vai votar contra esse Projeto de Resolução, porque não vai permitir ajustes diretos, custe o que custar. Há de custar mais dinheiro em manter o “Margarethe”. Há de custar mais dinheiro mandar outro navio abastecer as Flores. Porque a Iniciativa Liberal vai estar aqui atenta. Quer o abastecimento das Flores, mas também que não haja atropelos nesse tipo de obra, porque obras desse valor dão para muito financiamento partidário, mas não vai ser da Iniciativa Liberal que vai branquear. E mais uma coisa, Sra. Secretária Regional: isto que aqui está nesse Projeto de Resolução do CDS, PSD e PPM, sabe, minha senhora, o que é? Uma moção de censura à sua atuação!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vieira.

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Dos financiamentos, o senhor deve saber alguma coisa do tempo do PS que a gente não sabe!

Deputado Nuno Barata (*IL*): Sr. Deputado Joaquim Machado, o que eu sei é que sou pobre!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Eu também!

Deputado Nuno Barata (*IL*): E isso tem muito significado para mim!

Deputado Joaquim Machado (*PSD*): Eu tenho o meu trabalho! O meu trabalho é por concurso! Se é para falar, também digo tudo!

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Ricardo Vieira** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

Eu penso que, enquanto florentino e representando parte deles, mereciam mais respeito desta Casa do que o triste episódio que se passou há pouco. Não vou apontar o dedo a lado nenhum, nem à bancada do Partido Socialista, nem à bancada da coligação. Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, também não lhe vou apontar o dedo. Penso que este debate...

Deputado Nuno Barata (IL): Já apontou!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Foi quem interveio!

Deputado José Ávila (PS): Acabou de apontar o dedo!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Referiu toda a gente!

Deputado Nuno Barata (IL): A gente revela a juventude e a inexperiência.

O Orador: Foi meramente os intervenientes deste debate.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Pelo amor de Deus!

O Orador: Eu tinha a esperança que este debate fosse um debate construtivo, ...

Deputado Nuno Barata (IL): E é!

O Orador: ... produtivo para a ilha das Flores e não meramente um joguete político e de estarmos a medir quem fez e quem não fez.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Os florentinos, posso-vos garantir que nada lhes interessa se foi o Governo do Partido Socialista na altura que fez, que fez mal, se é este Governo que fez e fez mal ou fez bem, isso aos florentinos não interessa. Nós queremos a situação regularizada, para não degradação do nosso tecido económico e para a

nossa subsistência. Mais nada. Não queremos jogos políticos. Não queremos estar aqui no combate político e partidário.

Está em causa o abastecimento de uma ilha, uma ilha dos Açores. E eu tomaria esta posição se esta ilha fosse o Faial, fosse Santa Maria, fosse o Corvo, qualquer ilha que fosse. Não é por ser a minha ilha que eu tomaria uma posição completamente diferente.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Grande lição!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que triste espetáculo deu V. Exa. Só com o frenesim da transmissão televisiva, com o frenesim de dar aqui um *show* televisivo para a televisão, V. Exa. perdeu os papéis, V. Exa., perdoe-me a expressão, perdeu a educação, ...

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

Deputada Ana Luís (PS): Olha quem fala!

O Orador: ... porque V. Exa. viu a forma como se dirigiu à Sra. Secretária, tendo-lhe dito: a senhora isto... apontando, gesticulando, faltando à mínima cortesia que se exige neste Parlamento, para a dignidade deste Parlamento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Como é que é possível que V. Exa., um ex-Presidente do Governo Regional, se comporte desta forma? Como é que é possível, só devido ao frenesim da transmissão televisiva?

Deputada Andreia Cardoso (PS): É, é!

O Orador: Porque sabia que só o senhor seria transmitido pela televisão, porque às 18 horas terminava a transmissão.

Deputado Mário Tomé (PS): Como é que o senhor sabe?

O Orador: E, neste momento, V. Exa. já estará muito mais calmo, porque agora as câmaras de televisão já não estão a transmitir em direto o espetáculo que V. Exa. organizou.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Diz V. Exa.: arrogância e incompetência. Arrogância, incompetência, é isso que com V. Exa. qualifica o trabalho da Dra. Berta Cabral, ...

Deputado Berto Messias (PS): Deixe falar o Deputado Gustavo Alves!

O Orador: ... que não precisa de apresentações aos açorianos, que é respeitada por um grande número de açorianos pelo trabalho que fez, pela competência que demonstrou sempre ao longo da sua vida política. Todos lhe conhecem a energia, a competência.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Dra. Berta Cabral acumulou um capital de prestígio de uma vida longa na política ao serviço dos açorianos, em que demonstrou sempre a energia, sempre a competência que a caracteriza.

Aliás, há um sinónimo para o nome de Berta Cabral: as coisas acontecem, as coisas fazem-se, Dra. Berta Cabral, consigo.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Viu-se isso, aliás, quando estive nas Flores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Dr. Vasco Cordeiro, eu vivo numa ilha...

Deputado Carlos Silva (PS): E nós também!

O Orador: ... que, devido à incompetência, sim, de V. Exa., estive 50 dias sem abastecimento! 50 dias consecutivos sem abastecimento, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Quando este Governo assumiu a responsabilidade de governar, sabe quantas horas nós tivemos de ficar sem luz, sem eletricidade, na ilha do Corvo? 12 horas, porque os senhores nem reservas de combustível nos tinham deixado na ilha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): E nas Flores?

O Orador: E nas Flores, o PPM está à vontade.

Reconhecemos a incompetência e a arrogância de V. Exas. Há uma diferença que é fundamental em relação ao atual Governo: o atual Governo reconhece os problemas, identifica os problemas, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Seriedade!

O Orador: ... corrige as situações em que, de facto, a solução apontada não foi a melhor, mas corrige, com a humildade de quem está a trabalhar pelo povo açoriano de forma séria!

Deputado Berto Messias (PS): O Sr. Diretor da Mobilidade foi muito humilde!

O Orador: E eu vou-lhe dizer uma coisa: sabe o que é isto? Isto é o projeto que o PPM apresentou porque o abastecimento nas Flores entrou em rutura quando V. Exa. era o responsável! Onde é que está a incompetência quando V. Exa. deixou a ilha do Corvo e a ilha das Flores entrar em rutura de produtos essenciais? Coisa que nunca aconteceu com este Governo, neste momento!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E V. Exa., agora, vem desvalorizar, porque o navio não é importante, o importante são as obras. Sim, o importante são as obras, mas os empresários e a população do Corvo e das Flores vão viver do quê durante este período em que é necessário fazer o abastecimento? É necessário que lá seja colocado um navio ao serviço das Flores, exclusivamente ao serviço das Flores, para aproveitar todas as aberturas. Perceba isto, porque o senhor não percebeu isto anteriormente!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E foi por isso que não resolveu o problema destas ilhas anteriormente. E foi por isso que ficámos 50 dias sem abastecimento no Corvo.

E a experiência do Corvo demonstra que se tivermos um navio especificamente dedicado àquela rota, tendo a oportunidade de aproveitar todas as janelas de

oportunidade, o que se demonstrou é que funciona, Sr. Deputado! Funciona, Sr. Deputado! Agora, o senhor não teve a hombridade de colocar este navio no seu tempo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Então porque é que o mandaram embora?

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é que o mandaram embora?

O Orador: Ó Sr. Deputado, e vem aqui o senhor falar de requerimentos?! Eu estive três anos sem que o senhor me respondesse a requerimentos, Sr. Deputado! Como é que é possível que me venha falar nesta matéria, logo quando o Sr. Deputado se recusou sempre a responder aos requerimentos e a alterar o prazo? Agora são 30 dias. No seu tempo eram 60 dias e nem esses respeitava!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado, também lhe quero dizer o seguinte: a sua proposta é a proposta do Pilatos, é a proposta da estratégia do Partido Socialista neste momento, é lavar as mãos, é deixar que o Governo da República não assume responsabilidades, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: ... porque o senhor sabe perfeitamente, e o seu medo é esse, que o Governo da República está a tentar asfíxiar economicamente o Governo dos Açores, para um derrube antidemocrático contra a autonomia dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Porque se a calamidade for decretada por parte do Governo da República, o Governo da República tem que assumir as suas responsabilidades nesta matéria, tem que assumir as responsabilidades nesta matéria. E o que os senhores querem

não é isso. O que os senhores querem é que o Governo da República não assuma responsabilidades nenhuma, porque o que o Sr. Deputado, nesta matéria, pretende é que seja exclusivamente o Governo dos Açores a pagar esta obra. Nós estamos disponíveis para fazer a nossa parte, não tenha dúvidas, mas o Governo da República tem aqui um dever de lealdade, tem aqui um dever de ajudar a Região, como o fez anteriormente quando o senhor era Presidente do Governo! Ah, agora já não existe solidariedade nacional? Agora já não há deslocções do Primeiro-Ministro? Agora já não há responsabilidades da República nesta situação? É por isso que o senhor não quer aprovar. É por isso que o senhor não apoia esta proposta do PPM, do CDS e do PSD.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, Sr. Deputado Nuno Barata, também lhe quero dizer o seguinte...

Deputado Nuno Barata (IL): É melhor não dizer!

O Orador: Diz V. Exa.: então, mas não era previsível, numa Região como a nossa, que acontecessem tempestades e estragos? Não era previsível? Os senhores podiam ter antecipado esta situação. Podiam ter, como V. Exa. antecipou quando apresentou uma proposta, no âmbito do Orçamento, para acabar com a isenção das taxas portuárias na ilha das Flores! E que foi chumbada aqui nesta Câmara!

Deputado Nuno Barata (IL): Mas o que é que as taxas portuárias têm a ver com isso?

O Orador: Exatamente porque vivíamos numa situação, foi o que lhe foi dito na altura, de fragilidade, em que se percebia perfeitamente que este não era, ainda, um problema resolvido.

Deputado Nuno Barata (IL): Não tem nada a ver com isso!

O Orador: E V. Exa., nessa altura, apresentou aqui essas propostas. Porque é que

não fez essa previsão na altura, Sr. Deputado? Porque é que não foi tão inteligente a prever o que agora diz que o Governo deveria ter previsto também? Ó Sr. Deputado, bem prega Frei Tomás...

Deputado Nuno Barata (IL): Eu vou-lhe explicar.

O Orador: Muito bem.

Já tenho só sete minutos. Vou reservar-me para uma segunda ronda, que vai ser necessária. E para uma terceira ronda também, que também vai ser necessária.

Deputado Berto Messias (PS): Deixe o Sr. Deputado Gustavo Alves falar!

O Orador: Portanto, Sr. Deputado António Lima, numa próxima ocasião também irei responder a V. Exa., que também merece uma boa resposta.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças. Faça favor, Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Nuno Barata (IL): O Grupo Parlamentar quer ir-se embora amanhã!

O Orador: A questão que aqui nos traz é muito relevante, em primeiro lugar, para os florentinos. Mas não deixa de ser uma questão também muito relevante para os açorianos e para o regime autonómico.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E não pode nem deve ser usada para questiúnculas partidárias, mas,

mais do que isso, para lutas internas dentro do Partido Socialista.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): É mais lutas internas dentro do Governo! É mais isso!

O Orador: Porque, Sras. e Srs. Deputados, hoje, aqui, em direto, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro abriu as hostilidades contra o Deputado Francisco César.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Abriu e inaugurou a campanha eleitoral interior ao Partido Socialista, usando as florentinas e os florentinos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro devia ser a última pessoa, em todos os Açores, a acusar alguém de arrogância e de incompetência. Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a sua arrogância e a sua incompetência vão daqui até à lua! O senhor desgraçou a SATA, o senhor desgraçou os Açores e continuou a marchar sozinho como se tivesse razão! O senhor é a última pessoa a poder falar de arrogância ou de incompetência nesta Região! O senhor é o pai, o filho e o espírito santo da arrogância e da incompetência nos Açores!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Que horror!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é que é importante para os florentinos!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, sabem porque é que começou a campanha eleitoral dentro do Partido Socialista, hoje, aqui, à custa dos florentinos? Porque o Deputado Francisco César, há poucos dias, aliás, na segunda-feira, disse que não é compreensível que o Governo Regional tenha avançado com as obras nas Flores sem garantir a respetiva candidatura. E o que é que diz o Deputado Vasco Cordeiro? Já deviam ter avançado e em força.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

E, portanto, precisamos saber com qual dos Partidos Socialistas estamos a dialogar, se é com o Partido Socialista do Deputado Vasco Cordeiro, que diz que avança em força, ou se é com o Partido Socialista do protocandidato Francisco César, que diz que não deviam ter avançado com as obras sem ter a candidatura aos fundos comunitários.

Deputado Manuel Ramos (PS): Falta de argumentos, Sr. Secretário!

Deputado Berto Messias (PS): Os florentinos estão muito preocupados com isso! Isso é que interessa aos florentinos!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, em que é que ficamos? Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quem é que ainda manda no Partido Socialista, é o senhor ou o Deputado Francisco César? Soubemos que foi Carlos César que o colocou na cadeira de Presidente do Governo. E o senhor não teve que fazer muito esforço. Pela sua incompetência e arrogância, conseguiu perder aquilo que lhe tinham dado. E,

agora, parece-me que lhe estão a tirar de novo, desta vez com razão, o tapete e a preparar uma candidatura.

Deputado Berto Messias (PS): Jesus!

O Orador: Este caso é evidente. Francisco César diz que não deviam ter começado as obras sem a candidatura. Vasco Cordeiro diz: em frente e em força, já estão é atrasados. Em que Partido Socialista confiamos? E como é que podemos encarar esta situação?

Deputada Andreia Cardoso (PS): E as Flores, Sr. Secretário? E as Flores?

Deputado Berto Messias (PS): Isso é que é importante para os florentinos!

Deputado Manuel Ramos (PS): O senhor nunca ganhou uma eleição!

O Orador: Mas, em relação a esta matéria, quero também que fique aqui clara uma matéria e eu gostaria que todos me respondessem ou que pensassem e pusessem a mão na consciência: ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já se “chuta para canto”!

O Orador: ... se o Governo da República quisesse, de facto, cumprir a solidariedade anunciada, tinha chegado dinheiro aos Açores ou não tinha? Tinha, sim, senhor! Tinha, sim, senhor!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Governo Regional já pagou mais de 25 milhões de euros, sem 1 euro da República! Tem mais de 16 milhões de euros para pagar, sem 1 euro da República!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Silva (PS): Então, o senhor avança e não tem dinheiro? O

senhor avança sem dinheiro?

O Orador: Nós estamos a fazer a nossa parte. O que é que o senhor e o Deputado Francisco César estão a fazer, para além do início de campanha interna? É esta a questão que deve ficar para as açorianas e para os açorianos.

Repito: alguém acredita que se o Governo da República quisesse cumprir com a sua solidariedade, a solidariedade anunciada com o Governo dos Açores, alguém acredita que o dinheiro já não tinha vindo?! Alguém acha que o dinheiro já não tinha vindo?! É claro que tinha vindo! Veio 20 milhões com a antecipação em 2019.

Deputado Manuel Ramos (PS): Para o aeroporto não veio!

O Orador: Em 2019, o Governo da República deu 20 milhões para esta causa, antecipadamente. E, agora, diz: concorram aos fundos de 2030. E ainda não se sabe se querem que a Região concorra, ou a República. Certamente, vão tentar que seja o que prejudique mais as finanças públicas dos Açores, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): É a sua responsabilidade!

Deputado Manuel Ramos (PS): A culpa é sempre dos outros!

O Orador: ... porque, neste caso, o que está em causa é que nós, para defendermos os interesses dos florentinos, estamos a pôr em causa as finanças públicas regionais, porque, na República, a solidariedade anunciada tornou-se numa solidariedade partidária meramente.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E, para terminar, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a respeito da presença, ou não, da Sra. Secretária Regional Berta Cabral nas Flores, eu digo: é muito triste o papel que o senhor foi fazer lá em 2019. Não teve o mínimo de

senso para mandar retirar os barcos e os contentores. Ficou a olhar para aquilo como se nada se passasse. E, depois, pediu solidariedade à República.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é mentira! Isso foi o que aconteceu agora!

O Orador: Isso é que é incompetência! O senhor parece que nunca viu o mar! O senhor parece que não é de uma ilha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Estava lá, com o seu casaco da proteção civil, a ser filmado para a comunicação social, a ver o mar levar os barcos e os contentores, que muito prejuízo causaram!

Deputado José Ávila (PS): Isso é uma vergonha!

O Orador: Isso é o que o senhor faz, isso é o que os senhores sabem fazer, usar a solidariedade, usar as imagens para proteger os seus interesses político-partidários!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Gustavo Alves.

Deputado Berto Messias (PS): Que grande contributo do Sr. Secretário das Finanças para os habitantes da ilha das Flores!

(*) Deputado Gustavo Alves (PPM): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As minhas palavras, a partir desta bancada, vão para os florentinos em geral, que

estão a sofrer, como toda a gente sabe, com a falta de alguma regularidade do transporte marítimo na ilha das Flores, devido ao furacão Lorenzo e, agora, através da tempestade Efrain, que fez sofrer uma abertura no enraizamento do cais comercial da ilha das Flores.

Em especial, uma palavra de cumprimento e também de saudação aos nossos comerciantes. Parte está aqui. Uma grande parte está nas Flores. E que têm tido alguma irregularidade e alguns constrangimentos com a sua carga.

Mas o que eu quero dizer aqui, muito frontalmente, é ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro: o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, quando falou aqui de um requerimento que não recebeu resposta, não sei do vosso requerimento, eu sei que o Grupo Parlamentar do PPM fez um requerimento e recebeu a sua resposta. O requerimento 494, já há meses... E o requerimento o que é que nos trouxe? Pedimos todas as vistorias do porto comercial das Flores. O que é que tivemos? Tivemos apenas uma exposiçãozinha a explicar a história do porto, em que começa a dizer que a última recarga de tetrápodes naquele porto foi em 2006. Não houve mais nenhuma manutenção naquele porto. 13 anos. 2006. Não houve mais nenhuma recarga.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Outra coisa: um relatório confidencial, que passa a ser agora público ou desde que eu recebi o requerimento, faz referência a dizer que o porto está ligeiramente degradado. 2011. O que é que fizeram? Não fizeram nada.

Deputado Flávio Soares (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Daí para a frente, o que é que aconteceu? Tempestades: 2013, tempestade tropical “Melissa”; 2015, furacão “Joaquim”; 2016, tempestade tropical “Gaston”. Tudo com 7 e 10 metros ou mais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Confirma aquilo que o Deputado Nuno Barata disse.

O Orador: Sempre a fragilizar o porto, sempre a bater no mesmo olho. O que é

que o Partido Socialista fez? Não fez nada!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O que é que ficamos a comprovar com isto?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, você fez referência a incompetência e incapacidade.

Deputado João Vasco Costa (PS): Você não, Sr. Deputado!

O Orador: A incompetência e a incapacidade é vossa! Não fizeram manutenção nenhuma naquele porto. Esconderam o problema, à espera de uma tempestade como esta que revirasse o porto todo, escangalhasse aquilo tudo, e dissesse: a culpa é das tempestades. Isso é transversal a várias obras marítimas pelos Açores abaixo. Isso é transversal.

Deputado Berto Messias (PS): É o Adamastor!

O Orador: Em 2019, veio a tempestade Killian. Foi aí que abriram os olhos. O que é que o Partido Socialista, o Governo do Partido Socialista fez? Contratou um projeto para a reparação e reabilitação desta infraestrutura. Vamos lá ver o que é que tem nesse projeto:

Reparação e reabilitação do manto de proteção do molhe, especialmente no seu enraizamento e transição à cabeça. Enraizamento, é onde temos a abertura agora dessa tempestade Efrain, pronto;

Reabilitação e reforço dos mantos de cabeça do molhe, mais uma coisa;

Reparação ou reconstrução do pavimento da plataforma do cais. Já nem os empilhadores podiam passar no cais, já não podiam, era um sinal de fragilidade;

Reabilitação do muro cortina nas zonas afetadas e eventual aumento de quota de coroamento.

E por aí abaixo...

O que é que isso quer dizer? Já era necessário um porto novo! V. Exas. não fizeram manutenção naquele porto! A culpa desta situação é vossa!

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): E eu a pensar que era do Adamastor!

O Orador: Finalizo só a dizer que toda essa intervenção do Sr. Vasco Cordeiro só tem uma coisa a dizer: sentimento de culpa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) Deputado José Pacheco (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, logo, não se esqueça, a gente vai ficar aqui até à exaustão. Eu não tenho preocupações. Os senhores é que deviam ter.

Açorianos, especialmente os florentinos, quando vim para esta Casa ou quando tomei a decisão que poderia vir para esta Casa, era precisamente isto que eu não queria, era precisamente isto que eu queria fazer diferente.

Sr. Deputado António Lima, que eu ouvi o seu comentário: porcaria. Cada um sabe de si.

Deputado Nuno Barata (IL): Portaria!

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor está ouvindo mal!

O Orador: Ah, eu percebi porcaria, peço desculpa. Peço desculpa. Eu estou

ouvindo mal, mas, às vezes, se calhar, até ouço o que querem dizer.

Sr. Deputado José Eduardo, Sr. Deputado Gustavo, Sr. Deputado Ricardo... Onde é que ele está? Já fugiu. Está aí, pronto. Os senhores são os legítimos representantes das Flores, como nós também somos todos. E a minha preocupação, enquanto político, enquanto membro desta Casa, é poder acudir os açorianos num momento difícil. O que eu estou a ver aqui não é nada disto. O que eu estou a ver aqui é um arraial digno de um circo de Carnaval, enquanto nas Flores as pessoas vão padecendo. Isto já não é a primeira vez. E, certamente, não será a última.

Açorianos, vocês quando votam nas pessoas que dizem que vos vão defender, eles não vos vão defender, eles estão preocupados com os seus partidos, com a sua vida pessoal, eles estão preocupados consigo. Isto não é razoável. Isto não é razoável. Nós temos que defender as pessoas, as pessoas em primeiro lugar, as ideologias em segundo lugar, tudo o resto é secundário, tudo o resto é acessório, tudo o resto não serve para as pessoas.

E os senhores dão sinais de cada vez mais estarem dentro de uma bolha, esquecendo das pessoas. Infelizmente, é isto. Comigo não contam para arraiais. Quando eu quiser Carnaval, trago a peruca...

Deputado Carlos Silva (PS): Não é preciso!

O Orador: ... ou então trago o tridente do diabo e enfio em cada um.

Agora, não contem comigo para estar a ouvir esse espetáculo deprimente sobre uma ilha que foi fustigada, mais uma vez. E os senhores estão aqui: quem é que leva a medalha? Quem é que leva a taça? Quem é que leva a bicicleta? Não é aceitável!

Deputado José Contente (PS): Ou seja, o Carnaval é todo o ano!

O Orador: Na sua casa deve ser! Não minha não é! Na minha casa não moram palhaços!

Deputado José Contente (PS): Não conheço a sua casa, nem quero!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Nuno Barata, depreendi da sua intervenção que votará contra a Resolução da coligação e, eventualmente, favoravelmente, não se percebeu, mas favoravelmente a do Partido Socialista. E digo isso porquê? Eu ia-lhe dizer porque é que eu ia intervir, porque aquilo que o Sr. Deputado Paulo Estêvão estava a falar da alteração do Orçamento é aquilo que está no ponto 2 e no ponto 3 desta Resolução.

Deputado Nuno Barata (IL): Voto contra. Não se preocupe, Sr. Deputado Rui Martins.

O Orador: Pronto, então, sendo assim, há coerência na sua intervenção. Está com a sua coerência.

De qualquer das formas, o que considero que é importante dizer, e vou-me dirigir ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, porque o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, num rasgo de arrogância, truculência e má educação, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): A diferença é que não tem maioria absoluta!

O Orador: ... resolveu puxar dos seus galões dizendo que foi o melhor Presidente, o mais proativo, aquele que melhor defendeu os interesses das Flores, quando, no fundo, e o Sr. Deputado Gustavo Alves também já aqui demonstrou, era sabido e era dito por quem conhece aquele porto e quem conhecia aquele porto que o mesmo estava a ruir. E o Sr. Deputado, agora Deputado, na altura, por desmazelo do seu Governo, é responsável pelo estado de coisas daquele porto e pelo estado atual dele.

Deputado Gustavo Alves (PPM): E de outros!

Deputada Ana Luís (PS): Sim, só faltava sermos responsáveis!

O Orador: Obviamente, não é responsável pela tempestade, não é responsável pelo furacão, mas é responsável pelo desmazelo, aliás, como já foi falado nesta

semana, aquilo que é o rol de obras públicas e o desmazelo dos seus Governos na falta de manutenção, desde as escolas, aos centros de saúde, aos hospitais, ao porto.

E a única coisa que o Sr. Deputado, na altura Presidente, teve para oferecer foi uma figura esfíngica a olhar o porto, a olhar os barcos, a olhar...

Deputada Ana Luís (PS): Paciência, não sabem do que é que estão falando!

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Impassível, para não fugir da câmara!

O Orador: Exatamente, um bom enquadramento, uma boa figura de liderança esfíngica a olhar para os contentores, que, depois, no dia a seguir, estavam no meio do porto. Esse foi o facto.

E, por isso, devo dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que o Sr. Deputado não tem autoridade moral para pôr em causa o trabalho que este Governo já desenvolveu para resolver os problemas no abastecimento da ilha das Flores. O senhor não tem autoridade moral para pôr em causa esse trabalho.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

O Orador: E, depois, também devo dizer, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que, agora, vem considerar ilegítimo que este Governo Regional tenha à sua disposição os mesmos instrumentos que o seu Governo Regional teve à disposição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: É isso que o senhor está a dizer. Este Governo não tem legitimidade para usufruir dos mesmos mecanismos legais que o Sr. Deputado teve enquanto era Presidente do Governo Regional.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Termina a minha intervenção e não pretendo sequer usar mais tempo, com uma pergunta que lhe deixo, Sr. Deputado. A pergunta que lhe deixo é: onde é que está a solidariedade do seu Governo da República, anunciada aquando da passagem do furacão Lorenzo, para com os açorianos, para com os florentinos? É isso que eu lhe pergunto: onde é que está essa solidariedade? Porque, agora, pela voz do seu Deputado à República, Francisco César, ficámos a saber que, afinal, estamos deixados àquilo que sejam os desígnios do deus-dará, ou seja, ou este Governo Regional põe mãos à obra e avança com o dinheiro, pondo em causa eventualmente outros investimentos da Região e, depois, esperará por algum reembolso, porque a anunciada solidariedade da altura, na verdade, já se viu, foi única e exclusivamente para ganhar eleições, Sr. Deputado. É essa a vergonha de encher o Partido Socialista.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, eu gostava de fazer um reparo: os apartes nesta Casa são regimentais, são admitidos aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo, mas não são admitidos a outro pessoal que esteja a acompanhar os Grupos Parlamentares ou o Governo. E, portanto, peço que, junto dos vossos colaboradores, tenham isso em atenção. Eu não estou a particularizar ninguém, mas tive já por duas vezes a queixa de um Sr. Deputado de que há alguém que, não sendo deputado, está a mandar apartes quando ele está no uso da

palavra.

E vou dar a palavra para participar no debate...

Uma interpelação. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, é um pedido de esclarecimento à Mesa ou pelo menos um alerta para que seja averiguado, porque há um requerimento sobre o qual foi feita referência, o Sr. Deputado Gustavo Alves, do PPM, que está no site da Assembleia, com um conjunto de anexos. Esse requerimento, na sua capa, tem uma classificação de confidencial, mas a password está junto com o mesmo ficheiro.

Eu solicito à Mesa que averigue se há esta classificação ou não. Se ela existe, porque é que a password está disponibilizada ao público em geral? Que é para evitar situações como já tivemos, de aparecerem relatórios confidenciais nos jornais e, depois, serem levantados processos contra desconhecidos pelo Governo e, depois, nós sermos chamados a depor.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado, pode-me repetir o número do requerimento?

(*) **Deputado António Lima (BE):** 480... 494.

Deputado Gustavo Alves (PPM): 494.

Presidente: Já que estamos a falar em requerimentos, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro tinha-me colocado uma questão relativamente ao requerimento 537/XII. Ainda não foi respondido. O Governo está em atraso na sua resposta em três dias, neste momento.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Três dias!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Três dias sobre o novo prazo! Se fosse o antigo ainda estava...

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, muito rapidamente mesmo. Em primeiro lugar, para me dirigir ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, para esclarecer a intenção não concretizada por via do chumbo em sede do Orçamento da questão das taxas portuárias, razão a mesma que me leva a votar contra o Projeto de Resolução do Partido Socialista aqui em causa, por uma razão muito simples, Sr. Deputado: a Região e todos os contribuintes da Região já estão a fazer um esforço, mais do que aquele que lhes é pedido, para o abastecimento das suas ilhas, para garantir o abastecimento à ilha das Flores. E, nesse sentido, não faz qualquer sentido, passo a cacofonia, haver aqui uma duplicação de apoio.

E se o Governo Regional, agora, depois de ter mandado o navio “Margarethe” para fora, o foi buscar de novo, não faz sentido, depois desse esforço financeiro suplementar, que garante o abastecimento à ilha das Flores ao mesmo custo de um contentor que chega à Praia da Vitória ou à Horta, que os empresários das Flores sejam isentos de taxas e os empresários da Horta e de Ponta Delgada e da Praia da Vitória não sejam isentos de taxas portuárias. E esta é só a razão da coerência que me leva a isso, por uma razão simples: como o Sr. Deputado disse, e bem, quem vai suportar os custos do “Margarethe” é o Fundo Regional de Coesão. E o Fundo Regional de Coesão é constituído pela solidariedade de todos os açorianos para a sua constituição, de todos os açorianos, com especial incidência nos açorianos que residem nas ilhas de São Miguel e Terceira, que são aqueles que poderiam pagar muito mais barato o combustível, os transportes, até nas prateleiras dos supermercados, mas que não o fazem, e bem, em solidariedade com os outros açorianos de todas as outras ilhas dos Açores.

Uma última palavra para o Sr. Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública. Eu percebo a sua indignação com a República, mas, Sr. Secretário, custa-me imenso, eu sou um autonomista convicto, custa-me imenso que o nosso autogoverno não sirva senão para estar de mão estendida com a República ou de mão estendida com a União Europeia.

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Qual mão estendida?

Deputado Joaquim Machado (PSD): É exigir o que é nosso por direito!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Nós não estamos de mão estendida! Isso é um atentado à autonomia!

Deputado Berto Messias (PS): Está nos manuais de ciência política: tática do inimigo externo!

O Orador: Isto custa-me e di-lo-ei sempre: fomos incapazes, nesses últimos 45 anos, já vamos a caminho quase 50 anos de autonomia, de sermos autónomos, de termos dignidade, de gerirmos os nossos recursos e de sermos livres, coisa que não somos, porque andamos sempre e permanentemente de mão estendida a Lisboa ou a Bruxelas!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo.

(*) **Deputado José Eduardo (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Gustavo, um aparte muito rápido, porque o tempo urge: vejo que, daquela tribuna, o senhor não é mesmo que era em 2019. E os registos no seu Facebook...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Já sabia que vinha com o Facebook.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Vem aqui com o Facebook, pelo amor de Deus!

O Orador: Pronto, o senhor lembra-se daquilo que criticou, aliás, até, da parte de todos os dirigentes partidários da ilha, teve uma Assembleia Municipal para debater os problemas. O senhor criticava insistentemente, eventualmente com razão.

Agora, vou-lhe só dizer uma coisa: segue um conselho de amigo, para as senhoras de má-língua, com os netos de barriga cheia antes de irem para o liceu em São Miguel, comentadoras da desgraça do Grupo Ocidental. O senhor não disse o

mesmo do seu Diretor Regional, Rui Coutinho.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é que é!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Coisa que V. Exa. não fez!

Deputado Berto Messias (PS): Mandar os florentinos plantar batatas!

O Orador: Sabe uma coisa? O senhor esquece-se das posições do Conselho de Ilha, das Assembleias Municipais e de ambos os Presidentes das Câmaras florentinas, em defesa do rápido estabelecimento de mercadorias por via marítima, logo a seguir ao Lorenzo.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Esteve sempre calado, Sr. Deputado! Não tem moral para dizer isso!

O Orador: Isso é falso, Sr. Deputado! Estou-lhe a dizer.

Também se esquece que não é por falta de avisos. Sete ofícios desde que este Governo está em funções, do Conselho de Ilha, sobre o Porto das Lajes das Flores. Sete.

E, atenção, a única coisa que ouvimos são incoerências.

Deputado Gustavo Alves (PPM): O transporte regular, qual é o problema?

O Orador: Olhe, prevê-se o lançamento de procedimentos de contratação da empreitada para o final de julho de 2021.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que é que o senhor disse depois do furacão?

O Orador: A seguir, prevê-se para o primeiro trimestre de 2022.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Quem é que disse isso?

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

Faz favor, Sr. Deputado.

Deputado José Ávila (PS): Deixem o Sr. Deputado falar!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode falar!

Deputado José Ávila (PS): Era só o que faltava! Olhe, isso é o que faltava!

Presidente: Faz favor, Sr. Deputado.

O Orador: Para o Sr. Deputado Gustavo e para o Sr. Deputado Ricardo, eu vou voltar já ao ponto que estamos aqui para debater.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, é porque o senhor esteve sempre calado!

O Orador: Mas também para dizer que não pode ser sempre chamar-me e ao PS de mentiroso. Aí fez um papel exímio de defesa. Não tem sido isso que o senhor tem feito, comigo pelo menos, em defesa das Flores. Quer fazer um papel em defesa das Flores? Eu estarei consigo a fazê-lo, Sr. Deputado Ricardo Vieira. Agora, nem sempre quando se alerta é para ser criticado.

Deputado Flávio Soares (PSD): Já que não o fez até 2020, que o faça agora!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quais foram os seus alertas antes?

O Orador: Voltemos ao Projeto de Resolução, que eu acho que já muito foi dito. Os florentinos têm sentido, nos últimos meses, grandes constrangimentos no abastecimento, com ruturas frequentes, de um conjunto de mercadorias, que afetam não só os consumidores, mas também toda a economia da ilha.

E voltemos ao Projeto de Resolução que o PS aqui apresentou e que recomenda ao Governo Regional uma solução rápida, recorrendo às medidas excecionais de contratação pública aplicáveis aos procedimentos de ajuste direto e que a Sra. Secretária, em certa parte, já concordou. Pelo menos depreendi das suas palavras. Também queremos dizer que um dos outros pontos resolutivos é criar um apoio extraordinário temporário até à normalização do abastecimento à ilha das Flores, ao setor privado da economia da ilha afetado pelas dificuldades e irregularidades de abastecimento por via marítima.

Deputado Gustavo Alves (PPM): Diga as datas dos navios!

O Orador: Eu estou a debater a Resolução, outros aqui não o fizeram.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Recomendamos, igualmente...

(Diálogo entre os Deputados)

Sr. Presidente...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu vou suspender os trabalhos!

Deputado José Ávila (PS): Vamos suspender!

Deputado Berto Messias (PS): É melhor um intervalo de meia hora!

O Orador: Sr. Presidente, eu não consigo...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado José Eduardo continue a sua intervenção.

O Orador: Eu mantive-me em silêncio em todas as intervenções.

Como terceiro ponto resolutivo, recomendamos, igualmente, como medida de mitigação dos prejuízos dos empresários florentinos, a isenção das taxas portuárias e aeroportuárias aplicadas à carga e descarga de mercadorias com origem ou destino à ilha das Flores.

Outra medida preconizada nossa, o nosso ponto resolutivo quatro, é a criação de um regime que prioriza a mercadoria com origem ou com destino à ilha das Flores em particular.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É o que se faz sempre!

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, aí a Sra. Secretária não me vai dizer, porque eu, infelizmente, sou novo nestas andanças, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Novo?! Há 16 anos que está aqui!

Deputado José Ávila (PS): O senhor não percebeu!

O Orador: ... trago escrito e não é por estar, aqui, hoje, esta delegação, já trazia isto escrito, é absolutamente inacreditável aquilo que o Sr. Presidente do Governo venha a atribuir aos enormes constrangimentos, atribui a São Pedro ou a Adamastor.

Deputado Manuel Ramos (PS): Ao Adamastor!

O Orador: Queremos saber, também, e repudiamos, mas queremos saber se o Sr. Presidente e a Sra. Secretária concordam com aquelas que foram as declarações do seu Diretor Regional, a dizer que os florentinos plantassem batatas e fossem cultivar os produtos que precisam. Repudiamos essa falta de respeito e desprezo por todos os que vivem e trabalham nas Flores.

Chega de passar culpas. Todos os alertas do Conselho de Ilha, todos os alertas que fiz em requerimentos já deram tempo, desde outubro 2020, para que o Governo atuasse celeremente no Porto das Lajes das Flores.

Hoje, este Governo de coligação não tem procurado escutar os florentinos e compreender as suas dificuldades.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Falso! É falso!

O Orador: Este Governo deve passar a ter mais atenção para com os empresários das Flores – empresários, está escrito, não foi porque eles estavam aqui –, que, apesar dos constrangimentos causados, ainda têm que vir às suas custas reunir no Faial com a Secretária Regional, porque nunca houve disponibilidade nem da Secretária nem do Presidente do Governo para ir às Flores reunir e perceber as suas dificuldades.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Lamentável!

O Orador: São eles, e espero que bem, que vêm apresentar soluções, como seja

a utilização do navio “Thor”, que se encontra afeto ao serviço da Região, para que realize as viagens necessárias e intercalares entre as viagens regulares de navios de cabotagem insular, para repor e garantir um melhor abastecimento de stocks, evitando rutura de stocks.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é o que tem feito!

O Orador: Se Maomé não vai à montanha, vem a montanha a Maomé. Embora neste caso seja de lamentar a postura do Governo.

Um bem-haja aos empresários por continuarem a lutar.

Mas, Sra. Secretária, ainda no passado dia 05 foi às Flores.

Deputado Flávio Soares (PSD): Afinal, não tinha ido...

O Orador: Mais uma vez, a centralidade deste Parlamento ficou fora da porta. Os três Deputados da ilha das Flores não foram convidados para acompanhar nem foram convidados para a apresentação de mais um projeto, que, em bom rigor, é igual a julho de 2020, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É o mesmo!

O Orador: ... que não foi apresentar projeto nenhum.

Já agora, pedia-lhe se depois puder disponibilizar à Mesa ou a esta Câmara os 19 slides que apresentou, porque estes não se conseguem visualizar muito bem e podem ter alterações aos prazos.

Sr. Secretário Duarte Freitas, vou lembrar-lhe a visita estatutária de 30 de setembro de 2022 às Flores, em que o Sr. Presidente do Governo anuncia que a ponte-cais estará concluída.

E para que não haja aqui nem Francisco César nem Vasco Cordeiro, ...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Ah, não interessa!

O Orador: ... vou-lhe dizer só uma coisa: trata-se de valências que, e bem, foram sugeridas e adotadas nesta obra, disse o líder do Executivo. E que não havia, nesta fase, derrapagens de prazo nem financeiras. Questionado, na altura, sobre os

valores a assegurar, e aqui é que é a questão que eu lhe quero dizer, porque, há pouco, o senhor tentou iludir, questionado sobre os valores a assegurar pelo Governo dos Açores, o Governo da República e a União Europeia, em função do orçamento total, o líder do Executivo referiu que isso será organizado com a empresa Portos dos Açores, através de contratos-programa e contando, desde a primeira hora, com a solidariedade do Estado Português para receber as verbas necessárias para o que está projetado, no valor de 196 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que ele está?

O Orador: Bolieiro referiu que teve a oportunidade de articular isso com o Primeiro-Ministro e o seu gabinete, ou seja, as verbas até ao limite que estava determinado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que ele está?

O Orador: O Sr. Secretário veio aqui lançar fumo para uma coisa que está completamente esclarecida pelo Sr. Presidente.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Onde é que ele está? Onde está o dinheiro?

O Orador: Pergunte ao Sr. Presidente!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

(Duarte Freitas): Onde está o dinheirinho?

O Orador: Sra. Secretária, na sessão de perguntas que tivemos em setembro, alertei para a conclusão da ponte-cais, seria uma obra importante, ...

Deputado Gustavo Alves (PPM): Visionário!

O Orador: ... mas que também, se não houvesse rapidamente a proteção e o arranque da obra do molhe, iria ter constrangimentos, porque aquela obra não consegue fazer a atracagem sem uma proteção do molhe. E a Sra. Secretária respondeu-me que se trata da obra mais importante deste Governo. O que seria se

não fosse?

Bem, a finalizar, por agora, e porque preciso de finalizar, eu digo-lhe: no Egito existiram sete pragas, mas os florentinos sofrem da oitava praga, que é a falta de compromisso por parte deste Governo Regional para com a ilha das Flores.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma vergonha!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) Deputado Carlos Furtado (Independente): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Que eu tenha ideia, não houve nenhuma iniciativa aqui nesta Assembleia, durante essa legislatura, que recomendasse ao Governo que acelerasse o processo de recuperação do molhe do Porto das Flores. Não me lembro disso. E não me lembrando disso, assumo também culpa da minha parte de não ter apresentado nenhuma iniciativa neste género, nem eu nem mais nenhum dos Deputados. Julgo eu, posso estar errado. O que quer dizer que também a culpa, de alguma forma, da obra ainda não está sendo executada pode ser minha, porque não recomendei ao Governo que acelerasse esse processo.

Deputado José Ávila (PS): Ah, isso é que o faltava!

O Orador: Nem eu nem os outros Deputados.

Agora, usar aqui a infelicidade de uma tempestade que voltou à sua ilha das Flores para fazer disso um momento político, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): É verdade!

O Orador: Eu acho que temos que fazer a nossa mea-culpa, a nossa mea-culpa da manutenção que não foi feita em tempo, e esquecemos isso, mas também a mea-culpa dessa legislatura, que já tem quase três anos de exercício, em que nenhuma das Sras. e dos Srs. Deputados se preocuparam com a necessidade de resolver aquele problema. E, outra vez, assumo a mea-culpa, porque, enquanto membro do grupo do furacão Lorenzo, enquanto estive nas obras do Porto das Flores, eu não tenho ideia de alguém ter alertado lá ou ter feito perguntas aos técnicos que nos acompanharam nessa visita à obra, de terem alertado da necessidade imperiosa – que veio a revelar-se que sim, que existia – de resolver rapidamente o problema do molhe de proteção daquele porto.

Ora bem, agora, aproveitando essa situação dessa infelicidade que assolou uma vez mais a Região, vamos fazer disso um momento de passa-culpas, um momento até de má educação de algumas pessoas? Não. Temos é que, de forma ordeira, contribuir para a solução, de forma ordeira, aceitar que lá terá que haver novamente o navio “Margarethe” a dar apoio à ilha das Flores, porque as coisas são assim mesmo. E perceber que isso foi uma inevitabilidade, mas foi uma inevitabilidade que também foi partilhada por todos.

Ainda há pouco, o Sr. Deputado José Eduardo disse, no seguimento de uma sessão de perguntas, na ilha das Flores, que alertou para a necessidade da intervenção naquele porto. Sim, senhor, Sr. Deputado, mas, também, desculpe que lhe diga, com toda a franqueza, foi preciso o Sr. Deputado Nuno Barata, de São Miguel, fazer uma sessão de perguntas sobre a ilha das Flores para o senhor alertar para essa situação, nesta sala.

Deputado José Eduardo (PS): Não, foi muito antes!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Paciência!

O Orador: Ó Sr. Deputado José Eduardo, Sr. Deputado (do PPM) Gustavo Alves, Sr. Deputado Ricardo Vieira, na altura o Sr. Deputado Bruno Belo, onde é que estavam os senhores durante esses dois anos e tantos, que não apresentaram um

Projeto de Resolução nesse sentido?

Não sei, Sr. Deputado. O senhor lembra-se de ter apresentado uma iniciativa nesse género? É que eu, se votei, não me lembro. Mas o que é certo é que eu não me lembro de nenhum Projeto de Resolução que viesse indicar que o Governo tinha que acelerar o procedimento de recuperação daquele porto.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, relativamente ao requerimento que colocou a questão, e agradeço-lhe, na resposta que o Governo deu a este Parlamento não solicita qualquer tratamento de matéria confidencial sobre a resposta àquele requerimento. E, portanto, pode ser consultado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria, para além daquilo que já tive a oportunidade de partilhar com a Câmara, de referir o seguinte: em relação às Propostas de Resolução que aqui estão em causa, aquilo que me parece, no caso da Proposta de Resolução que foi apresentada pela coligação, que fica aquém daquilo que é necessário é no facto de centrar o assunto apenas na questão do navio e, indo além daquilo que é necessário, ...

Deputada Sabrina Furtado (PSD): É assim!

O Orador: ... na parte em que exige um regime de contratação pública simplificado para todas as obras a fazer nas Flores, sejam as da Efrain, sejam as do furacão Lorenzo. Com isto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não concorda.

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Pronto.

O Orador: A este propósito, eu não estou a exigir deste Governo, nesta parte, algo diferente daquilo que assumi no Governo a que presidi como o caminho a

seguir.

Em agosto de 2020, foi assumido pelo Governo que a obra definitiva do cais principal seria para ser feita por concurso público.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Claro que é!

O Orador: E é isso que nós achamos que deve ser feito. E esse é o problema que a Proposta de Resolução apresentada pela coligação tem.

Para além desse problema, na parte em que achamos que fica aquém, é o facto de não tratar da componente do apoio à economia privada das Flores, nomeadamente os casos do ponto 2, 3 e 4 da Resolução apresentada pelo Partido Socialista, aquilo que nós entendemos que deve ser feito, um apoio temporário extraordinário, à semelhança daquilo que foi feito passados 15 dias do furacão Lorenzo. As Resoluções que foram aprovadas são a 113 e a 114, de outubro de 2019. Pode ser um bom modelo para seguir. E é isso que nós achamos que deve ser feito, nomeadamente.

Deputado Flávio Soares (PSD): Isso é para pedir desculpas, essa intervenção! Isso é que era a sua primeira intervenção, já que não fez pergunta nenhuma na sua primeira intervenção!

O Orador: Eu não posso deixar de esclarecer aqui algumas coisas que foram ditas e que não correspondem à verdade. Em primeiro lugar, – o Sr. Secretário das Finanças, depois, corrigiu, é verdade, mas eu acho que é importante salientar –, o Governo da República já transferiu pelo menos 20 milhões de euros.

Deputado Flávio Soares (PSD): Quando? Quando?

O Orador: Transferiu em 2019.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Ah!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para si!

O Orador: Desculpe, e as obras que estão lá feitas, os senhores acham que foram feitas por quem? Foram lançadas por quem? Pelo Governo do PS! Então, quer o

quê?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi, não!

O Orador: Não?! A ponte-cais, quem é que lançou? A rampa, quem é que lançou?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foram os 20 milhões!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Nós é que fizemos!

O Orador: O edifício, quem é que lançou?

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): O edifício?!

O Orador: E a proteção de emergência, quem é que lançou?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foram os 20 milhões!

O Orador: Depois, eu gostava só de dizer o seguinte: ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi com 20 milhões que fez isso!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Quem é que pagou?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Que diferença de comportamento! Que diferença de atitude!

O Orador: ... nessa questão do apoio financeiro da República, há uma questão prévia que ainda não foi tratada aqui, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não...

O Orador: ... é que, por ação deste Governo, a Região prescindiu de cerca de 70 milhões de euros do compromisso que existia do Governo da República com o anterior Governo Regional. A carta que o Sr. Presidente do XIII Governo enviou ao Sr. Primeiro-Ministro, entendeu fixar um limite máximo de apoio da República de 198 milhões de euros, quando aquilo que tinha ficado acordado eram 266 milhões de euros de participação da República. O que é que os senhores fizeram? Se é que já fizeram alguma diligência em relação a isso... É que toda a gente fala que é preciso mais dinheiro da República. Os senhores prescindem de

cerca de 70 milhões de euros da República e a culpa é nossa.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ninguém prescindiu! Isso não é verdade!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não confunda!

O Orador: Isso também não me parece correto.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Não lancem confusão!

O Orador: Desde meados do ano passado que se sabe exatamente os termos em que a comparticipação do Governo da República pode ser acionada, exatamente o despacho que o Governo Regional dos Açores, o Sr. Presidente do Governo propôs ao Sr. Primeiro-Ministro ser assinado, ...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: ... e que o Sr. Primeiro-Ministro assinou. E, agora, soube-se, pela boca do Sr. Presidente do Governo, que, afinal, a Região está a preparar uma candidatura.

E, portanto, as diferenças, as opções e as responsabilidades de cada um estão claramente esclarecidas, na perspetiva de cada um que aqui interveio. O que é necessário agora?

Deputado Gustavo Alves (PPM): Diga lá as Resoluções!

O Orador: Temos duas Resoluções com um significado diferente e com uma abrangência diferente e com impacto também diferente.

E, portanto, a nossa posição em relação à proposta que foi apresentada pela coligação é clara, pelos motivos que acabei de explicar.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Ricardo Vieira.

(*) Deputado Ricardo Vieira (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só uma pequena réplica ao Sr. Deputado José Gabriel Eduardo. Eu penso que uma grande maioria dos florentinos tem Facebook, pelo que o seu exercício era um bocadinho escusado. Acho que toda a gente lê os comentários de uns e de outros. Podia ter poupado esse tempo, mas é uma estratégia sua, o senhor há de responder por ela.

Eu ia dizer que, se calhar, era o único preocupado em abordar a nossa Proposta de Resolução. O Sr. Deputado Vasco Cordeiro está ausente da sala, de momento, já deu, agora, aqui, uns lamirés das suas propostas. Fico extremamente contente de ter-se desviado um bocadinho para aquilo que seria este debate, as ideias do Partido Socialista, as ideias da coligação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Já tinham sido apresentadas, Sr. Deputado, ali na tribuna!

O Orador: Sim, apresentadas não são debatidas, Sra. Deputada.

O que nós pretendemos com este Projeto Resolutivo é que o Governo da República nos dê as mesmas ferramentas que já deu ao Partido Socialista, na altura, em 2019. Nós queremos igualdade de tratamento.

Deputado Carlos Silva (PS): Quais são?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não estamos a pedir esmolas. Nós não estamos a pedir algo de extraordinário. Estamos a pedir, pura e simplesmente, igualdade de tratamento.

E não quero acreditar que o Partido Socialista da República trate os Açores de uma maneira quando é uma cor política e trate de outra maneira quando é outra, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... porque isso, afinal, não é a tão apregoada solidariedade nacional que se ouviu na ilha das Flores.

Deputado Manuel Ramos (PS): É da mesma forma que o Governo trata as juntas!

O Orador: Ainda a propósito da nossa medida, gostava de salientar que, nas jornadas do Partido Socialista, na ilha das Flores, há cerca de duas semanas atrás, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, na qualidade de dirigente do Partido Socialista, referiu que o Governo podia pedir a aprovação de uma legislação especial que permitisse o ajuste direto. Penso que é exatamente o mesmo que estamos aqui a pedir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Exatamente!

O Orador: Portanto, não vejo qual é a celeuma.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas. Faça favor.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Só, muito rapidamente, porque eu quero que fique bem claro, nesta Assembleia: o concurso para o molhe principal é por concurso público! Não há dúvida nenhuma sobre isso!

Deputado José Ávila (PS): Então, pronto, diga isso!

Deputado António Lima (BE): Já sabemos disso!

A Oradora: Não há dúvida nenhuma sobre isso!

Agora, nós não estamos livres de precisar de pequenos ajustes diretos para resolver problemas concretos. E por isso é que eu dizia, e bem, que este primeiro ponto resolutivo da Resolução do Partido Socialista até nos conforta. E, portanto, eu acho que tudo isto tinha tudo para ser pacífico. Porque é que, de repente, se levanta este problema todo?

Deputada Andreia Cardoso (PS): Porque ele existe!

A Oradora: Mas não estamos todos de acordo em resolver o problema das Flores?!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não é isso que nos traz aqui?! Estas duas Resoluções não são para resolver o problema das Flores?!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não são iguais!

A Oradora: Não, levanta-se. E o concurso é público... E o outro não é público... E mais... O concurso vai ser público, não há dúvida nenhuma! E que fique escrito nesta Assembleia que é público!

Se o senhor disse em agosto que era público, eu digo agora que é público! Não há dúvida nenhuma sobre isso!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por menos a gente faz público, por muitíssimo menos!

Agora, esta Assembleia tem que dizer se acha bem, ou não, que a obra de emergência seja por ajuste direto, ...

Deputado Nuno Barata (IL): Por ajustes diretos.

A Oradora: ... ao abrigo do CCP, para essas situações de emergência, ou não.

Por isso é que eu acho que isso tem que ser dito aqui! É isso que tem que ser dito aqui! Da mesma maneira que eu acho que esta Assembleia deve dizer aqui se quer, ou não quer, o “Margarethe”! E a sua proposta não diz!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: E, portanto, eu quero saber e aqueles senhores também querem saber o que é que esta Assembleia pretende!

Obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado José Ávila (PS): Se já está anunciado...

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional, aquilo que a proposta do Partido Socialista diz é, exatamente, que a intervenção de emergência, na sequência da tempestade Efrain, deve ser...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Eu sei!

O Orador: ... ao abrigo do artigo 24.º, n.º 1, alínea c), do Código de Contratação Pública, que permite o ajuste direto. Resposta à primeira questão.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Que fique bem claro aqui nesta Assembleia!

O Orador: Ó senhora, não é claro, está escrito!

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Está escrito!

O Orador: Segunda questão: relativamente ao “Margarethe”, a posição do Partido Socialista é que a senhora não devia ter mandado embora o “Margarethe” em outubro, quando o contrato acabava em janeiro deste ano.

Terceira questão: centrar o problema apenas no navio, a questão da dimensão do navio... O “Margarethe” tem uma vantagem, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Claro!

O Orador: ... é que o facto de ser um navio dedicado (eu acho que isso já foi referido pelo Sr. Deputado Nuno Barata), ele pode aguardar até que melhore o tempo.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas a questão é essa!

O Orador: Mas não resolve tudo, porque, enquanto tivermos a exposição da ponte-cais da maneira como está, não é só um problema de operacionalidade, é a própria integridade da ponte-cais que está em risco. E, portanto, é um navio dedicado...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (*Berta Cabral*): Mas quer o “Margarethe”, ou não quer o “Margarethe”?

O Orador: Ó senhora, eu não sei se é o “Margarethe”, se não é. É um navio dedicado? É, sim, senhora. Tem uma vantagem.

Deputada Andreia Cardoso (*PS*): Já dissemos isso!

O Orador: Está claro? Está claro?

Não devia ter sido mandado embora em outubro, quando o contrato só terminava em janeiro? Também é a nossa posição.

E, portanto, acho que respondi claramente às questões que a Sra. Secretária colocou.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente (em primeiro lugar):

Ó Sr. Deputado Vasco Cordeiro, olhe o seu comunicado, releia o seu comunicado. A este propósito, Vasco Cordeiro, referiu que o Governo podia pedir a aprovação de uma legislação especial que permitisse o ajuste direto. Pedia a quem? A quem é que pedia? Qual era o mecanismo que V. Exa. estava a querer utilizar? O que o senhor foi, foi apanhado. Foi apanhado aqui nesta contradição tremenda.

Porque é que o senhor não quer que seja decretada a situação de calamidade na ilha das Flores? Não foi decretada anteriormente? Já foi. E o senhor, ao abrigo disso, o que é que recebeu? Os 20 milhões que o senhor agora diz: não, eu recebi 20 milhões.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu não, a Região.

O Orador: Ao abrigo do quê? Ao abrigo de ter sido decretada a situação de calamidade.

Agora já não quer. Agora já não quer. Porque é que não quer? Porque o senhor quer afogar financeiramente este Governo!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

O Orador: Porque o senhor está a colaborar com os interesses da República, para

derrubar este Governo! Porque o senhor quer desresponsabilizar o Governo da República nesta matéria!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

É evidente o que o senhor quer fazer! É evidente o que o senhor quer fazer! O que o senhor quer fazer é que o Governo da República diga: mas porque é que não insistiram junto do Primeiro-Ministro? Já se insistiu muito. Já foi feito. E eu sou testemunha disso, de que foi feito esse esforço junto do Governo da República. E qual é a resposta? Delongas. Vamos esperar. Talvez. Mais tarde. Aqui. E ali. E, portanto, o que foi feito pelo Presidente do Governo, junto do Primeiro-Ministro, tem sido este esforço, mas é evidente que o Sr. Primeiro-Ministro está a fazer o jogo com o Partido Socialista, de tentar decapitar este Governo, asfixiando-o economicamente, Sr. Deputado!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Ó Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

O Orador: E o senhor é cúmplice! É cúmplice, traiçoando autonomia dos Açores!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estêvão, eu rejeito liminarmente essa sua acusação. Isso é falso. Falso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Lamento, mas é.

O Orador: Os senhores deitaram a perder 60 milhões de euros. Não sabem lidar com a atual situação. E a culpa é minha?!

Sr. Deputado Paulo Estêvão, o senhor é useiro e vezeiro na seletividade das citações, é que o senhor citou uma parte que eu disse: a este propósito, referiu que o Governo podia pedir a aprovação de uma legislação em especial. É verdade. Mas no primeiro parágrafo da mesma nota, que é aquilo que o senhor não diz, ...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: Já termino.

... o Governo Regional deve utilizar todos os mecanismos que tem à sua disposição, inclusive os extraordinários. Se tem um mecanismo ordinário do Código de Contratação que resolve o assunto, não precisa de pedir legislação extraordinária.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

O Partido Socialista esgotou o seu tempo para o debate deste diploma. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças.

(*) Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (Duarte Freitas): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Atendendo a que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro referiu uma carta remetida pelo Presidente do Governo Regional ao Primeiro-Ministro, é importante contextualizarmos e especificarmos o que estava nessa carta. É passo a ler: “Em resposta ao evento de carácter excecional, após ter sido declarada a situação de

calamidade, nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 180/2019, de 08 de novembro, foram inventariados e quantificados, de forma exata e rigorosa, os danos e prejuízos, que estão documentados no relatório do Grupo de Trabalho de Avaliação e Acompanhamento Geral do Processo de Reabilitação das Infraestruturas Danificadas pela Passagem do Furacão Lorenzo pelos Açores, elaborado nos termos da Resolução da Assembleia Legislativa n.º 1/2020/A, de 16 de janeiro.”

Continuando aquilo que o Sr. Presidente do Governo Regional refere ao Primeiro-Ministro, é: “Foi, também, quantificado o montante de 198 milhões de euros como contribuição do Governo da República, conforme carta datada de 26 de agosto de 2020, dirigida ao Sr. Vice-Presidente do Governo da Região Autónoma dos Açores, pelo Ministro Nelson Sousa.”

Deputado Vasco Cordeiro (PS): De fundos comunitários! Não foi o senhor, foi o seu antecessor!

O Orador: O montante de 198 milhões de euros como contribuição do Governo da República para este prejuízo. Foi quantificado. Os senhores sabiam. Não sei se o então Vice-Presidente lhe disse ou não.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): De fundos comunitários, é o que a carta diz!

O Orador: Consta que não lhe dizia muitas coisas. Mas a verdade está aqui. A carta existe. Foi quantificado. Não foi negado.

Mas, mais, esta carta que o senhor também citou, e que ainda bem que tem na sua posse, ...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Eu fiz um requerimento, e os senhores mandaram-me a carta!

O Orador: ... esta carta tem, em anexo, uma proposta de despacho que o senhor não citou na totalidade. É porque a proposta de despacho que o Governo da Região apresentou ao Primeiro-Ministro não era aquela que veio traduzida na Resolução, porque terminava a dizer que “o restante montante será transferido em tranches

anuais até 60 dias após a submissão ao Ministério das Finanças de um relatório anual elaborado pelo Governo Regional dos Açores.” Isto foi a proposta do Governo Regional, de boa-fé. A resposta do Primeiro-Ministro, no despacho, não incluiu esta parte.

Deputado Carlos Silva (PS): O senhor não disse nada!

O Orador: Aliás, pelo contrário, remeteu, pela primeira vez, para a programação Portugal 2030.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, não!

O Orador: Foi este o despacho. E foi com isto que nos vimos confrontados. E, agora, a pergunta que todos fazem: será que o Governo da República está cumprindo, efetivamente, a solidariedade anunciada?

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): O Sr. Presidente do seu Governo já respondeu a isso!

O Orador: Acho que qualquer açoriano diria: não, não está!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Será que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro está ao lado dos açorianos na defesa da Região? Não, não está!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

O Orador: O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que ao princípio pensei que não fosse em concordância na linha da divergência estratégica com o Deputado Francisco César, pelos vistos, afinal, neste caso, até concorda, ...

Deputado Berto Messias (PS): Isso é visível!

O Orador: ... que é: nós não podemos receber o dinheiro da República tão cedo.

E as finanças da Região são comprometidas para pagar a solidariedade anunciada do Governo da República e não concretizada. Somos nós, são as açorianas e os açorianos que estão pagando a solidariedade anunciada e incumprida pelo Governo da República!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Ainda assim, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, ainda assim, cumprindo, com o nosso dinheiro, aquilo que foi anunciado pela República, ainda assim, o prazo de pagamento a fornecedores no Setor Público Empresarial Regional, em 2020, era 156 dias. E em 2022, 126 dias.

Deputado Carlos Silva (PS): E o Governo? Diga na Administração Regional! O senhor é muito seletivo!

O Orador: Isto é, 30 dias menos do que em 2020.

Em relação às entidades públicas reclassificadas, em que se incluem os três hospitais, no final de 2022, o prazo era de 385 dias. No final de 2022, 106 dias!

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem!

O Orador: E isto é o esforço que temos feito para pagar mais depressa às empresas açorianas...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso não é verdade!

O Orador: ... e para pagar também aquilo que o Governo da República anunciou e que incumpriu, com a sua conivência, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves para uma interpelação. Faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, sei que não é muito habitual aquilo que eu vou pedir, mas se a Mesa, neste caso o Sr. Presidente da Mesa, podia pedir a todos os líderes parlamentares que fizéssemos um ajuntamento perto de si, para falarmos relativamente à hora regimental.

Presidente: Claro, com certeza. Estava à espera da hora regimental. Está convocada informalmente uma Conferência de Líderes. Pedia aos líderes que se abeirassem.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, a Conferência de Líderes deliberou prosseguirmos um pouco os nossos trabalhos para terminar a Agenda.

Deputado Berto Messias (PS): Mas é mesmo um pouco!

Presidente: Eu tinha inscrito para este diploma ainda o Sr. Deputado Paulo Estêvão. Pergunto se mantém inscrição. Faz favor.

Deputado Berto Messias (PS): Não se pode violar o Regimento assim!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou, muito sinteticamente, até porque só tenho dois minutos, e espero que esta seja a última intervenção, dizer o seguinte... não vou ocupar muito tempo, vou descrever aquelas que foram as intervenções do Sr. Deputado José Gabriel, quando, depois do furacão Lorenzo, se registaram todas aquelas ruturas de bens essenciais na ilha das Flores. Estas foram as suas intervenções.

(Neste momento, o Deputado Paulo Estêvão mostra um documento à Câmara)

Posso resumi-las deste lado, Sr. Deputado, e deste lado. O senhor não fez nenhuma intervenção, nem no Facebook. Nem no Facebook V. Exa. disse alguma coisa. Portanto, a sua moralidade sobre esta matéria é zero.

Deputado José Eduardo (PS): Isso é falso!

O Orador: Também quero dizer o seguinte, para terminar... Há aqui uma questão essencial. E a questão essencial é esta: o Partido Socialista o que não quer é que o Governo da República assuma as suas responsabilidades nesta matéria. Prometeu solidariedade. Todos nos lembramos das deslocações de Ministros e do Sr. Primeiro-Ministro e dos 20 milhões que foram adiantados sem nada em troca. Todos nos lembramos dessa situação.

E, na altura, serviu a declaração de calamidade. Agora já não. Agora, para o atual Governo que está enfrentando uma situação tão difícil, já não é aquilo que tem que ser utilizado.

E, para terminar, dar-lhe apenas este exemplo, Sr. Deputado. Olhe o que Sr. Deputado dizia, vou ler o parágrafo que o senhor queria que eu lesse (tenho 19 segundos): “Todos os mecanismos que tem à sua disposição, inclusivamente os extraordinários.” E, depois, no outro parágrafo dizia: “Podia pedir.” Ora, não há nenhuma dúvida, se podia pedir, a quem é que pedia? A si próprio?! A si próprio, que os senhores estão agora a prever?! Não. O que o senhor sugeria era, exatamente, agora, aquilo que está em desacordo...

Presidente: Agradeço termino, Sr. Deputado.

O Orador: ... e que, agora, o senhor não quer que o Governo disponibilize...

Presidente: Agradeço termino, Sr. Deputado.

O Orador: ... e possa contar com o Governo da República nesta matéria.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, do CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo: Muito bem!

Presidente: Pergunto se há mais inscrições.

Vamos passar à votação destas Resoluções...

Ó Sra. Secretária, o Governo acabou de assumir aqui um compromisso...

Vamos passar à votação do Projeto de Resolução n.º 146/XII, da autoria do PSD, do CDS-PP e do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 146/XII foi aprovado com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; 25 contra do PS e 1 da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 147/XII, da autoria do Partido Socialista.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Resolução n.º 147/XII foi aprovado com 25 votos a favor do PS, 21 do PSD, 2 do CDS, 2 do BE, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 do PAN e 1 do Deputado independente; e 1 voto contra da Iniciativa Liberal.

Presidente: Vamos avançar para o nosso último ponto da Agenda: **Pedido de urgência do Projeto de Resolução n.º 148/XII – “Recomenda ao Governo Regional a implementação do Cheque Saúde nos Açores”**. É apresentado, este pedido de urgência, pela Representação Parlamentar do Chega.

Para justificar a urgência, tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta urgência é justificada pela circunstância de que entre o propor e o fazer vai sempre um espaço dilatado de tempo, que em questão de saúde não é aceitável e

não é isto que os açorianos esperam.

Neste sentido, e apesar de reconhecer algum trabalho que o Governo Regional dos Açores tem vindo a realizar na área da Saúde, o Chega entende que nunca é demais melhorar o Serviço Regional de Saúde e, desta forma, trazer melhores condições de vida a todos os açorianos, neste caso em particular na área da Saúde.

Assim, este Projeto de Resolução que apresentámos reveste-se de extrema importância por focar os direitos de acesso aos cuidados de saúde pelos utentes do Serviço Regional de Saúde dos Açores.

E quando se fala de saúde, em que um diagnóstico, um tratamento no tempo atempado pode salvar vidas, percebe-se a urgência desta questão.

Esta proposta pretende ser um mecanismo para melhorar o Serviço Regional de Saúde no que concerne aos tempos máximos de resposta garantidos, dando outras respostas aos utentes, encurtando assim o tempo de espera de diagnósticos, exames, tratamentos e/ou cirurgias, ao mesmo tempo diminuindo as listas de espera no Serviço Regional de Saúde.

A única forma de proporcionar cuidados de saúde atempados aos cidadãos, de acordo com aquilo que o próprio Estado diz terem direito, é referenciá-los para a primeira resposta disponível, quer seja no público, quer seja no setor privado ou no social, financiando os custos associados a esta referênciação.

O presente Projeto de Resolução tem por objetivo uma redução substancial das listas de espera e uma otimização de recursos e ganhos evidentes em saúde pública, ressaltando que o Governo dos Açores mantenha a aposta e investimento necessários no Serviço Regional de Saúde, que deve ser sempre a primeira opção de todos os contribuintes.

Não pode o Cheque Saúde servir para descurar todos os serviços que são prestados no Serviço Regional de Saúde, devendo sempre o recurso a este mecanismo ser a última opção, sendo acionado apenas quando estiverem esgotadas todas as opções no Serviço Regional de Saúde.

Pela importância do tema, solicito a deliberação de urgência na análise do Projeto de Resolução.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a urgência. Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente. Da parte do Grupo Parlamentar do PS, relativamente a esta iniciativa apresentada pela Representação Parlamentar do Chega, consideramos que a mesma não deve merecer a concordância relativamente ao pedido de urgência, porque deve, em Comissão de Assuntos Sociais, ter toda a tramitação normal naquilo que diz respeito à deliberação de urgências, na auscultação, quer por audição presencial, quer por solicitação de pareceres, às diversas entidades, relativamente a alguns dos pontos resolutivos que nós aqui temos.

Para além de que o oitavo ponto resolutivo versa sobre a telemedicina e teleconsulta, uma iniciativa que nós temos em apreciação também na Comissão de Assuntos Sociais.

Para além do quarto ponto resolutivo, em que é proposto recomendar ao Governo a aplicação do Cheque Saúde, por exemplo, nos Cuidados de Saúde Primários. Temos questões que queremos colocar às unidades de saúde, nomeadamente naquilo que diz respeito à referenciação para consultas de medicina geral e familiar, consultas de enfermagem de saúde materna e obstétrica, consultas de enfermagem de saúde familiar, que não encontram equivalente no serviço privado.

Para além de que na alínea e) do ponto 4 da Resolução fala sobre a realização de procedimentos hospitalares cirúrgicos programados, quando temos ainda em vigor também o Vale Saúde.

E, portanto, todas estas questões, no nosso entendimento, necessitam de um cabal esclarecimento e de solicitação de parecer junto das entidades, que não se compadece com um pedido de urgência na Comissão de Assuntos Sociais.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou ser um bocadinho mais rápido do que o Sr. Deputado Tiago Lopes. Muito rapidamente, o PAN vai votar favoravelmente para que haja urgência dentro da Comissão, porque, também, se estivermos à espera da CAS, com tantas iniciativas que nós temos neste preciso momento, eu acho que esta iniciativa só vai ser discutida em 2030. Por isso, obviamente, nós vamos votar a favor.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado.

(*) **Deputado Carlos Furtado (Independente):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não vou acompanhar esse pedido de urgência dessa iniciativa, porque ao fazê-lo estaria a permitir que essa iniciativa, não obstante a importância que a mesma possa ter, passasse à frente de tantas outras iniciativas que estão na respetiva Comissão. Isso, além do mais, é um desrespeito pelo trabalho que é feito pelas respetivas Comissões.

Eu entendo que a figura utilizada pelo Sr. Deputado do Chega deve servir para assuntos que aparecem de forma imediata e que precisam desse tipo de tratamento, uma análise rápida em Comissão.

O assunto em questão, se o Sr. Deputado do Chega entende que é urgente, está a

assumir a sua incompetência enquanto Deputado desta Casa, que, atendendo à urgência, não é uma urgência de um assunto recente, é uma urgência desde que ele é Deputado. E, por essa razão, se era urgente, já devia ter apresentado a iniciativa. Ao fazê-lo agora está a assumir a sua incompetência. E eu não posso pactuar com ela.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência ao Projeto de Resolução n.º 148/XII obteve um resultado de empate, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 25 contra do PS, 2 do BE e 1 do Deputado independente.

Presidente: Vamos repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência foi rejeitado em segunda votação, obtendo novamente um resultado de empate, com 21 votos a favor do PSD, 2 do CDS, 2 do PPM, 1 do Chega, 1 da Iniciativa Liberal e 1 do PAN; 25 contra do PS, 2 do BE e 1 do Deputado independente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Proposta de Deliberação Final: A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: A Proposta de Deliberação Final foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Estão encerrados os nossos trabalhos.

Boa noite a todos. Bom Carnaval.

Eram 20 horas e 18 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Documentos entrados

1 – Projeto de Lei:

Assunto: N.º 563/XV (BE) - Altera o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, que transpõe a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do direito da União - Audição n.º 178/XII - AR

Proveniência: Presidência da Assembleia da República

Data de Entrada: 2023 – 02 - 13

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2023 – 03 – 06.

2 – Projetos de Resolução:

N.º 146/XII

Assunto: [Melhorar a regularidade do transporte marítimo de mercadorias para a ilha das Flores e criação de um regime especial de contratação pública](#)

Proveniência: PSD/CDS-PP/PPM

Data de Entrada: 2023 – 02 – 13

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 147/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional dos Açores que recorra a medidas excepcionais para dar resposta urgente aos danos causados pela tempestade Efrain no Porto das Lajes das Flores bem como a mecanismos de apoio à economia dessa ilha](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2023 – 02 – 15

Comissão: -----

URGÊNCIA E DISPENSA DE EXAME EM COMISSÃO

N.º 148/XII

Assunto: [Recomenda ao Governo Regional a implementação do Cheque Saúde nos Açores](#)

Proveniência: CH

Data de Entrada: 2023 – 02 – 15

Comissão: -----

COM PEDIDO DE URGÊNCIA**3 – Informações:**

Assunto: Correspondência por correio eletrónico, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o comunicado da Direção da Cooperativa Porto de Abrigo sobre a Estação Costeira Porto de Abrigo

Proveniência: Paulo Sérgio Torres Sousa e Francisco Liberato Fernandes, pela Direção da Porto de Abrigo

Data de Entrada: 2023 – 02 – 08;

Assunto: Correspondência por correio eletrónico, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório com a atividade desenvolvida pelo SRPCBA durante o período de 1 de julho a 31 de dezembro de 2022, dando assim cumprimento ao previsto no Decreto Legislativo Regional n.º 12/2021/A, de 22 de abril, que altera o Decreto Legislativo Regional n.º 26/2019/A, de 22 de novembro – Regime Jurídico do Sistema de Proteção Civil da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Gabinete do Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública

Data de Entrada: 2023 – 02 – 10.

4 – Relatórios:

Assunto: [Sobre o Projeto de Lei n.º 500/XV \(L\) - Estabelece a criação de um](#)

[valor convencional de referência para os rácios salariais nas empresas - Audição n.º 171/XII - AR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 02 – 13;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que altera diversos regimes jurídicos da área da habitação - MH - \(Reg. DL 359/XXIII/2022\) - Audição n.º 105/XII - GR](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2023 – 02 – 16;

Assunto: [Sobre a Petição n.º 38/XII – Pela garantia de um regular início do próximo ano letivo nas escolas dos Açores](#)

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2023 – 02 – 14;

Assunto: [Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece o regime geral de aplicação dos fundos europeus do Portugal 2030 e do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração para o período de programação de 2021-2027– PCM - \(Reg. DL 28/XXIII/2023\) - Audição n.º 107/XII - GR](#)

Proveniência: Subcomissão da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2023 – 02 – 14.

5 – Diários:

Estão presentes nesta Sessão Plenária o Diário n.º 94 e as Separatas n.ºs 33/XII e 34/XII.

O redator, André Silva